



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 13ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 27 DE MAIO DE 2025

ATA Nº. 15 / 2025

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. SRª DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
 - 3.3. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 3.4. SRª DEPUTADA ISABEL LOURENÇO (IN-OV)
 - 3.5. SR. DEPUTADO DIOGO BARRETO (IN-OV)
 - 3.6. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.7. SRª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.8. SRª DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
 - 3.9. SR. DEPUTADO DIOGO BARRETO (IN-OV)
 - 3.10. SRª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.11. SRª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.12. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
 - 3.13. SRª PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.14. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 3.15. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
 - 3.16. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 253/2025 – GAP – RELATIVA À

EXTINÇÃO DOS SIMAS E CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA
E SANEAMENTO DE OEIRAS

4.1.1. VOTAÇÃO

4.1.1.1. SRª DEPUTADA ANABELA BRITO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.1.1.2. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.1.1.3. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.1.1.4. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.1.1.5. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 345/2025 – SIMAS – RELATIVA
AO RELATÓRIO E CONTAS 2024 – PD 90 – SIMAS/2025

4.2.1. VOTAÇÃO

4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 353/2025 – GCAJ – RELATIVA
À APROVAÇÃO FINAL DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE PERMISSÕES
ADMINISTRATIVAS, TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS,
REGULAMENTO N.º 1320/2023

4.3.1. VOTAÇÃO

4.3.1.1. SRª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 377/2025 – DCS – RELATIVA À
ADESÃO DO MUNICÍPIO À PROCHILD COLAB

4.4.1. VOTAÇÃO

4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 395/2025 – DMAG/DGRH/DGP
– RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À
CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, POR COMISSÃO DE
SERVIÇO, NO CARGO DE DIRETOR/A DO DEPARTAMENTO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL (DDS)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 411/2025 –
DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA À ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À
APENO – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENOTURISMO - ADIADA
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
 - 5.1. SR. LEONARDO DAVID SILVA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.2. SR. JOÃO PAULO SARAIVA, PRESIDENTE DA APROSOC – ASSOCIAÇÃO DE
PROTEÇÃO CIVIL
 - 5.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 5.4. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
 - 5.5. SRª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 6. SRª PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

| ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS | | | |
|------------------------------------|----|---|---|
| VOTAÇÃO: unanimidade | | | |
| a 08-05-2025 | | | |
| GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS | S | N | A |
| IN-OV | 11 | | |
| PS | 3 | | |
| PSD | — | | |
| ED | 3 | | |
| CDU | 2 | | |
| IL | 1 | | |
| CR | 1 | | |
| PAN | 1 | | |
| INNOVAR ALGES | 1 | | |
| INNOVAR BARCARENA | — | | |
| INNOVAR CHAMUSCA | — | | |
| INNOVAR OETIM | — | | |
| INNOVAR OEIRAS | — | | |
| INNOVAR PORTO | 1 | | |
| INNOVAR SALVO | 1 | | |
| S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO | | | |

-----ATA DA 13ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 27 DE MAIO DE 2025-----

-----ATA Nº. 15 / 2025-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais, quatro Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e um em substituição (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Rui Jorge Lima Vieiro, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória Fernandes



Sarmento, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão, Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva,

Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Artur Alberto Dono Claro Campos e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Pedro Manuel Freire Patacho, Ana Filipa Laborinho Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS-----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 253/2025 – GAP – relativa à Extinção dos SIMAS e criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras;-----
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 345/2025 – SIMAS – relativa ao Relatório e Contas 2024 – PD 90 – SIMAS/2025;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 353/2025 – GCAJ – relativa à Aprovação final da alteração ao Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, Regulamento n.º 1320/2023; -----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 377/2025 – DCS – relativa à adesão do Município à Prochild Colab; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 395/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, por comissão de serviço, no cargo de Diretor/a do Departamento de Desenvolvimento Social (DDS)-

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 411/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa à Adesão do Município de Oeiras à APENO – Associação Portuguesa de Enoturismo. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Bem, muito boa tarde. Vamos começar a nossa reunião. Vou pedir aqui ao Doutor Nuno que faça a chamada. Silêncio, peço-vos silêncio. -----

----- Muito obrigada. Bem, feita a chamada, vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia. Não entrou nenhum documento na Mesa, por isso pergunto.... Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) inscreve-se, Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD).... Mais alguém pretende usar da palavra neste... Isabel Lourenço (IN-OV) ... Então, Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), faça favor.”-----

3.2. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público que nos assiste e online. -----

----- O coração da Vila de Oeiras encheu-se de cor, criatividade e juventude com a festa final do programa Experimenta-te que marcou o culminar de meses de trabalho e aprendizagem

por parte dos jovens participantes. Este evento foi uma mostra viva de talento e diversidade criativa da juventude oeirense que, ao longo do ano, se envolveu em diferentes oficinas formativas. No Centro Histórico de Oeiras o público pôde assistir a atuações, instalações interativas, exposições visuais que relevam não só o potencial artístico dos jovens, mas também a dimensão educativa do programa. A festa final foi um momento de celebração partilhada entre jovens, famílias, educadores e comunidade provando que, quando se investe na criatividade e no envolvimento cívico dos mais novos, toda a comunidade ganha. Parabéns. -----

-----A Oeiras Open Water Race volta a encher a magnífica baía da Praia de Caxias de energia. Emoção e espírito desportivo consolidando-se com a prova de águas abertas mais participada em Portugal. Com mil nadadores de todas as idades e níveis de experiência, este evento é muito mais do que uma competição, é uma celebração do desporto ao ar livre e da extraordinária ligação entre Oeiras e o mar. Também é o reflexo de um compromisso contínuo do Município: aproximar cada vez mais as pessoas da água, promovendo estilos de vida saudáveis e o acesso às atividades aquáticas para todos. Em Oeiras, o desporto vive-se dentro e fora de água, rumo à população urbana fisicamente mais ativa de Portugal. -----

-----Tivemos também o trigésimo oitavo Triatlo de Oeiras, que foi um verdadeiro sucesso. Mais do que uma competição, este evento é já uma tradição no calendário desportivo do Concelho e um símbolo do nosso compromisso com o desporto, a saúde e o bem-estar. Oeiras continua a afirmar-se como um palco de excelência para grandes eventos desportivos. Obrigada a todos os que fizeram parte deste dia memorável. Parabéns Senhor Vereador Pedro Patacho. -----

-----Sala de estudo Aprender +. Inaugurámos a nova sala de estudo Aprender + na EB e Secundária Amélia Rey Colaço, em Linda-a-Velha. Pensada para apoiar alunos com carreira dual, académica e desportiva, esta sala insere-se na unidade de apoio ao alto rendimento da escola, e oferece melhores condições para estudar, organizar o tempo e conciliar todas as exigências do seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

percurso. A inclusão é garantir a todos as mesmas oportunidades para aprender e crescer. Em Oeiras, a educação é uma prioridade e este é mais um investimento municipal que faz a diferença na vida dos nossos jovens. -----

----- No âmbito da intervenção comunitária desenvolvida pelo Município de Oeiras, decorreu no passado dia quinze de maio um almoço de comemoração do Dia Internacional da Família, proporcionando o convívio entre todos os presentes. Este almoço contou com a presença dos participantes nos projetos “Marias” e “Marias e Maneis” e dos utentes do Centro Comunitário do Alto da Loba. Esta iniciativa decorre da intervenção realizada através dos projetos criados, que têm como objetivo promover atividades com os munícipes idosos dos bairros de Outurela, Alto da Loba e dos Navegadores, de forma a reduzir o seu isolamento, proporcionando um espaço onde possam viver novas experiências, fomentar e criar laços de amizade, além de contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida. Parabéns Doutora Teresa Bacelar. -----

----- O Lagoas Park inaugurou a nova praça central na quinta-feira, dia quinze de maio passado. A nova praça central vai proporcionar aos visitantes do Lagoas Park momentos de descanso, boas conversas e oportunidade de participar nas várias iniciativas programadas para todos os gostos. Seja para aproveitar o sol, ou desfrutar dos finais de tarde, o espaço contará com arte e música ao vivo, criando celebrações alegres e vibrantes. O Lagoas Park é um dos mais modernos parques de escritórios do país. Oferece aos milhares de trabalhadores de diversas empresas e aos visitantes um ambiente distinto com belas zonas verdes, lagos e uma perfeita harmonia entre o mundo empresarial e a natureza. -----

----- Em matéria de espaços verdes, Oeiras marcou um período nacional não só na imagem que transparece para a opinião pública, mas também pelo modelo de gestão e controlo de qualidade que tem vindo a implementar. Fruto de forte investimento feito na criação de novos espaços verdes, Oeiras dispõe hoje de duzentos e oitenta hectares, sendo noventa hectares de sequeiro e cento e

noventa hectares que correspondem a espaços verdes regados, dos quais oferecem (deverá querer dizer “acrescem”) quinze mil duzentas e sessenta caldeiras de arruamento.-----

-----Oeiras é hoje o Município da Área Metropolitana de Lisboa que mais área verde proporciona a cada cidadão. Dos cento e noventa hectares regados, sessenta e oito são regados recorrendo a sistemas de rega inteligente, permitindo uma maior economia de tempo e de rega, maior eficiência e maior vitalidade das plantas.-----

-----Também prosseguindo a política de eletrificação que visa a substituição dos combustíveis fósseis por energia elétrica e de onde se destaca o setor do transporte, foi recentemente aberto um procedimento para integrar mais cento e vinte viaturas na frota municipal, das quais cinquenta e oito serão viaturas cem por cento elétricas. Este processo de conversão da frota municipal de veículos de combustão para veículos elétricos foi iniciado há cerca de quatro anos e é mais um exemplo de como em Oeiras lideramos, por exemplo, no combate às alterações climáticas, reforçando o compromisso municipal com políticas de sustentabilidade.-----

-----As ciclovias são equipamentos e estruturas fundamentais para a qualidade da vida das pessoas em termos de circulação, quer seja a pé, de bicicleta ou mesmo de carro. Em Oeiras, pretendemos promover uma circulação mais sustentável entre as zonas residenciais significativas, oferecendo condições seguras, confortáveis e eficientes para ciclistas e peões. Sublinhando que, em cada ciclovia, temos sempre melhorias das zonas envolventes realizadas às novas ciclovias como, por exemplo, a instalação de iluminação pública moderna e eficiente, bem como a criação de zonas verdes ao longo de percursos pedonais. A rede ciclável do Concelho de Oeiras totaliza já dezoito quilómetro, reforçando o empenho do Município na promoção de uma mobilidade urbana diversificada e ambientalmente sustentável, e vem reforçar a rede de mobilidade suave do Concelho. - -----

-----Meus senhores, minhas senhoras, com uma população de cerca de cento e setenta e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinco mil habitantes, Oeiras é conhecida por ser uma localidade segura e com um bom sistema de transporte público, o que facilita a locomoção dos seus habitantes. Oeiras é uma cidade que oferece uma excelente qualidade de vida para os seus habitantes. Oeiras é também conhecida por ser uma das mais seguras de Portugal, com baixos níveis de criminalidade. Além disso, Oeiras é uma localidade limpa e organizada, com uma estrutura bem desenvolvida e com muitas áreas verdes. Parabéns Senhora Vereadora Joana Baptista.-----

----- Tenho dito.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor.”-----

3.3. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento a Mesa na sua pessoa, a Câmara e os demais Senhores Deputados presentes, e ainda as pessoas que nos estão acompanhando. -----

----- Uma pergunta rápida e julgo que de fácil resposta ao Senhor Vice-Presidente. Há alguma previsibilidade para o termo das obras na estrada que liga Tercena à Fábrica da Pólvora, cujo impedimento de trânsito de veículos automóveis se encontra pelo menos há mais de um mês, e julgo que corta ali muita fluidez do tráfego. Era a pergunta a que eu pretendia obter uma resposta.

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV), faça favor.”-----

3.4. A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde Senhor Vice-Presidente e estendo a todos os meus cumprimentos.-----

----- Oeiras, capital da ciência, tecnologia, criatividade e inovação. Decorreu entre vinte e

um e vinte e cinco deste mês de maio o Oeiras Valley Science Festival ou, se preferirem, o Festival da Ciência. E onde melhor? No Taguspark. E parafraseando o seu diretor científico, investigador, professor universitário e também político internacionalmente reconhecido, o Professor Doutor Alexandre Quintanilha, a certa altura disse: “Estes festivais são importantes para a construção da literacia da população”. Os oeirenses mais novos, mais jovens das nossas escolas, desde o pré-escolar aos primeiro, segundo e terceiro ciclos, e mesmo o secundário, todos tiveram oportunidade de visitar, experimentar, brincar, mexer e descobrir as maravilhas da ciência do presente e projetada no futuro. Mas também as famílias, a população em geral que, em Oeiras, ou em concelhos vizinhos estão atentos, são curiosos, são cientes de que mesmo durante o fim de semana e de uma forma informal se aprende, porque o conhecimento não tem limites e é a base do desenvolvimento social. -----

-----Apenas a título de exemplo, destaco um carro a energia solar que foi construído por alunos da Escola Secundária Sebastião e Silva, através do projeto InovLabs que revolucionou a forma de fazer ciência nas escolas, ou Lab in a Box, um programa de formação que disponibiliza sobretudo a professores de primeiro e segundo ciclo, em parceria com o Instituto Gulbenkian da Ciência, pensado para desenvolver o espírito crítico e a curiosidade científica das crianças. Ou ainda para qualquer idade, as palestras e debates sobre inteligência artificial e tantos outros temas da atualidade tecnológica com investigadores, cientistas e atores da sociedade civil nacionais e estrangeiros. -----

-----Por último, que dizer da Ciência de mãos dadas com a arte? Time capsule, ou uma cápsula no tempo. No sábado à noite com raios laser, música gravada no fundo do Estuário do Tejo. Os sons dos peixes, dos barcos, dos pescadores e blocos de gelo com peixes que são objeto de estudo no Aquário Vasco da Gama, e a arte efémera a acontecer à nossa frente com brocas e motosserras. Simplesmente surpreendente e maravilhoso. O resultado da criatividade que decorre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da parceria entre o IGC, o Instituto Gulbenkian da Ciência, o Aquário Vasco da Gama e a Escola Bauhaus de Berlim. -----

----- Este palco da ciência, ao promover a educação científica na linha STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics), que interliga a ciência à tecnologia, à engenharia, à arte e à matemática num território com parcerias com mais de quinze instituições de ensino superior e investigação, num universo de mais de cinquenta projetos científicos e tecnológicos, e ainda consórcios internacionais de biotecnologia e inteligência artificial. E não deixando de lado os “pequenos grandes” clubes da ciência em todos os agrupamentos de escolas, tudo isto só pode dar vida à inovação com impacto que impacta, obviamente, a imagem e o valor de Oeiras à escala nacional, local, primeiro nacional e internacional. -----

----- Em nome da bancada do IN-OV, e esta sigla que também remete para inovação, parabéns a todos os envolvidos e, sobretudo, comprometidos com a educação e o futuro. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado Diogo Barreto (IN-OV), faça favor.” -----

3.5. O Senhor Deputado Diogo Barreto (IN-OV) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Começo por cumprimentá-la a si, ao Senhor Vice-Presidente e a todo o Executivo, a todos os Deputados e a quem nos assiste aqui e em casa.

----- Em Oeiras, vivemos uma mudança profunda no paradigma da saúde, com impacto direto nas pessoas, nos profissionais e nas instituições. A necessidade de reformar o setor tem levado a mudanças estruturais relevantes, como o novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde, a criação das unidades locais de saúde, que integram os cuidados primários e hospitalares e a recente Lei da Saúde Mental que exige respostas mais próximas e eficazes no território. Mas esta

transformação não é apenas estrutural, é também conceptual. A saúde passou a ser entendida como algo que depende de múltiplos fatores: a literacia em saúde (que é uma falha grande que temos no nosso país), os estilos de vida, as condições sociais, o ambiente, o acesso a serviços. Por isso, é essencial trabalharmos de forma integrada, envolvendo áreas como a educação, o ambiente, a habitação, a justiça, o trabalho e a cultura. No fundo, perceber que a saúde não se resume à saúde propriamente dita, mas a várias áreas. -----

-----No Município de Oeiras foi assumido este compromisso com seriedade. Através da transferência de competências em saúde, o Município de Oeiras reforça o seu papel com ações concretas, desde a criação da Estratégia Municipal de Saúde, à articulação com a Unidade Local de Saúde Lisboa Ocidental, passando por vários projetos emblemáticos como as Fast Track Cities que promovem os rastreios de sida e hepatites e o Plano Local para Demências com respostas inovadoras e apoios únicos a cuidadores, como falarei mais à frente. -----

-----Na saúde mental, Oeiras continua a apoiar os jovens com o Projeto CHAT (Changing Attitude) e são desenvolvidas iniciativas com parceiros locais para criar recursos comunitários e de fácil acesso. Aposta também na literacia em saúde junto das escolas e da população mais vulnerável. E porque o acesso aos cuidados importa, é mantido o apoio aos postos de enfermagem em zonas mais isoladas, ao serviço Médico em Casa para idosos e à comparticipação de medicamentos para quem mais precisa. E muitos precisam, efetivamente. Eu sou farmacêutico e todos os dias vejo aquilo que as pessoas necessitam de apoio e o quanto valorizam o apoio que Oeiras dá nestas áreas. Projetos como o Reabilitar Trezentos e Sessenta, o Centro de Apoio à Saúde Oral, ou o futuro centro de tratamento para adictos são exemplos de compromisso de Oeiras com uma saúde próxima, preventiva e inclusiva. -----

-----No Município de Oeiras é promovida a saúde e o bem-estar não só através de programas propriamente dedicados à saúde, como havia dito, mas também dedicados ao bem-estar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em geral. Destaque para o programa Turismo Sénior e o programa Fit Sénior. -----

----- Senhora Presidente, para que percebamos melhor este forte investimento na saúde, e porque muitos se questionam sobre os investimentos que a Câmara faz, é importante falarmos de alguns programas e investimentos feitos pelo Município: -----

----- Mais de um milhão e meio de euros anual e apoio a mais de vinte mil pessoas com o cartão sénior sessenta e cinco + com descontos e serviços. -----

----- Serviço “Oeiras Está Lá!”, reparações e apoio doméstico. -----

----- Serviço de teleassistência para situações de emergência. -----

----- Subsídio de aquecimento. -----

----- Programa de limpeza habitacional. -----

----- Projeto SOS Isolamento e serviço de apoio domiciliário. -----

----- Mais de quinhentos e setenta mil euros investidos no Cartão Saúde + para medicamentos e que abrange cerca de dez mil pessoas. Mais de quarenta e oito mil euros no serviço médico em casa, três mil pessoas. Mais de vinte e nove mil euros no projeto Trezentos e Sessenta Home, onde as casas são adaptadas às necessidades dos doentes e dos cuidadores. Mais de vinte e seis mil euros no projeto Razões de Sobra, que promove o autocuidado dos cuidadores, que tão importantes são para os nossos doentes. Mais de trinta e sete mil euros no projeto Cuidando, para a empregabilidade de pessoas com demência. Mais de vinte e sete mil euros em projetos de prevenção em meio escolar e que abrange mais de cinco mil alunos, de literacia em várias áreas. Mais de vinte e seis mil euros em postos de enfermagem, em zonas distantes de unidades de saúde, como falámos importantes para locais de isolamento, e que foram abordados na última Sessão. Mais de dezasseis mil euros em rastreios de sida e hepatites em farmácias. -----

----- Senhora Presidente, em Oeiras acreditamos que investir em saúde é investir no bem-estar, na equidade e no futuro da nossa comunidade. E quem precisa, Oeiras apoia. -----

-----Tenho dito.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faça favor.” -----

3.6. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente, membros do Executivo, caros cidadãos, cumprimento todos em nome do Partido Chega.-----

-----O que aqui trago hoje não é apenas uma opinião - é um grito de consciência e de realismo. O Concelho de Oeiras vive há décadas sob a sombra de uma gestão, onde a imagem de quem governa se sobrepõe à verdade dos factos. Há um silêncio cultivado, um medo imposto, uma propaganda que pretende iluminar a realidade com um brilho falso, por vezes. -----

-----Senhora Presidente, senhores deputados, caros munícipes, a situação da habitação em Oeiras é apenas um de muitos exemplos mais gritantes desta governação orientada para o espetáculo. Há famílias que esperam há mais de uma década por uma casa em Oeiras prometida, presas a uma lista invisível, onde os critérios mudam conforme a maré política. Isto não é desorganização, é manipulação. É o uso consciente e sistemático do poder para manter as pessoas dependentes, submissas, gratas por migalhas, gratas por migalhas..., e caladas por medo de retaliação, ou seja, medo de perder o seu emprego, ou o tacho atribuído.-----

-----Enquanto isso, vemos promessas recicladas aos anos, usadas como arma eleitoral sem qualquer sentido de compromisso, critério ou justiça social. Aqueles que ousam questionar são afastados, silenciados, marginalizados. Isto não é democracia.-----

-----O orçamento camarário, que deveria ser uma ferramenta de justiça e progresso tornou-se numa arma de propaganda e privilégio. Governa-se pela aparência e pelo medo. Em vez de Liberdade, vive-se uma forma de libertinagem institucional onde vale tudo - desde que sirva aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mesmos de sempre. É tempo de dizer: CHEGA. -----

----- CHEGA de esbanjamento irresponsável, CHEGA de publicidade enganosa, CHEGA de arrogância de quem julga que é dono de Oeiras. -----

----- E, Senhora Presidente, não posso terminar sem repudiar com toda a firmeza e indignação as palavras que foram proferidas por um deputado do seu Grupo IN-OV nesta última Assembleia, antes de iniciar-se a Sessão, que mencionou que “mataria todos os militantes do Chega se pudesse”, revoltado com a nossa ascensão política e a nossa força. -----

----- Isto não são apenas palavras infelizes, são uma ameaça intolerável, inaceitável e indigna a qualquer representante público contra a democracia. Espero que este ato não passe impune. É tempo de proteger a vontade soberana do povo contra aqueles que não dignificam a liberdade. - -----

----- A todos nesta sala, deixo um apelo de responsabilidade. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor.” -----

3.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Não sei se posso começar.... Posso? Então, Senhora Presidente, boa tarde a todos. Cumprimento-a si, e na sua pessoa também cumprimento todos os presentes e os cidadãos que nos acompanham à distância.-----

----- Eu gostava de começar este Ponto Antes da Ordem do Dia por questionar alguns requerimentos de assuntos que temos abordado aqui na Assembleia e que, até à data, não temos resposta. Todos estes requerimentos já passaram o prazo legal de resposta, e foram submetidos e não respondidos nos últimos seis meses. Estou a falar, por exemplo:-----

-----Do requerimento da cidade do padel, com informação. -----

-----Do esclarecimento de questões relacionadas com o uso do cartão do Pingo Doce. E já que estamos a falar deste requerimento que tinha doze questões, também aproveito para perguntar para quando o resultado da auditoria que o Senhor Vice-Presidente informou que estava a ser feita na Junta de Freguesia. E perguntar também ao Senhor Presidente de Junta se continua, estes meses depois, sem saber responder à questão principal que aqui foi colocada na Assembleia. O que é que aconteceu no entretanto à Merceria Social na Junta de Algés? -----

-----Depois, outros requerimentos, como o pedido de documentação e relatórios das propostas de apoio financeiro da Merceria Social das Juntas de Freguesia, que também não foi respondido ainda. -----

-----Também a informação das bibliotecas de Oeiras. -----

-----O requerimento sobre o leite vegetal.-----

-----Informações sobre saúde oral. -----

-----Tudo requerimentos que ainda não tivemos resposta. Mas isto também se propaga, por exemplo, para informações do Presidente, que são colocadas questões que aqui não são respondidas e que ficam de ser respondidas à posterior e não são. Ou também no caso de municípios que vêm aqui, que também lhes é dito que depois agendam reuniões e que depois vão esclarecer por escrito, e essas respostas - ainda ontem questionei a Senhora Presidente na reunião de líderes se tinha chegado expediente à Assembleia - pelos vistos não chegam, não chegam aos municípios, não chegam aos deputados e as audiências, a marcação das tais reuniões também não é realizada. Estou-me a lembrar, por exemplo, da questão do regulamento dos cuidadores dos animais que ficou de ser agendada uma reunião com a munícipe e também não tivemos conhecimento desse agendamento. -----

-----Depois, queria questionar uma situação relacionada com o Mercado de Algés. Parece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que há uma licença de ruído que está válida até quinze de junho e que tem preocupado os cidadãos da zona, portanto, com um volume bastante elevado e que tem perturbado ali o sossego na zona e a licença diz que não pode perturbar o descanso. Portanto, saber se o Município já está a tomar as devidas medidas. -----

----- Depois, e já que foram aqui abordadas também questões das competências do Município na área da saúde, e o Senhor Deputado Diogo Barreto (IN-OV) falou como farmacêutico, deputado farmacêutico, eu queria falar como munícipe, como deputada, mas também como doente. Amanhã, na reunião de Câmara mais de cinquenta mil euros numa alteração orçamental vão ser desviados para outro projeto da Câmara Municipal, e são retirados da obra de centro de acolhimento para doentes com demência estes cinquenta mil euros. E, portanto, dizer também que este é o investimento que, muitas vezes, a Câmara faz na área da saúde. -----

----- Depois, já agora, que não era isto que eu queria dizer que era, em particular, eu queria falar das seringas e material hospitalar. O Senhor Vice-Presidente está a acompanhar o que estou a dizer? Porque isto é bastante importante e peço tolerância no tempo, já que tenho que interromper as minhas intervenções. -----

----- Queria falar em particular nas seringas e material hospitalar, ou seja, na gestão dos resíduos perigosos que são produzidos nas habitações e nos quais se incluem os resíduos de autocuidados. São, Senhor Presidente, seringas como esta que aqui vos trago hoje e que é uma medicação que, no meu caso, uso diariamente. Portanto, todos os dias produzo este lixo hospitalar, uma injeção. E porque a saúde não é só um discurso que se traz escrito, existem competências da saúde do Município que têm que ser acauteladas. Nomeadamente, estas seringas por mim eram entregues antes no Centro de Saúde, passaram a ser recusadas com uma resposta gravíssima que desde janeiro e fevereiro que dei conta ao Município, que é “A senhora junte tudo numa garrafinha e deite no lixo normal”. Ora, o lixo normal vai parar à Tratolixo e temos funcionários a mexer com

este tipo de resíduos. Sabendo que essa resposta não é adequada, tomei todas as medidas para contactar a administração da Tratolixo, da Câmara, mas também da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), que é a entidade gestora que, finalmente, meses depois, me respondeu que o passo a citar: “Os resíduos produzidos no domicílio de doentes, cujo tratamento é feito em regime ambulatorio pelo próprio doente ou por seu cuidador (e, portanto, sem intervenção de um prestador de cuidados de saúde), devem ser geridos como resíduos urbanos. Neste caso, os cidadãos devem contactar o município ou o sistema de gestão de resíduos da sua área de residência para obterem as informações necessárias para o devido acompanhamento e encaminhamento destes resíduos”. Segundo o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), publicado no anexo um do Decreto-Lei cento e dois-D/dois mil e vinte, na sua redação atual de um de janeiro de vinte e cinco, é obrigatória a implementação, por parte dos municípios ou SGRU, de um sistema que permita a recolha seletiva dos resíduos perigosos produzidos nas habitações, onde se incluem então estes resíduos. Estes resíduos, embora não sejam classificados como hospitalares, devem ser encaminhados para um tratamento equivalente ao dos resíduos hospitalares. E, portanto, Senhor Vice-Presidente, perguntar se esta é uma questão a que o Município já está sensível, se já estão a acompanhar e a resolver e, se sim, porque é que meses depois, como munícipe, ainda não recebi uma resposta por email, para saber onde é que posso então entregar as minhas injeções. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), faça favor.” -----

3.8. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É uma breve nota, muito breve, para as Festas de Oeiras que iniciarão já no próximo dia trinta de janeiro (deverá querer dizer “maio”) e vão regressar ao Jardim Municipal e ao Parque Urbano de Miraflores. Dois cenários que deixam de ser apenas jardins, passam a ser pontos de convergência para quem gosta de música, gastronomia, artesanato, etc. -----

----- Em dois mil e vinte e quatro, as Festas de Oeiras atraíram mais de trezentos e cinquenta mil visitantes, um número impressionante que reforça o papel de Oeiras como um polo atrativo e dinâmico. As Festas de Oeiras são, ano após ano, um retrato que sabe equilibrar a capacidade de manter e atrair visitantes, juntar públicos diferentes, idades diferentes, músicas e ritmos diferentes no mesmo lugar. E essa é talvez a maior, diria a maior força destas festas: a criação de memórias, a criação de experiências, um lugar onde as pessoas querem estar. Hoje, Oeiras afirma-se como um território de referência, não pelo que tem, porque é muito, mas também por aquilo que consegue criar e fazer a partir do potencial que tem. As Festas de Oeiras afirmam o Concelho como um destino de lazer; um destino de cultura; fortalece a economia local; projetam Oeiras enquanto Município criativo, inovador e participativo; promovem a coesão social; reúnem diversos públicos; criam novas centralidades e centralidades afetivas e urbanas.-----

----- Hoje em dia fala-se muito de centralidade, de centralidade, mas a centralidade não se decreta, constrói-se, e Oeiras tornou-se uma das centralidades mais relevantes do Distrito de Lisboa. Este ano, à semelhança, naturalmente, dos anteriores, o cartaz promete. Não promete pouco, será uma festa de todos, para todos, como é hábito de tudo o que se faz em Oeiras. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Diogo Barreto (IN-OV), faça favor.” -----

3.9. O Senhor Deputado Diogo Barreto (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Tal como a Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse, sou farmacêutico também e em resposta à necessidade da Senhora Deputada venho-lhe dizer que existe um programa chamado “Seringas só no agulhão”, pertencente à Associação de Farmácias de Portugal, onde várias farmácias aderentes têm contentores disponíveis para que possam ser depositadas essas seringas sem qualquer custo nas farmácias. E, portanto, convido-a a entrar na página da Associação de Farmácias de Portugal para que veja quais as farmácias aderentes em Lisboa. -----

-----Obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) já não tem tempo de intervenção, portanto...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“É para um pedido de esclarecimento, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“É como quê?” -----

3.10. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) respondeu o seguinte: -----

-----“É para um pedido de esclarecimento ao abrigo do Regimento.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faça favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Eu vou ser muito rápida. Senhor Deputado, muito obrigada, agradeço. A questão é que eu também já fiz essa consulta e essa pesquisa pelas farmácias de Oeiras, muito obrigada pelo conselho. As farmácias que consultei têm, de facto, caixinha, mas indicaram-me que como pagam por essa caixa, que eu não posso lá deixar os meus resíduos, até porque como eu disse, produzo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma por dia. E a minha questão principal ao Município é saber, sendo gestor destes resíduos, se já tomou as medidas e se está a comunicá-las à população. Porque eu até me considero uma pessoa bem informada, e não estou informada sobre este assunto. E produzo esses resíduos. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

3.11. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Não ouviu? O Senhor Deputado esclareceu.” -----

----- A Senhora Deputada **Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

----- “Não, não esclareceu. Não esclareceu. A Senhora Presidente é que pelos vistos não ouviu.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não, não...” -----

----- A Senhora Deputada **Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Como nem tudo é mau, Senhora Presidente, queria parabenizar, queria congratular o Município pelo acordo que tem com a Liga Portuguesa Contra o Cancro pelo rastreio que está a ser feito na zona do Centro de Saúde de Paço de Arcos.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Isso é outra coisa. Isso não é um pedido de esclarecimento. O Senhor Deputado Diogo Barreto (IN-OV) disse-lhe para consultar as Farmácias de Portugal, não foi as farmácias de Oeiras. É o site “Farmácias de Portugal” e aí encontrará quais as farmácias que fazem essa recolha.” -----

----- A Senhora Deputada **Mónica Albuquerque (EO)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, em todo o país. Desculpe, não me compete a mim, a Senhora já ouviu a indicação. Se o quiser fazer faz, se não quiser é um problema seu, mas é isto mesmo. É

isto mesmo que o Senhor está a ver.”-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Não, eu ouvi, eu ouvi. Bem, o que os senhores querem é isto, é esta..., mas não vale a pena. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide faça favor, tem a palavra.”-----

3.12. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Excelentíssima Presidente, caro Vice-Presidente, caros Vereadores, caros Deputados.

-----Fiquei muito triste com uma intervenção que acabei de ouvir há pouco. Acho lamentável a intervenção do Deputado Francisco O’Neill (CH). O Deputado sabe que eu tenho uma grande estima por si, é morador da nossa União de Freguesias, mas mencionar que o Município de Oeiras, quando trata das questões de habitação, está a “distribuir migalhas pela população” é uma falta de respeito, é uma falta de conhecimento pelo que se passa no nosso Município. Eu acredito, eu penso que... Eu não sei de que forma é que o Partido Chega se organiza, não sei se o Presidente do Partido envia discursos para serem proferidos nas Assembleias Municipais semanalmente, mas eu ainda há uns tempos atrás até aconselhei o Deputado Francisco O’Neill (CH) em ser ele próprio a fazer as intervenções, pensar pela sua própria cabeça. Porque desta forma, acontece o que acabou de acontecer, porque o Município de Oeiras ainda há pouco tempo, há um mês, foi o primeiro município do país a entregar casas, a entregar chaves de habitações no âmbito do PRR. O problema da habitação, a crise da habitação, não é só verificada no nosso país. Vejam só, atualmente o PRR existe lamentavelmente no seguimento da Covid Dezanove, e a União Europeia identificou que o problema da habitação ocorre em vários países, na Espanha, Inglaterra, em vários outros, e é por isso que existe o PRR. Mas em Portugal, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

problema é que não houve programas de habitação social no início do século dezanove. Em Espanha, a habitação social já existe desde o ano dois mil e dez, em Inglaterra desde dois mil e dezoito, em Portugal só nos anos noventa com o projeto SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) e depois com o PER (Programa Especial de Realojamento) que foi até realizado e foi concebido pelo nosso Presidente da Câmara que apresentou, que entregou ao Governo do Professor Cavaco Silva e o Governo do PSD, na altura, avançou com esse programa. E, na altura, Oeiras foi o primeiro município a acabar com os bairros de barracas.-----

----- Agora já que é jurista, deveria verificar na Constituição Portuguesa que o direito à habitação está mencionado na Constituição Portuguesa, é dever do Governo e também dos municípios resolverem essa questão. A verdade é que depois dos anos noventa e depois do PER nenhum Governo fez nada relativamente à habitação. Oeiras já tinha avançado com vários projetos de habitação, não só na área social, habitação jovem e foi apresentando aos sucessivos Governos, mas a verdade é que não houve nenhum Governo, nem do PS, nem do PSD que tenha avançado e tenha apoiado os municípios a avançarem com habitação social. E foi por isso que Oeiras aproveitou agora este recurso do PRR, e já entregou casas, já abriu mais candidaturas para habitação. Em Linda-a-Velha todo o processo foi transparente. Foi divulgado para toda a população o ato das inscrições do Alto da Montanha, foi divulgada a primeira lista seleccionada, foram divulgadas as listas finais e todo o regulamento. Foi tudo aprovado na Assembleia Municipal, em Executivo e também esteve para consulta pública. -----

----- Disse.”-----

3.13. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), o Senhor tem seis segundos de tempo de intervenção.”-----

3.14. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte:-----

-----“Defesa da honra. Senhora Presidente...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Eu, portanto, vou dar-lhe a palavra por seis segundos. Ao fim desse tempo eu retiro-lhe a palavra.” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) perguntou o seguinte:-----

-----“Seis segundos... Então, mas eu não posso exercer a defesa da honra? Então quer dizer...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“Qual honra? Se há alguém que aqui ofendeu a honra foi o Senhor.” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) referiu o seguinte: -----

-----“Desculpe lá, então estão a dizer que os meus textos são do meu Presidente? Desculpe lá...” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, o Senhor tem seis segundos para usar da palavra. Findos os seis segundos, eu retiro.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) observou o seguinte: -----

-----“Muito bem. Então posso? Muito bem, é como sempre, é a mesma coisa. Só quero dizer que os meus textos sou eu que os faço. E não sou nenhum Presidente de nenhuma União telecomandado, como é ali o Doutor Inigo. Esse sim, é telecomandado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Os outros é que o ofendem...” -----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Agora, eu não admito que diga coisas a meu respeito, que não é verdade. Eu sei que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

incomodo, mas a verdade custa às vezes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Meus senhores.... Alguém pretende usar da palavra? Mais nenhum senhor deputado pretende usar da palavra? Não quer usar?”-----

3.15. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) perguntou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente. Deu-me a palavra, certo?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

----- “Faça favor, Senhor Deputado António Moita (IN-OV).”-----

----- O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Eu queria apenas dizer que considero praticamente, praticamente não, é mesmo inaceitável, a forma como as forças políticas do extremo quer dum lado, quer do outro, se comportam nesta Assembleia. E a forma que teríamos era uma de duas: ou continuar neste jogo que é um jogo que, infelizmente, tem vindo a ser prática, que é dar palco a quem mente, dar palco a quem diz coisas que não são a realidade ou, pura e simplesmente, não dizermos nada. Preferimos a segunda possibilidade que é não dizer nada. O povo de Oeiras felizmente sabe o que se passa, felizmente sabe em quem pode confiar e, portanto, é nesta posição que continuamos, e podemos informar que continuaremos até setembro.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Portanto, mais ninguém pretende usar da palavra? Dou por encerradas as inscrições. Pergunto ao Senhor Vice-Presidente se o Senhor quer usar da palavra? Faça favor.”-----

3.16. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

-----Senhora Presidente, permitam-me que diga que, apesar de nós termos terminado agora um período eleitoral e estarmos prestes a entrar em dois outros períodos eleitorais, eu suponho que os senhores deputados tenham noção que estas coisas ficam, são transmitidas. Era bom, culpa própria, também por vezes excedo-me, todos nós nos excedemos, mas devíamos fazer um esforço mínimo para mantermos o mandato urbano até ao final. O Senhor Deputado do Chega trouxe aqui umas afirmações, eu peço à minha bancada que tenha compreensão, é o jeito deles. É o jeito deles. Não se pode esperar nada de construtivo, e nós estamos a entrar num período em que é preciso fazer algumas provas de vida. Portanto, é isto que está a acontecer. Vai acontecer mais vezes, vão tentar provocar mais vezes, e nós temos que continuar o nosso caminho, fazendo o que temos vindo a fazer. Eu não sei.... Eu não sei se estão a ouvir rádio algures por aí.... Eu peço a sua ajuda, mas a vida é o que é, é gerir. -----

-----Nós temos que continuar a cumprir aquilo que nós estamos a fazer, nós cumprimos o nosso programa. Criticar a habitação no Município de Oeiras é algo que nenhum oeirense acredita. Sabemos o histórico, sabemos o trabalho que vem sendo desenvolvido. Criticar o medo, o silêncio.

-----“Presidentes de Junta telecomandados”, não sei sequer se é humanamente possível, a tecnologia ainda não chegou aí, não sei. Certamente que o Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas não tem nenhum aparelho que permite ao Senhor Presidente da Câmara controlá-lo remotamente. Portanto, tudo isto faz parte de um espetáculo que nós, lamentavelmente, temos que nos ir acostumando. O ideal é seguirmos o nosso caminho, fazermos o nosso trabalho, que certamente os resultados chegarão. -----

-----O Senhor Deputado do PSD trouxe a questão da estrada de Tercena para a Fábrica da Pólvora. A informação que chega é que estará aberta dia vinte e dois de junho.-----

-----Quanto ao licenciamento do Mercado de Algés, dos eventos. Os horários estabelecidos são nos termos do parecer da Polícia de Segurança Pública.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A questão das seringas. Podem ser depositadas nas farmácias ou nos centros de saúde, de acordo com o que é informado pela ULS (Unidade Local de Saúde). No entanto, vamos verificar se há algum erro por parte da ULS. Senhora Deputada, tenha alguma paciência. Eu estou a transmitir-lhe o que a Unidade Local de Saúde nos diz. Está a ser articulado pela Unidade de Saúde, com a delegada de saúde. Todavia, o responsável pelo centro de saúde diz para deixar na farmácia ou no centro de saúde. É o que nos foi transmitido até agora, sempre. Tenha alguma paciência. Estou a transmitir o que nos é transmitido a nós institucionalmente.-----

----- Senhora Presidente é só.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Mais alguma intervenção? Portanto, chegámos ao fim deste Período Antes da Ordem do Dia e vamos entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 253/2025 – GAP – relativa à Extinção dos SIMAS e criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “A Senhora Vereadora Joana Baptista, Presidente do Conselho de Administração dos SIMAS disponibilizou-se a fazer uma apresentação para que todos os senhores deputados fiquem mais esclarecidos sobre esta problemática. Por isso, eu iria desde já agradecer à Senhora Vereadora Joana Baptista a sua disponibilidade, e dar-lhe a palavra para a exposição que nos vai fazer sobre este ponto.”-----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente, Senhores Deputados e cara estrutura dirigente

dos serviços intermunicipalizados, que maioritariamente hoje marcou presença neste órgão deliberativo. Hoje é submetida a apreciação e aprovação deste órgão uma proposta de deliberação que visa a extinção dos SIMAS, dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, e visa a criação dos SMAS. Voltamos ao capítulo do passado, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras. -----

-----Esta tomada de posição política não é uma tomada de posição política nova, portanto, eu quero crer que não há surpresa, não há qualquer novidade nesta decisão política emanada por Oeiras, até porque, ao longo deste mandato de dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco, os senhores deputados têm com frequência testemunhado, têm sido informados e sido esclarecidos pelo próprio Presidente, mas também por mim própria, na minha dupla qualidade de Vereadora das Obras e Ambiente, mas também como Presidente dos SIMAS desde maio de dois mil e vinte e quatro, como vogal daquele conselho de administração desde janeiro de dois mil e vinte e, portanto, têm testemunhado aquilo que tem sido um mandato tumultuoso. Foram quatro anos tumultuosos, conflituosos. E conflituosos sumariamente por três grandes momentos:-----

-----O primeiro momento, porque Oeiras e Amadora não chegaram a acordo, depois de se terem desenvolvido estudos tanto por Oeiras, como pela Amadora, para a criação de uma empresa intermunicipal. A Amadora não concordou com a repartição justa e equitativa dos ativos, sessenta e um por cento para Oeiras, trinta e nove por cento para a Amadora, portanto, o primeiro momento de discórdia acontece nesse momento. -----

-----O segundo momento de discórdia acontece quando, em dois mil e vinte e dois até dois mil e vinte e quatro, maio, acontece uma administração presidida pelo Doutor João Serrano, naturalmente determinada pelo Município da Amadora. Foi uma administração desastrosa e eu não desenvolvo porque não devo desenvolver, mas, sumariamente, a pessoa indicada pelo Município da Amadora não reunia quaisquer competências comportamentais ou profissionais para estar sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a liderança do SIMAS. -----

----- E o terceiro e último momento, que foi a punhalada final, foi o ato de traição por parte da Amadora quando, juntamente com outros municípios da Grande Lisboa, decide-se separar de Oeiras, através de estudos e através do grupo Águas de Portugal.-----

----- Portanto, temos aqui três momentos que são determinantes para um percurso temporal de quatro anos, e que determinam a decisão inabalável que hoje é sujeita à vossa apreciação e a aprovação. Alguns dirão - e é importante fazer este contraditório - que é um ato de egoísmo por parte do Município de Oeiras. Não é, meus caros. É um ato de coerência. É percebermos aquilo que somos, aquilo que a história conta, porque há uma narrativa grande e que deve ser respeitada. Há um passado. Daqui a dois anos as águas de Oeiras comemoram cem anos. São anos de história em Oeiras, maioritariamente. Também temos consciência daquilo que é o nosso território, daquilo que são os movimentos telúricos, a energia pulsante do nosso território e, portanto, temos que ser coerentes e respeitadores daquilo que é o passado, o presente, mas de que forma é que os SIMAS, futuros SMAS, se querem posicionar no futuro de Oeiras, no território e junto da população. E, portanto, não sendo um ato de egoísmo, é um ato de coerência. -----

----- E, nesta medida, eu preparei uma apresentação com a necessária clareza, porque alguns de vós não conhecem a história a fundo e, portanto, esta apresentação, no fundo, acaba por contar aquilo que eu acabei de contar de forma sumária, com outro detalhe, com outro pormenor. E assim me comprometi na Comissão de Economia e Assuntos Jurídicos, onde estive na semana passada com alguns de vós. Ora, o que pretendemos é, de facto, e esta imagem é representativa, “separar as águas”. Oeiras quer um novo curso para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

----- Estamos em dois mil e vinte e cinco, a proposta de deliberação que hoje vos é apresentada visa a extinção dos SIMAS e visa a criação dos SMAS. É um momento crucial a que devemos dar a necessária importância estratégica. À superfície, os SIMAS de hoje não revelam,

porque é verdade, portanto, só quem lá está é que percebe, de facto, as duas correntes que correm em sentido oposto, Oeiras e Amadora. -----

-----Principais números para vós. Hoje em dia, somos e representamos cerca de cento e noventa mil clientes. Temos nos nossos serviços trezentos e setenta e sete trabalhadores, mil e cem quilómetros de rede de água, mil e quinhentos quilómetros de rede de saneamento. Representamos um volume de negócios de sessenta e seis milhões de euros e, no último resultado líquido, tivemos um proveito de quatro ponto cinco milhões de euros. É a casa que muito nos orgulha e, portanto, há aqui um trabalho que não é possível recusarmos, ou é possível nos alienarmos. É uma grande responsabilidade e é um grande desafio com que hoje em dia nos defrontamos. Como chegámos aqui, dois mil e vinte e cinco, também temos orgulho e eu nunca me calo de dizer que há uma liderança e há um comando natural de Oeiras nos serviços municipalizados. Esta é a nossa história. Iniciámos funções em mil novecentos e vinte e sete com a criação dos serviços de água. Em cinquenta e seis com a rede de esgotos. Em setenta e nove a desanexação da Freguesia da Amadora. Em mil novecentos e oitenta protocolámos os dois municípios, os termos e os parâmetros de colaboração daí em diante, e já passaram quarenta e cinco anos. No mandato noventa e três/noventa e sete, eu não tenho propriamente o ano preciso, mas a Amadora sempre configurou no conselho de administração como mera observadora, mas neste mandato, por decisão do Presidente Isaltino, passaram a configurar como administradores. E em dois mil e treze foram criados os atuais Serviços Intermunicipalizados, os SIMAS, e regeu a partir dessa altura, e nos últimos doze anos, um acordo de cavalheiros, em que há uma rotatividade na presidência de dois em dois anos. Nestes últimos doze anos estas foram as pessoas, os titulares da presidência dos SIMAS. Entre dois mil e treze/dois mil e quinze tivemos a presidência da Amadora, e quem ocupou o cargo de presidente dos SIMAS foi a Senhora Presidente Carla Tavares. Eu gostava, da mesma forma como nós estamos aqui deste lado, com o necessário respeito, aliás, o Vice-Presidente há pouco teve o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cuidado de solicitar até ao final do mandato urbanidade e, portanto, a educação, meus caros, a educação, urbanidade, cordialidade que se solicita até ao final deste mandato. Os senhores são deputados. Os senhores são deputados, deiam-se, deiam-se (deverá querer dizer “deem-se, deem-se”) ao respeito. Entre dois mil e treze/dois mil e quinze, presidência da Amadora e cujo cargo de presidente dos SIMAS foi ocupado pela Senhora Presidente Doutora Carla Tavares. Dois mil e quinze/dois mil e dezassete presidência de Oeiras, e cujo titular da presidência foi o Doutor Paulo Vistas. De dois mil e dezassete até dois mil e vinte volta a ser a presidência da Amadora, e a Presidente Carla Tavares. E em dois mil e vinte/dois mil e vinte e dois, com a presidência de Oeiras, é com orgulho que dizíamos que os SIMAS voltam à liderança e ao comando natural de Oeiras. O bom pai de família regressa aos SIMAS. E é com propriedade que dizemos isso, porque há indubitavelmente essa liderança, esse comando. Podem reagir como quiserem, senhores deputados, mas a história fala por si. E são quatro décadas, quatro décadas são muito mais do que um mandato de quatro anos em que os senhores deputados aqui estão sentados. Quatro anos a quarenta anos, e nesses quarenta anos há uma liderança indubitável, inquestionável da pessoa que eu tenho sentada ao meu lado naquela casa, nos SIMAS. E se esta relação permaneceu durante quarenta e cinco anos, a tudo se deve à forma de ser e estar na política deste Presidente. E, portanto, é com propriedade que dizemos em Oeiras que o bom pai de família em dois mil e vinte regressa aos SIMAS. No mandato vinte e dois/vinte e quatro tivemos novamente a presidência da Amadora e, pela primeira vez, tivemos a ocupar o cargo de presidente alguém não eleito, foi o caso do Doutor João Serrano. Eu já teci aqui os considerandos que teci sobre o Doutor João Serrano, mas voltarei a tecer mais à frente na minha apresentação. E a partir de maio de dois mil e vinte e quatro, eu na qualidade de eleita, mas também indicada e nomeada pelo órgão executivo para a presidência dos SIMAS. -----

----- Sete razões que tornam imperioso levar Oeiras de volta a águas livres. Dois estudos

diferentes concluíram a mesma desigualdade na base da parceria Oeiras/Amadora. Bem, volto a dois mil e treze. Em dois mil e treze e com a criação dos SIMAS, os dois municípios estiveram de acordo em que aquela realidade não era uma realidade ajustada, racional, nem tampouco eficiente para aquilo que era a pretensão dos dois municípios. Ora, em dois mil e catorze, e até porque era o Município da Amadora que estava sobre a presidência dos SIMAS foi encomendado um estudo à American Appraisal que visava a constituição e a criação de uma empresa intermunicipal. Portanto, quem deu o pontapé de partida para a criação desta empresa intermunicipal (não obstante haver a concordância dos dois) foi o Município da Amadora com este estudo em dois mil e catorze. Igualmente em dois mil e vinte e dois volta Oeiras a contratar um outro estudo, portanto, duas entidades diferentes a contratar o mesmo estudo a entidades diferentes, e que chegam exatamente à mesma conclusão. É uma conclusão que, naturalmente, não é uma surpresa para Oeiras, que é a distribuição dos ativos. Somos o dobro do território da Amadora, naturalmente, temos o dobro das infraestruturas de água e saneamento entre outros ativos. E, portanto, sessenta e um por cento Oeiras e trinta e nove por cento Amadora. Dois estudos encomendados exatamente com os mesmos resultados. E, portanto, é com sentido de justiça que dizemos que durante este período, desde dois mil e treze até à atualidade, naturalmente, Oeiras está prejudicada e a Amadora está beneficiada. Com a criação dos SIMAS os dois municípios partilhavam a necessidade de criar uma nova entidade, uma empresa intermunicipal mais eficiente e ajustado à realidade. Amadora deu o pontapé de partida encomendando o estudo em dois mil e catorze, mas os resultados surpreendem: os sessenta e um/trinta e nove. Oeiras na sua presidência em dois mil e vinte e um encomenda novo estudo para retomarmos este caminho, porque na realidade, o que aconteceu foi que a partir de dois mil e catorze e com o estudo que a própria Amadora encomendou, não foi consequente. A Amadora não foi consequente com a sua própria ação, porque, na realidade, não gostou dos resultados e da repartição justa e equitativa dos sessenta e um/trinta e nove. E, portanto, este estudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reforça a necessidade de constituição de uma nova entidade intermunicipal. -----

----- Oeiras reforça a necessidade de avançar com a criação de um SIMAS de futuro, contudo, estamos e permanecemos até dois mil e vinte e cinco num processo absolutamente suspenso que prejudica, senhores deputados. Prejudica aquilo que é a visão, aquilo que é a ambição, aquilo que são os nossos objetivos estratégicos e que estão nas vísceras do nosso território. Não é possível, não é possível continuarmos a negligenciar aquilo que está no nosso sangue. -----

----- Estas são as iniciativas ... Eu tive o cuidado de colocar nesta apresentação, até porque alguns dos deputados acabaram por me questionar, ilegitimamente, então, mas houve iniciativas de comunicação entre o Município de Oeiras e o Município da Amadora? De facto, não é uma surpresa, não é uma novidade para os senhores deputados, porque a Senhora Vereadora e o Senhor Presidente, em todas as reuniões da Assembleia Municipal, têm informado, esclarecido e reiterado. Mas aconteceram várias iniciativas entre os vários Presidentes de Câmara. E eu digo vários, porquê? De um lado só há um Presidente, o Presidente Isaltino, mas do lado da Amadora, dois Presidentes de Câmara. Ocorreram várias iniciativas, várias reuniões, vários ofícios com iniciativa única e exclusiva do Presidente Isaltino. Junto primeiro da Presidente Carla Tavares, e, em seguida, do atual Presidente da Câmara Municipal da Amadora, o Arquiteto Vítor Ferreira. Estão aqui de forma meramente indicativa alguns ofícios da iniciativa de Oeiras junto da presidência da Amadora. E, portanto, Oeiras sempre, mas sempre, tomou a iniciativa desta comunicação. -----

----- Nestas próximas apresentações consegue-se perceber que é difícil continuar a juntar aquilo que é abismalmente distinto. São territórios, duas realidades absolutamente diferentes. Já eram diferentes há quarenta anos, mas conforme o tempo passa, cada vez são mais diferentes. As necessidades naturalmente diferentes, e estratégias políticas exigem estratégias empresariais distintas. E eu começo pelo nosso ADN, o nosso ADN são as políticas habitacionais. Oeiras, em

dois mil e vinte e cinco, já vai na terceira geração de políticas de habitação. Demos primeiramente resposta às famílias mais carenciadas, mas hoje em dia já atingimos outro segmento da população, a classe média, os mais jovens, os mais idosos, grupos profissionais especializados como é o caso dos professores, dos polícias, dos cientistas. A Amadora, em dois mil e vinte e cinco, ainda tem cinco mil famílias a viver em barracas. Ainda está a responder a necessidades primárias. E qual é o reflexo que tem nos SIMAS? Todo. Senhores deputados, têm noção daquilo que é o mais simples, torna-se complicado? Fazer uma leitura? Como é que se faz uma leitura em Miraflares? Mas já nem dou o exemplo de Miraflares. Fazer uma leitura no Concelho de Oeiras, na Portela. Ou fazer uma leitura no Concelho da Amadora no Bairro da Cova da Moura ou no Bairro Seis de Maio. Ou um corte de água. Quem é que dos nossos recursos humanos, ou mesmo de uma empresa contratada para o efeito vai sozinha ao Bairro Seis de Maio ou à Cova da Moura fazer um corte de água? Não, vai com uma ordem policial. Portanto, o mais simples nos SIMAS torna-se complicado e complexo fazer no Município da Amadora. E, portanto, são duas realidades que, na realidade, nos levam para estratégias políticas muito distintas e cada vez são mais distintas, conforme passa o tempo. --- -----

-----Rendimento per capita. Oeiras com um rendimento de topo a nível nacional, basta olhar para os valores. Amadora com baixo rendimento na AML. E quando se fala de método comparativo, nós comparamo-nos a nível nacional, eu aqui coloco já valores da Grande Lisboa. Portanto, a Amadora tem baixos valores dentro dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Oeiras não, Oeiras está no topo a nível nacional e, na realidade, isso tem reflexos aonde? No consumo, na faturação, na cobrança. Valores abismais nos separam.-----

-----Tecido empresarial. É com orgulho que os senhores deputados dizem e reafirmam que somos a segunda economia do país, temos uma força pujante, somos um furacão naquilo que é o tecido empresarial do nosso Concelho. Geramos aqui neste pequeno território trinta e quatro mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

milhões de euros todos os anos. É inquestionável. A Amadora, naturalmente com menor força empresarial. Porquê? Porque nunca teve essa estratégia, nunca teve no seu ADN qualquer tipo de objetivos estratégicos. Terá, tem o seu curso naturalmente, legítimo, mas não tem de forma tão afincada uma “Bíblia”, um programa eleitoral que nos projeta para além do mandato de quatro anos. Nós, neste momento, estamos a preparar o programa eleitoral para o Presidente Isaltino que não é dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e nove, senhores deputados. O programa político que o Senhor Presidente Isaltino vai apresentar projeta Oeiras para além de dois mil e cinquenta. E é isto que é construir o futuro do nosso país, isto é que é construir o futuro de Oeiras e deixar legado. -----

----- Políticas educacionais. Oeiras com a população muito qualificada, o maior número de licenciados, o maior número de doutorados. Amadora com um caminho a fazer na educação, aliás, tem a maior taxa de analfabetismo da Grande Lisboa. Oeiras com forte pendor na área da inovação, um por cento do nosso orçamento, e que já perfaz mais de três milhões de euros, são vocacionados para a nossa estratégia de ciência e inovação. Amadora, desconhecemos se tem algum objetivo estratégico nesta matéria. -----

----- E mesmo nas duas lojas que inaugurámos no ano passado, em dois mil e vinte e quatro. Isto é um caso caricato em que os SIMAS fazem exatamente o mesmo investimento em duas lojas de atendimento ao público. Uma do lado de Oeiras, em Algés, outra do lado da Amadora. O mesmo investimento, senhores deputados. Mas a forma como nós vemos, a forma como nós interagimos com o território e com as pessoas resultam em duas lojas totalmente distintas. Portanto, o mais simples torna-se diferente, face àquilo que são as lógicas e as abordagens políticas.-----

----- Ora, dois mundos SIMAS reforçam a necessidade de uma gestão de cada município. E é com sentido novamente de justiça que dizemos que Oeiras contribui e a Amadora usufrui. Ao nível dos clientes, meus caros deputados, do lado de Oeiras, temos noventa e seis mil e setecentos

clientes, que representam cinquenta e um por cento. A Amadora noventa e dois mil e quinhentos, representando quarenta e nove por cento. -----

-----Respeitante à tarifa social, naturalmente e em função daquilo que acabei de dizer do rendimento per capita, temos o maior número de beneficiários do lado da Amadora. Mil beneficiam da tarifa social, comparativamente com Oeiras em que há um benefício de setecentos clientes. ---- -----

-----Consumo de água. Cinquenta e seis por cento em Oeiras, comparativamente com quarenta e quatro por cento do lado da Amadora. -----

-----Faturação e cobrança, senhores deputados, este território fatura todos os anos mais seis milhões de euros. Faturação em Oeiras, trinta e cinco milhões de euros, comparativamente com vinte e nove milhões na Amadora. Cobrança: trinta e quatro milhões ponto quatro em Oeiras, comparativamente com vinte e sete ponto cinco do lado da Amadora. Seis milhões de euros a mais todos os anos. -----

-----Na rede de abastecimento, os mil e cem quilómetros dividem-se desta forma: setecentos do lado de Oeiras, quatrocentos do lado da Amadora. Na rede de esgotos, mil do lado de Oeiras, quinhentos do lado da Amadora. -----

-----E, portanto, temos aqui indicadores claros da diferença de atividade e de negócio dos SIMAS por parte dos dois territórios. A diferença de ativos em cada município foi definida tanto no estudo da American Appraisal encomendado pelo Município da Amadora, como também no estudo da BDO encomendado pelo Município de Oeiras em dois mil e vinte e um, e reforça a maioria de capitais próprios do lado de Oeiras. Os sessenta e um por cento do lado de Oeiras e os trinta e nove por cento do lado da Amadora. -----

-----Mas é importante também vos dar aqui alguma menção à questão da dívida, porque isto é o reflexo claro do rendimento per capita. No total da dívida temos sete ponto oito do lado de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras, que temos que recuperar, e dívida que ainda está a tramitar nos SIMAS, e dívida que já passou para os serviços de execuções fiscais da própria Câmara, mas temos quase treze milhões do lado da Amadora. Portanto, sete ponto oito é a dívida do lado de Oeiras, doze ponto sete é a dívida do lado da Amadora. Trinta e oito por cento é a dívida oeirense, sessenta e dois por cento é a dívida do lado da Amadora. E reparem, estes sessenta e dois por cento é muito mais do que os sessenta e dois por cento, porque, na realidade, o desempenho dos serviços de execução fiscal de cada município é muito distinto. Portanto, a forma de recuperar dívida do lado de Oeiras é muito mais eficaz do que do lado da Amadora. Portanto, estes sete ponto oito do lado de Oeiras, nós sabemos todos que será maioritariamente recuperável. E, portanto, consegue-se perceber que Oeiras domina, e há uma Amadora mais distante naquilo que são os ativos e aquilo que é a dívida.

----- Também ao longo destes quatro anos, os senhores deputados acabaram por testemunhar aquilo que é o planeamento sempre que Oeiras assume a presidência dos SIMAS, e sempre que a Amadora assume. Porque, na realidade, os senhores deputados não têm qualquer acesso a informação ou esclarecimentos, a quaisquer planos estratégicos. Mais, o volume das perdas de água aumenta sempre que a Amadora assume a presidência. -----

----- Tivemos o cuidado de fazer um benchmarking à Área Metropolitana de Lisboa e à Área Metropolitana do Porto, e consegue-se perceber nas duas áreas metropolitanas que ambas validam a gestão individual de cada município. Portanto, a regra é uma gestão municipal feita seguindo a realidade de cada município. E consegue-se perceber que a única gestão intermunicipal em vinte e três municípios é tão só única e exclusivamente Oeiras e Amadora e Loures e Odivelas. Portanto, os vinte e três municípios têm gestões individualizadas. Duas estratégias políticas conduzem a uma estratégia operacional ineficiente, e estas conclusões não são minhas, são dos dois estudos que foram feitos em dois mil e catorze e em dois mil e vinte e um pelos dois municípios. A falta de eficiência de processos, porque o processo de tomada de decisão, meus

caros, obriga sempre a uma aprovação da reunião de Câmara de Oeiras, da reunião de Câmara da Amadora, da Assembleia Municipal de Oeiras, da Assembleia Municipal da Amadora. Portanto, em qualquer processo de empreitada, meus caros, no lançamento e adjudicação, perdem-se à vontade seis meses neste processo, de aprovações por um lado e de aprovações por outro, e a gestão de agendas dos respetivos presidentes, vereadores e senhores deputados. Um modelo de gestão moroso, naturalmente, este tempo que acabei de mencionar, e depois a falta de orientação. Reparem, quando nós em Oeiras dizemos e fazemos finca-pé no planeamento a longo prazo, e dizemos que é tão importante planear e fazer programas políticos para além do mandato de quatro anos, agora imaginem os SIMAS que de dois em dois anos muda. Não é quatro, é de dois em dois anos. Portanto, quando começamos a implementar seja o que for, muda a presidência. E, meus caros, o ritmo é diferente. É o que é.-----

-----Duas estratégias políticas com ritmos diferentes conduzem a uma estratégia operacional ineficiente e, portanto, aqui têm aquilo que tem sido o nosso percurso nos últimos doze anos. Dois níveis de competência de gestão prejudicam gravemente os cidadãos de Oeiras. E aqui também é inquestionável, temos em Oeiras uma gestão que é profissional e tenta sempre ser cada vez mais profissional, e temos na Amadora uma gestão que, de facto, é amadora.-----

-----No último mandato de dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e quatro, não é vinte e três, está ali um lapso, é até abril de dois mil e vinte e quatro. Senhor Deputado, deia-se (deverá querer dizer “dê-se”) ao respeito.... Dois mil e vinte dois/dois mil e vinte e quatro, dois anos, tivemos a presidência da Amadora, em que o Presidente foi o Doutor João Serrano. Foi um período muito tumultuoso, muito conflituoso, eu estive lá como vogal do conselho de administração, portanto, testemunhei aquilo que se passava nas reuniões do conselho de administração. Não intercedi porque não tinha condições de interferir em reuniões de serviço. Portanto, foi-me balizado, eu volto a dizer, foi balizado ao principal acionista Oeiras toda e qualquer informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de funcionamento e da atividade dos serviços intermunicipalizados. Não sei se havia, se não havia orientações nesse sentido, mas esta vogal e o Presidente da Câmara não tiveram qualquer informação daquilo que acontecia nos SIMAS durante o período de dois anos. É lamentável, mas aconteceu. E, portanto, aquilo que vocês testemunharam, a ausência completa do presidente do conselho de administração em todas as reuniões de Câmara e da Assembleia, não obstante ser reiteradamente convocado para estar nas reuniões de Câmara, dar informações, dar esclarecimentos, nunca em tempo algum marcou presença junto, volto a dizer, do principal acionista Oeiras. A incapacidade de relacionamento institucional, portanto, a ausência completa de competências profissionais, de liderança, de gestão, mas também comportamentais. Os documentos obrigatórios, o Relatório de Contas e as Grandes Opções do Plano nunca entregues nas datas previstas. Eu quero vos dizer o que é que representa, do ponto de vista material, esta nunca entrega, para além de não se cumprir com os tempos previstos na lei. No ano passado esta administração assumiu as funções, eu e a Doutora Catarina no dia vinte de maio, e em menos de uma semana tínhamos aqui o Relatório e Contas do ano transato e tínhamos as Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e cinco, mas com uma décalage de sete meses. Sete meses de não aprovação das Grandes Opções do Plano para os SIMAS representaram uma diminuição na nossa receita de sete milhões de euros. Por cada mês que passava era menos um milhão que entrava. Portanto, vejam aquilo que significa a hesitação, e hesitação em quê? Na visão como vemos o território. Oeiras queria de forma coerente e consistente aumentar o tarifário. Para quê? Para que aquela entidade fosse sustentável. Naturalmente já houve anos em que havia a distribuição de dividendos para com os dois municípios. Deixou de haver. A partir de dois mil e vinte, os SIMAS, os resultados dos SIMAS, não foi possível continuar a distribuir dividendos. Pois claro... Portanto, é fundamental para garantir a sustentabilidade daquela casa acompanhar a taxa de inflação, acompanhar aquilo que é o pagamento das entidades em alta, EPAL e as Águas do Tejo Atlântico,

mas também acompanhar aquilo que é a nossa realização de investimento. Não é possível continuarmos a aplicar um tarifário que não acompanha estes três vetores operacionais e estratégicos. Caso contrário, um dia mais tarde dá prejuízo e temos que fechar aquela casa, aquela casa deixa de ser sustentável. E reparem, é fundamental dizer isto, os SIMAS não têm que espelhar e traduzir as políticas sociais de cada município. As políticas sociais pertencem a cada câmara. As políticas sociais pertencem à Câmara Municipal de Oeiras. Idem à Câmara Municipal da Amadora. Portanto, por favor, deixem de instrumentalizar os SIMAS para fazer ali políticas sociais. Ali é uma estratégia política que se tem que traduzir numa estratégia empresarial. Única e exclusivamente. E tem que haver coerência entre a receita e a despesa. E, portanto, no ano passado e com o atraso das Grandes Opções do Plano, tivemos um prejuízo de sete milhões de euros nos SIMAS.----

-----O não cumprimento da lei dos compromissos sempre e a toda a hora e, como sabem, isto leva à perda de mandato, portanto, aquele presidente do conselho de administração, não obstante os alertas que foram dados em vários conselhos de administração, fazia aprovar situações e procedimentos que violavam claramente a lei dos compromissos. A ausência do cumprimento dos Planos Estratégicos. Todos, todos pararam, todos estagnaram. A ineficiência no plano de recuperação da dívida. Perguntam qual foi a dívida que foi recuperada? Estamos a falar de vinte e um milhões de euros, vinte e um milhões de euros, dois terços que pertencem à Amadora. Perguntem: qual foi a dívida recuperada de um lado e do outro lado? A performance económica desastrosa. Menos um milhão e meio em dois mil e vinte e dois. -----

-----E, portanto, meus caros, a partir deste momento, a relação institucional entre o Município de Oeiras e o Município da Amadora foi para sempre comprometida. Para sempre. E volto a lembrar as várias iniciativas que o Presidente Isaltino teve, sobretudo junto..., iniciativas pedagógicas, como bom pai de família, junto da Presidente Carla Tavares. Vamos corrigir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Portanto, não é uma pessoa que vem sabotar uma relação de quarenta anos. Uma relação de quarenta anos que foi sempre alimentada, corrigida e reajustada por este Presidente de Câmara.--

----- Dois níveis de competências de gestão prejudicam gravemente os cidadãos de Oeiras. E foi aquilo que acabei de vos mencionar. Portanto, visões diferentes quanto ao tarifário levaram a que, de facto, não fossem aprovadas as Grandes Opções do Plano a tempo e horas e mais, quando a nossa visão tinha toda a sustentabilidade. -----

----- E aqui neste gráfico é-vos apresentado aquilo que é a aplicabilidade do nosso tarifário de acordo com entidades gestoras análogas da Grande Lisboa. E consegue-se perceber que não obstante aumentámos o tarifário com base no pagamento às entidades em alta, com base a acompanharmos a inflação, com base a acompanharmos o investimento, ainda assim, os SIMAS representam à data de hoje com este aumento, a entidade que menos corresponde a encargos mensais para o nosso cliente. Portanto, vejam a consistência com que tomamos decisões políticas.

----- Esta foi a machadada final e foi o terceiro momento, que é o momento, meus caros, que para quem está deste lado, não é sanável. É um momento insanável. É o momento da traição. Em dois mil e vinte e três, numa reunião que tivemos com os sindicatos, mas não por esta razão por uma outra razão, estávamos a discutir uma temática que estava relacionada com o desempenho e a atividade da Câmara Municipal de Oeiras, fomos confrontados com um folheto, um folheto promovido pelos sindicatos e que fazia nota...” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

----- “Um sindicato, o STAL.” -----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “É verdade. Panfleto do STAL.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

-----“Justiça ao sindicato.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Justiça ao sindicato. É verdade. Bem-hajam. Bem-hajam, porque (Bem-hajam. Bem-hajam) de outra forma o Município de Oeiras não tinha conhecimento e, portanto, foi através deste sindicato que, em novembro de dois mil e vinte e três, tivemos conhecimento de que havia a decisão, a decisão já materializada no desenvolvimento de estudos (não é ficção), é a realidade que já estava a ser materializada do Município da Amadora querer se separar do Município de Oeiras, querer se separar do Município de Oeiras e anexar-se a outros municípios da Grande Lisboa. O caso de Loures, de Odivelas, de Vila Franca, através do grupo Águas de Portugal. Portanto, a iniciativa para promover esta separação foi única e exclusiva do Município da Amadora, mas não da forma como nós nos comportamos em Oeiras, desta forma frontal e transparente, olhos nos olhos. Quando as coisas correm mal o que devemos fazer é falar. É falar. Não estamos em concordância quanto à repartição dos ativos? O Presidente Isaltino falou com a Presidente Carla Tavares, é normal não estarmos de acordo. Mas ainda assim, a vida prossegue, porque interesses maiores da causa pública devem prevalecer. Agora, este ato de traição não é justificável, e não é justificável, mais quando existe uma história de vida, uma história de vivência política e institucional de mais de quatro décadas. E, portanto, tivemos este momento que, de facto, é considerado para Oeiras insanável e que foi fator de grande instabilidade dentro da casa SIMAS. Portanto, os trezentos e setenta e sete trabalhadores tiveram conhecimento deste processo, do desenvolvimento destes estudos e, portanto, isto foi um fator de instabilidade e que a nova presidência, naturalmente liderada por Oeiras, teve que acalmar os ânimos. -----

-----Ora, estamos em dois mil e vinte e cinco, senhores deputados e é hora hoje, como nunca, é preciso ter coragem para tomar a decisão que melhor defende os interesses e o futuro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras. E eu volto a recordar dois mil e treze, treze/catorze. O Presidente Isaltino não estava nesta cadeira em dois mil e treze/dois mil e catorze quando foi encomendado pelo Município da Amadora o estudo, o primeiro, e que já dizia de forma expressa e inequívoca a repartição dos ativos sessenta e um/trinta e nove. E, de facto, não é perceptível a razão pela qual Oeiras não foi imediatamente consequente com esse estudo, um estudo que foi encomendado pela Amadora que chegou a uma conclusão, e Oeiras, à data de dois mil e catorze, deveria ter sido automaticamente consequente, e não permitir aquilo que tem acontecido, que é uma igualdade absolutamente artificial. Não existe. É ficção, senhores deputados. E, portanto, não é possível continuarmos a tolerar uma igualdade que não é igualitária, é prejudicial para os interesses de Oeiras, senhores deputados. -----

----- Porquê mudar? Oeiras e Amadora têm de seguir caminhos mais ajustados ao seu território e à visão política do futuro. É crucial. Porquê agora? Porque Oeiras e Amadora quebraram a sua relação institucional de sempre e não podemos voltar, porque não vamos permitir, senhores deputados, novamente a uma gestão desastrosa nos SIMAS. Não vamos aceitar. Como é que é o dia de amanhã? Naturalmente melhor, porque Oeiras sabe fazer, sabe fazer bem feito. Os estudos apontam para um futuro promissor por parte dos SMAS de Oeiras. Oeiras encomendou um estudo também à BDO, que tínhamos feito um estudo em dois mil e vinte e dois para a criação da empresa intermunicipal. Já estava familiarizada com a nossa realidade e, portanto, as principais conclusões deste estudo indicam que a municipalização mostra-se como uma solução viável e rentável. O volume de negócios do Município de Oeiras apresenta uma tendência crescente. Pois claro, então se faturamos e cobramos mais seis milhões por ano do que a Amadora... Previsão de quarenta milhões em dois mil e vinte e sete e de quarenta e dois milhões em dois mil e vinte e nove. Há um crescimento populacional e atividades económicas e tarifas que, naturalmente, justificam este crescimento. O resultado líquido em crescimento para os SMAS confirma a

viabilidade do projeto e existirão disponibilidades médias anuais de cerca de quatro milhões de euros, o que permite aumentar o nível de investimento, aumentar os custos de manutenção, ou outros custos, como os da integração da estrutura de pessoal caso seja necessária. E porque é que eu faço menção a isto? Porque da mesma forma... porque estamos a falar de pessoas. Estamos a falar de todos nós. É fundamental fomentar a confiança, fomentar a estabilidade, e quando se diz “vamos nos separar”, naturalmente vamos nos separar com consistência, mas manter aquilo que é a estrutura. E, portanto, Oeiras sempre transmitiu aos seus trezentos e setenta e sete colaboradores aquilo que são os nossos objetivos, aquilo que é a nossa ambição que é uma coisa clara, frontal, em todas as reuniões do conselho de administração. E eu gostava que testemunhassem as reuniões do conselho administração. Porquê? O antes e o agora. O antes, dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e quatro, éramos três administradores, dois do lado da Amadora, um do lado de Oeiras. Era eu, o Arquiteto Victor Ferreira como vogal e o Presidente João Serrano, mais a minha assessora que hoje em dia é administradora, a Doutora Catarina Dão, mais uma assessora do lado da Amadora. E era uma reunião que eu gostava que testemunhassem. Conflituosa, tumultuosa, desorganizada, indisciplinada. Metade das propostas não eram aprovadas. Mais de dois terços das propostas iam para trás, porque estavam mal fundamentadas, algumas das quais violavam a lei dos compromissos. Uma trapalhada, eram uma trapalhada aquelas reuniões. Hoje em dia, temos reuniões do conselho de administração onde a estrutura dirigente, esta que aqui está nesta reunião, igualmente está naquelas reuniões. Participa, todos participam. Uns de uma forma técnica, outros de uma forma política, e é assim que deve ser. E as propostas, todas elas são aprovadas, todas elas são aprovadas.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Vereadora, eu peço-lhe desculpa...” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Eu estou mesmo a terminar, Senhora Presidente, estou mesmo a terminar. E, portanto, a nossa ambição é uma ambição que se sustenta em organização, disciplina, mas também em clareza de espírito. E, portanto, o processo de transição é um processo estável com garantias para os cidadãos e para os trabalhadores dos SIMAS. A transição está assegurada, não haverá qualquer despedimento, os trabalhadores podem contar com uma mudança tranquila, porque na eventualidade de ser necessário, o estudo, o nosso estudo aponta para as disponibilidades que permitem integrar todo o contingente laboral no Município de Oeiras. O Presidente Isaltino já disse por várias vezes e deu essa garantia. A garantia de manutenção na esfera pública, não haverá privatização dos serviços. O contexto de criação dos SMAS de Oeiras acontece para garantir o nível de excelência de serviço ao cidadão. Acreditamos que a melhor resposta passa pela manutenção do serviço como público. O impacto nulo nas tarifas, não haverá mudança nas tarifas decorrentes deste processo. Naturalmente, de um aumento de tarifário, conforme já vos expliquei. E fundamental: a continuidade do investimento. A separação em nada vai perturbar a nossa capacidade de investimento. E, portanto, Oeiras está na rota certa para separar as águas no interesse do nosso bem maior: as pessoas. Todos nós, senhores deputados. E, portanto, façamos todos a nossa parte. Um farol para o melhor de Oeiras, a nossa Oeiras. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhores deputados, então não sei se se querem pronunciar... Senhor Deputado David Ferreira (EO), faça favor.” -----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Antes de mais boa tarde a todas e a todos os presentes, em particular aos trabalhadores dos SIMAS que hoje nos acompanham.-----

----- Agradecer a apresentação bíblica da Senhora Vereadora que na capa da apresentação

dá a entender que os SIMAS vão transformar a água em vinho. Nos seus discursos cheios de urbanidade onde as faces dos ex-presidentes de Câmara surgem a preto e branco como se já tivessem falecido, não existe o mínimo respeito deste executivo pelas instituições que foram democraticamente eleitas, mas então, vamos ao que interessa. -----

-----Quase toda a argumentação que é trazida pelo executivo são argumentos no campo da competitividade, “Nós somos melhores”, “Nós faturamos mais”, “Nós temos menos dívida”, matéria óbvia para quem conhece a dinâmica socioeconómica da Área Metropolitana de Lisboa. A Amadora, infelizmente, é um território periférico, densamente povoado e sem vista para o mar, não temos as mesmas condições materiais e geográficas. A Senhora Vereadora trata a Amadora como um país de terceiro mundo, e pior, trata-a sem empatia, sem nenhuma vontade de cooperar e de entender que os municípios não servem para competir entre si (que urgente que é a regionalização). -----

-----A Senhora Vereadora foi chamada a esta Assembleia para nos fazer uma apresentação técnica, mas, enfim, só ouvimos propaganda, ouvimos a expressão “Pai de Família” referindo-se a Senhora Vereadora ao Senhor Presidente da Câmara. O INOV já o fez nesta Assembleia, critica, e bem, o Chega pelo seu culto ao líder, mas convinha não fazer igual, porque “pais de família” têm a Coreia do Norte e o Irão, a Câmara de Oeiras tem um presidente de Câmara. -----

-----Outro argumento que não nos escapa é a crítica ao modelo atual que “Implica constrangimentos nos investimentos e nas decisões”. Esta só pode ser para rir, quais são os investimentos que o Município de Oeiras quer? São os milhões para o Templo da Água? São pagamentos de concertos nas Festas de Oeiras, como vai ocorrer este ano, vinte mil euros para um concerto nas Festas de Oeiras? Ora, temos a certeza que estamos perante um serviço público de água e saneamento? Foi por isto que aumentámos significativamente a tarifa da água? Não conseguem compreender que para o Município da Amadora isto pode configurar também uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tremenda falta de respeito? -----

----- Não quero dizer que não tenham existido outras grandes faltas de respeito por parte da Câmara da Amadora, apenas quero sublinhar que não existem santos nem mártires neste processo, existe sim uma infantilização gigante do diálogo intermunicipal. -----

----- Não esquecer que esta decisão que vamos aqui tomar é uma decisão unilateral. Mais grave, a Senhora Vereadora Joana Baptista referiu na reunião da Comissão de Economia que caso a Amadora não aceite esta mesma extinção dos SIMAS, Oeiras mantém-se na administração em dois mil e vinte e seis. -----

----- Na lógica que lembra o clássico da nossa infância, “a bola é minha, e se eu quiser ninguém joga mais”, não podemos alinhar com esta lógica que quebra acordos. -----

----- Neste momento falamos num divórcio em que uma das partes ainda não se pronunciou, ora uma separação para correr bem tem que existir uma conversa, um acordo, até porque o Município da Amadora não vai deixar de ser nosso vizinho, cá vai continuar colada à nossa Oeiras, como manda a geografia. -----

----- Não nos interessa minimamente ter relações deterioradas com executivos egoístas, ainda por cima em ano de eleições. Mandava o bom senso adiar para depois esta discussão e fazê-la por inteiro. Ora, na reunião de Câmara o Senhor Presidente afirmou, e passo a citar: “Este não é o momento de os trabalhadores serem ouvidos, este é o momento de uma decisão política”.-----
Que péssimo momento para fazer essa decisão política e que péssima frase. Fazer a discussão por inteiro implica também ouvir os trabalhadores, mas muito antes de tomar as decisões, não depois, quando tudo já está decidido.-----

----- Mais importante ainda, e deixo as questões finais: como será estruturada a divisão destes mesmos trabalhadores, que é uma informação que muito pouco foi esclarecida? Nesta apresentação tivemos cerca de um minuto sobre isso. Precisamos de definir muito bem as

condições de cada alteração que exista, dando sempre opção de escolha aos trabalhadores dos SIMAS.-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faça favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu gostaria de ter meia hora para falar sobre isto, mas como não tenho, vou limitar-me ao mínimo. E começo por dizer que bom foi ter ouvido a Senhora Vereadora Joana falar sobre este assunto, assunto este que há treze anos, o PSD foi o único partido nesta Assembleia que votou contra esta deliberação. Estavam presentes na altura trinta e cinco deputados que votaram a favor, quatro deputados do PSD que votaram contra, e hoje, desses trinta e cinco, apenas sete deputados estão nesta Assembleia de todos os grupos, sendo que do PSD sou o único que, de facto, ainda hoje aqui estou.-----

-----E é por isso que quero explicar um pouco que as razões que a Senhora Vereadora apontou são perfeitamente válidas e corretas e, no fundo, pareço ser eu a falar há treze anos atrás, basta ler a Ata da deliberação nessa altura. E quero dizer que o PSD nessa altura votou contra, votou contra não por não acreditar naquilo que o Presidente Isaltino conseguiria fazer com este projeto, mas porque não acreditava já então na Câmara da Amadora. E não acreditava na Câmara da Amadora não tanto pela Câmara em si, mas fundamentalmente por ideologias distintas, estabilidade governativa a que Oeiras nos tinha habituado e que a Câmara da Amadora, em mudança de pessoas, já nos tinha também habituado. E muitas vezes o problema não é tanto das ideologias, mas das pessoas que as procuram concretizar e, portanto, o PSD não acreditava na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

solução em termos empresariais. Basta dizer, que a experiência em qualquer sociedade de empresas com dois sócios com cinquenta por cento cada um, é caminho para o abismo. E era isto que estava aqui a acontecer: duas Câmaras, duas Assembleias Municipais, decisões que tinham de ser tomadas em conjunto e que necessariamente poderiam um dia, como veio a acontecer, bater uma contra a outra. As contradições teriam que vir ao de cima. -----

----- E, portanto, foi tudo isso que foi pensado na altura e foi isso que determinou que, nesta Assembleia, a posição do PSD há treze anos atrás não tivesse vencido, mas é com muito gosto que hoje acreditamos que ela vai vencer no sentido de nos separarmos. Não temos nada..., e aqui não é o problema de estarmos a olhar para a Amadora ou para Lisboa de uma forma superior ou inferior. São realidades completamente diferentes, são territórios completamente diferentes, são estruturas socioeconómicas completamente diferentes. Não há hipótese, nesta perspetiva, destas duas câmaras poderem um dia criar uma unidade de gestão em termos de custos, de investimentos, de tarifas. Não há hipótese. -----

----- Portanto, este era o resultado que se antevia. O que eu quero dizer com isto é que, de facto, esta é uma solução corretíssima que só peca por vir atrasada no tempo e isto para não dizer que nunca devia ter acontecido, mas aconteceu, e as pessoas acreditam e quero acreditar que, na altura, a decisão que foi tomada pelos membros desta Assembleia que votaram favoravelmente é nesse sentido. Mas nós não acreditávamos porque não era possível dar a dinâmica que Oeiras há treze anos atrás já tinha e que a Amadora não tinha, como continua a não ter. Isto é uma realidade, não vale a pena escamotearmos essa realidade. -----

----- Ora bem, portanto, o que é que sucede? Sucede que, de facto, daquilo que foi dito aqui pelo Senhor Deputado que me antecedeu, eu apenas posso concluir, dizendo: “Perdoai Senhor, que eles não sabem o que dizem”, porque não há outra hipótese, não há explicação possível. Vir, inclusive, pôr em causa o conceito do “bom pai de família” que é um conceito jurídico que basta

ir ao dicionário perceber o que é quer dizer, o *bonus pater familias*. Não tem nada a ver com padrinhos, não tem nada a ver com nada disso. É, de facto, considerarem-se as pessoas numa normalidade, é isso. E, portanto, de facto aqui quando há intenção de dizer mal, diz-se mal, ponto final. -----

-----Ora bem, isto para não ultrapassar o meu tempo, dizer o seguinte: o PSD vai votar favoravelmente esta proposta, vai votá-la alegremente e eu próprio, em meu nome pessoal, direi que o faço também com duplo gosto. Bem-haja por esta decisão e julgamos que os munícipes de Oeiras vão beneficiar imenso disto, não apenas por deixarem de contribuir nos prejuízos da Amadora e poderem ser prejudicados os benefícios. -----

-----Disse, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Senhora Deputada Sílvia Santos (PS), faça favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, senhores trabalhadores dos SIMAS e quem nos assiste. -----

-----A proposta da extinção dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora (SIMAS) e a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras (SMAS Oeiras) é uma decisão que consideramos precipitada porque tomada a quente com base numa relação que não correu bem e necessitada de uma análise mais aprofundada dos seus impactos técnicos, financeiros, económicos e sociais. A opção é política, legalmente suportada, mas questionável a oportunidade e a sustentabilidade, tanto mais que estamos em vésperas de eleições autárquicas. -----

-----A decisão agora apresentada de extinguir os SIMAS e criar os SMAS de Oeiras foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tomada sem uma discussão ampla, com uma procura de alternativas ao modelo de gestão atual e aceites pelos dois municípios. É fundamental que decisões desta magnitude sejam acompanhadas de processos com objetivos claros, garantindo que os interesses e preocupações dos munícipes sejam devidamente ponderados. Afinal, só hoje foi partilhada uma informação com esta Assembleia de forma estruturada. -----

----- Os SIMAS têm sido objeto de uma gestão intermunicipal realizada durante anos e que até já trouxe distribuição de dividendos entre os dois municípios e com prémios ganhos em várias áreas. Estes serviços beneficiam de economias de escala que permitem uma otimização dos recursos e uma prestação de serviços que se pretendem de qualidade aos munícipes de Oeiras e Amadora. A separação proposta compromete esta eficiência de escala, resultando, conforme as opções, em duplicação de estruturas, aumento de custos operacionais e perda de sinergias que atualmente beneficiam ambos os municípios. -----

----- Embora o estudo realizado da BDO indique que os SMAS Oeiras poderão iniciar a sua operação com um saldo líquido positivo, esta previsão baseia-se em pressupostos que carecem de validação técnica e prática. A transição envolve riscos financeiros significativos, incluindo a necessidade de investimentos na criação de novas estruturas administrativas e operacionais, bem como na gestão de ativos e passivos partilhados com a Amadora. A ausência de um plano detalhado para a partilha equitativa destes recursos aumenta a incerteza quanto à viabilidade económica do novo modelo. -----

----- A extinção dos SIMAS pode afetar negativamente a qualidade do serviço prestado aos munícipes de Oeiras. A gestão conjunta tem permitido uma abordagem integrada na manutenção e desenvolvimento das redes de abastecimento de água e saneamento. A separação pode levar a uma fragmentação dos serviços, dificultando a implementação de soluções tecnológicas avançadas e a resposta eficiente a situações de emergência. -----

-----A proposta requer um plano claro para a transição dos trabalhadores dos SIMAS para os SMAS de Oeiras, incluindo a salvaguarda dos seus direitos e condições laborais. A incerteza em torno deste processo pode gerar instabilidade e afetar a motivação dos colaboradores, com reflexos na continuidade e qualidade dos serviços prestados.-----

-----A proposta não apresenta um acordo intermunicipal detalhado com a Amadora, porque para a sua extinção é necessário o acordo das duas autarquias. Estabelecer critérios claros para a repartição de ativos, passivos e recursos humanos é um imperativo. Esta lacuna pode originar conflitos e litígios futuros, comprometendo a estabilidade, a cooperação e a solidariedade entre os dois municípios.-----

-----O Partido Socialista de Oeiras vota contra esta proposta, considerando que os pressupostos apresentados não estão suficientemente fundamentados e que a decisão pode colocar em causa a qualidade e o preço dos serviços prestados à população. Preocupações semelhantes já tinham sido expressas pela Vereadora do PS Ana Filipa Laborinho, que destacou a necessidade de uma análise mais aprofundada e as garantias quanto à sustentabilidade e eficácia do novo modelo.

-----Apelamos a uma reavaliação desta proposta, com base em estudos mais aprofundados e num processo que envolva todos, todos, todos, nomeadamente os trabalhadores, e questionamos a oportunidade da sua apresentação, sem esperar pelas próximas eleições autárquicas de setembro de dois mil e vinte e cinco. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Queria começar por uma intervenção que espero que seja rápida, para concluir que tudo aquilo que a Senhora Presidente do SIMAS nos trouxe aqui, são dados importantíssimos para a reflexão que julgo que todos temos vindo a encetar desde há largos meses ou desde há alguns anos, e que confirmam tudo aquilo que é preciso para que se tome uma posição firme. -----

----- A Senhora Presidente do SIMAS, da forma como normalmente faz as suas intervenções, com força, com agressividade até, às vezes – mas não lhe fica mal, mas não lhe fica mal – disse aquilo que era preciso ser dito face a uma realidade que vive, face a uma realidade que tem estado a viver ao longo de vários anos. E, portanto, é absolutamente compreensível que o faça da forma que o faz, porque sente a dificuldade, sente que o SIMAS, entidade de que gosta tanto, tem vindo a enfraquecer-se a ela própria, pela inatividade ou por algumas coisas que não têm sido feitas ao longo dos últimos anos. -----

----- E, portanto, é muito bom perceber qual é a posição das diferentes forças políticas relativamente a esta intervenção. Preocupam-se fundamentalmente com a forma, se a Senhora Presidente usou expressões mais vivas ou menos vivas, com mais cor ou menos cor, e não se preocupam, de facto, com a raiz da questão, com o problema que temos aqui em mãos. -----

----- Eu devo dizer que esta proposta é obviamente uma proposta drástica, é uma proposta que é o fim de um percurso. Não foi a Câmara de Oeiras que iniciou esta discussão conducente a esta realidade, conducente a esta decisão. A Câmara de Oeiras tentou tudo, ao longo de tantos anos, para que esta realidade não acontecesse. E eu acho que não se pode acusar a Câmara de Oeiras nem de traição, nem de ter feito alguma coisa nas costas de um parceiro, que era um parceiro de há longos anos. E era um parceiro que fazia sentido sê-lo, porque a raiz do SIMAS, ou a raiz do SMAS (se quisermos assim), tem por base uma realidade que por via da separação dos Concelhos não deixou de continuar a acontecer. Portanto, é perfeitamente normal que a realidade do SMAS tenha continuado, e que depois esta evolução que a Câmara Municipal, ou que as

Câmaras Municipais pretenderam que fosse feita para o SIMAS.-----

-----E também devo dizer que, relativamente à intervenção do Senhor Deputado do PSD, que diz que isto já devia ter acontecido há treze anos, eu acho que o facto de estarmos aqui hoje, e aquilo que nos foi dito, confirma que há treze anos não o devíamos ter feito. Ou seja, confirma que as escolhas que foram feitas há treze anos, foram mais uma tentativa de operacionalizar o SIMAS, de criar um consenso ao nível do SIMAS, de encontrar soluções que fossem boas para todos. E, quando falo em todos, e agora pegando na intervenção da Senhora Deputada do PS, “todos, todos, todos”. Mas aquilo que compete a estes senhores e aquilo que nos compete a nós, é de facto, ter em conta a realidade de todos, todos, todos, mas de todos aqueles que são munícipes aqui em Oeiras, aqui neste Concelho. Nós não temos que nos preocupar, isso cabe a outra entidade, caberá à Câmara Municipal do Concelho vizinho ter essa preocupação. E, foi isso que a Câmara Municipal tem vindo a tentar. -----

-----A Senhora Presidente teve a cortesia de nos referir que tinha havido uma troca, até julgo que de cartas escritas entre a Câmara de Oeiras e a Senhora Presidente, e julgo que depois o Senhor Presidente da Câmara da Amadora. Ora bem, ela não nos disse qual era o teor dessas cartas, e fez bem porque são cartas entre os senhores presidentes de câmaras, mas, de facto, elas devem mostrar, penso eu, e por aquilo que já tem sido dito, que tudo foi feito para tentar uma solução distinta desta. E tudo foi feito para não ter que chegar a este dia. Mas infelizmente assim aconteceu. E, mais uma vez, e agora pegando na primeira intervenção que ouvimos hoje, quando diz – e há outras bancadas que aparentemente concordam – que os municípios não foram feitos para concorrer uns com os outros, eu pergunto: o que seria de Oeiras hoje, se esta lógica fosse a lógica do Senhor Presidente da Câmara desde mil novecentos e oitenta e seis? Se assim tivesse sido, como é que estaria Oeiras hoje? Oeiras não foi feita para concorrer com outros, Oeiras, hoje em dia, está feita para puxar pelos outros. E isso não vem daí mal nenhum ao mundo, não vem daí



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

problema nenhum para os outros concelhos. Eu atrevo-me até a dizer, que os outros concelhos hoje estão bastante melhores, os concelhos que estão aqui à nossa volta, porque Oeiras de alguma maneira puxou por eles. E, portanto, esta realidade, acho que é uma realidade pela positiva, e acho que também esta proposta deve ser encarada pela positiva, da mesma forma.-----

----- Aquilo que nos diz o estudo da BDO é que Oeiras por si só, Oeiras com os seus municípios, Oeiras com a estrutura que tem, Oeiras com a capacidade de empreender que tem, será bem-sucedida numa solução como esta. O estudo diz-nos isso, e a realidade também nos confirma isso. Oeiras sempre tentou ir mais longe, sempre tentou fazer mais rápido, sempre tentou fazer melhor, sempre teve uma capacidade de investimento maior, sempre teve rasgo e, infelizmente, não foi acompanhada pelos parceiros que foi tendo ao longo do tempo. E, quando uma realidade destas acontece, só há uma solução, é uma solução que não é querida, é uma solução que provavelmente poderia ter sido contornada por outras vias, mas chegámos a este dia. E, hoje o que temos que decidir aqui é se apoiamos o propósito da Câmara nesta iniciativa que tem e se consideramos que há bases para que ela possa acontecer. Não vamos falar aqui de outras questões que nada têm a ver com o propósito que aqui está hoje. O propósito é: continuamos a ter um sistema de abastecimento de água e de tratamento de resíduos que está ao nível daquilo que de melhor se faz, aquilo que mais interessa aos municípios de Oeiras? Sim ou não? Aparentemente sim. Tudo indica que assim será. Teremos as condições económico-financeiras para que isso seja possível? Sim, dizem os estudos e dizem os dados que a história recente nos tem dado. -----

----- E, portanto, a nossa posição é acompanhar o propósito da Câmara Municipal, saudar a Câmara Municipal pela iniciativa, saudar também a Câmara Municipal por todo o esforço que fez ao longo destes anos, e pela paciência que teve para que não tivéssemos que chegar aqui. Mas infelizmente assim foi e hoje o melhor para Oeiras, independentemente de estarmos a três meses das eleições, nunca as decisões deste Presidente de Câmara e deste Executivo foram tomadas pela

proximidade ou pela distância às eleições. Como também já foi aqui dito, todas as políticas públicas desta Câmara Municipal são feitas a prazos longos, a prazos até muito longos, prazos até que transcendem, e muito, o tempo de cada um de nós. E é isso que se pede a quem está na política, é isso que se pede àqueles em quem nós periodicamente damos a confiança: é que tenham esse rasgo, que tenham essa iniciativa e que promovam aquilo que é melhor para todos nós.-----

-----E, portanto, esta iniciativa vem no tempo que pode vir, não vem nem tarde, nem cedo, vem no tempo em que foi entendido que devia acontecer. Resulta de um conjunto de acontecimentos que não foram bons para o SIMAS. E estou certo que criará todas as condições para que nas próximas décadas, penso que assim será, possamos continuar a orgulhar-nos de algo de que há vinte anos todos dizíamos que era o melhor sistema de água de todo o país. Nós dizíamos isto há vinte anos, dizíamos isto há trinta anos, deixámos de dizer há alguns anos para cá. Hoje, estamos aqui, penso eu, a tornar possível o primeiro dia para que se possa de novo voltar a dizer isso. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Cumprimento todos os presentes e quem nos ouve. -----

-----Queria nesta oportunidade colocar uma pergunta à Câmara, e que tem a ver com isto: nós já temos a posição formal de Oeiras de uma forma muito, muito clara, se tivéssemos também a posição formal da Amadora e ela fosse coincidente com a nossa, esta reunião já estava resolvida. Cada um ia para o seu lugar e estava o problema resolvido. A pergunta é esta: se a Amadora tiver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um entendimento ao contrário, ou seja, não aceitar a separação como nós a queremos, se a nossa Câmara juridicamente já apreciou as consequências de uma eventual guerra jurídica que nos pode trazer e arrastar para esta situação?-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, disse o seguinte: -- -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), tem a palavra.”-----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Saúdo todos os presentes na sua pessoa, bem como aqueles que nos assistem de forma não presencial.-----

----- Gostaria de dar duas notas iniciais antes de ir diretamente ao tema: a primeira para agradecer à Senhora Vereadora Joana Baptista, bem como à Doutora Catarina Dão, que esteve presente em Comissão para nos esclarecer algumas questões. E, ainda fazer uma nota referente ao que se tem passado aqui neste momento. Fico verdadeiramente estarecida quando estamos a diabolizar a Câmara da Amadora e não temos a posição formal da posição da Amadora. Portanto, não me parece que fique muito bem que isso aconteça. E, o documento em si, devia ter uma estrutura e uma solidez que não precisássemos de ir buscar esta argumentação.-----

----- Entrando diretamente no que estamos a analisar. -----

----- Hoje, estamos a analisar a extinção do SIMAS de Oeiras e Amadora e a criação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras. -----

----- Este processo é suportado pelo relatório da BDO que avalia os aspetos económicos, técnicos e financeiros, concluindo que a transformação é viável e rentável, garantindo autonomia

na gestão e melhoria da prestação de serviços. -----

-----O estudo da BDO sobre os SIMAS Oeiras e Amadora, utilizou critérios de segmentação para analisar a viabilidade para a criação do SMAS Oeiras. Detemo-nos sobre dois.

-----O critério da segmentação dos gastos com o pessoal – o estudo utilizou a distribuição de contratos por município, como principal critério para segmentar os custos com o pessoal. No entanto, uma abordagem baseada no organograma do SIMAS, teria permitido uma visão mais detalhada sobre a alocação de recursos. Dessa forma teríamos uma segmentação por função, distribuição hierárquica, alocação e afetação de pessoal. -----

----- Concluimos assim que, embora a municipalização dos serviços seja financeiramente viável, a abordagem da segmentação dos gastos com o pessoal podia ter sido mais detalhada, utilizando o organograma do SIMAS. Além disso, a perda de economia de escala pode aumentar os custos operacionais. Para minimizar estes impactos seria essencial reorganizar processos de gestão garantindo maior eficiência na administração dos recursos humanos; -----

-----A relação entre custos de conservação, reparação e materiais de consumo com a extensão da rede – os critérios que analisam os custos com conservação, reparação e materiais de consumo devem estar diretamente ligados à extensão da rede e não ao volume de consumo. Isto porque a manutenção das infraestruturas depende da dimensão, idade e condição dos ativos, independentemente do consumo dos utilizadores. -----

-----A manutenção depende da extensão das infraestruturas: quanto maior a rede, maior o número de pontos críticos que exigem manutenção, tal como as redes mais antigas, independentemente da quantidade de água utilizada. Em vez de vincular custos de manutenção ao volume do consumo, a metodologia mais precisa seria basear em: extensão da rede de abastecimento e saneamento, número de pontos críticos e idade das infraestruturas, materiais utilizados e necessidade de renovação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Concluímos assim que, embora o consumo de água possa impactar alguns custos operacionais, os custos de conservação e reparação deveriam estar diretamente ligados à extensão e condição da rede. Uma abordagem mais precisa ajudaria o SIMAS a prever gastos futuros e otimizar investimentos.-----

----- Disse. -----

----- Obrigada.” -----

----- O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, disse o seguinte: -- -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) tem a palavra.” -----

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada. -----

----- Cumprimento todos os que participam nesta Sessão, seja de forma presencial, seja online.----- -----

----- Vivemos hoje um momento que marcará o futuro da gestão dos serviços de água e saneamento no nosso Concelho. A decisão de extinguir os SIMAS e municipalizar o serviço em Oeiras exige uma análise profundamente responsável, afastada de interesses partidários e centrada no que é, e deve ser sempre, a nossa prioridade máxima, o interesse dos munícipes de Oeiras. ----

----- O contexto que aqui nos trouxe é claro, existem divergências insanáveis entre os Municípios de Oeiras e da Amadora que dificultam a gestão eficaz dos SIMAS. O modelo atual tem revelado falhas de eficiência conforme estudos técnicos independentes. A separação permitiria maior autonomia de gestão, maior agilidade de decisão e um serviço focado nas necessidades específicas do Concelho. Mas também não podemos ignorar que a separação trará inevitavelmente riscos de perda de economias de escala, existe o perigo de custos operacionais superiores e,

sobretudo, que esta decisão foi tomada sem uma discussão alargada com quem mais importa ouvir: os trabalhadores e os munícipes de Oeiras. Se queremos uma gestão moderna, eficiente e transparente, não basta dizer que ela será feita a pensar nas pessoas, é preciso envolver. Os munícipes de Oeiras deviam ter sido informados, esclarecidos e ouvidos. Uma decisão desta magnitude que impacta diretamente no serviço público de água e saneamento merecia a realização de sessões públicas de esclarecimento, consultas ou mesmo a promoção de um referendo local como sinal inequívoco de respeito pela Democracia participativa.-----

-----Por isso, a nossa posição é de responsabilidade e de equilíbrio. Reconhecemos que a separação dos serviços pode ser benéfica para Oeiras se for feita com rigor, transparência e plena salvaguarda dos trabalhadores e da qualidade do serviço. Mas lamentamos profundamente que esta decisão tenha avançado sem um envolvimento direto dos cidadãos que nela confiam. -----

-----Assim, nesta fase e em coerência com o que defendemos, propomos que: -----

-----Se reforce publicamente o compromisso de manter o serviço de água cem por cento público e de gestão municipal;-----

-----Se garantam todos os direitos laborais dos trabalhadores afetos aos atuais SIMAS; ---

-----E que a Câmara promova o mais breve possível um amplo processo de informação e participação pública para construir em conjunto esta nova etapa dos serviços de água e saneamento.

-----Decidir sem ouvir é fácil, governar ouvindo é que é difícil, mas é também o único caminho digno numa Democracia madura. -----

-----Obrigada.” -----

-----O **Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa**, disse o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH), tem a palavra.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-

----- “Senhor Presidente, desde já cumprimento a Senhora Presidente do SIMAS e também o Doutor Isaltino Moraes. -----

----- Relativamente a esta questão, nós tivemos oportunidade enquanto Chega de ouvir ambas as partes. Eu acho que estarmos só a ouvir uma parte sem ouvir também a Amadora, não haveria a devida justiça. E há uma coisa que se aprende em direito que é o sinalagma, que é a reciprocidade de direitos e deveres de ambas as partes a ver se realmente é equilibrado. -----

----- A Senhora Vereadora realmente mencionou aqui questões que são pertinentes, mas, contudo, existem implicações estruturais para os dois municípios face a este processo de extinção, que, todavia, não poderá deixar de ser questionado. -----

----- É inaceitável que até à data, o principal, os trabalhadores, centenas de profissionais não tenham sido ouvidos com a dignidade merecida, nem tão pouco se tenha promovido uma audição pública ou consulta popular em rigor. Este silêncio é no mínimo revelador de uma falta de respeito institucional e democrático para com aqueles que servem o interesse público e para com os cidadãos que merecem explicações e garantias.-----

----- Acho realmente correto que Oeiras fique a deter, caso haja a decisão, sessenta e um por cento face aos trinta e nove, está justificado pelos estudos que, todavia, foram facultados. Contudo, o principal não está salvaguardado juridicamente, que é a questão dos trabalhadores. Portanto, havendo documentos que atestem que todos os trabalhadores – e foi dito aqui pela Senhora Vereadora, que nenhum trabalhador ficaria sem vínculo contratual uma vez que Oeiras iria absorver, todavia, os contratos de trabalho daqueles que ficariam sem emprego – a haver esses documentos formais, todavia, iremos votar a favor, não havendo, iremo-nos abster. -----

----- Disse.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Desde já a cumprimento a si, Doutor Miller, Doutor Custódio, Senhor Presidente de Câmara, senhoras vereadoras e senhores vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados, senhores presidentes de junta, em especial aos trabalhadores e dirigentes dos SIMAS e a quem nos ouve. -----

-----Eu tenho um profundo respeito pelo Deputado David (EO), tenho mesmo, porque acho que é um jovem brilhante, mas não reconheço nenhuma moral de vir falar aqui de “pai de família”, quando a sua “mãe de família” foi buscar os “avós” todos para esta eleição, e ficou sozinha em casa. -----

-----Em relação a dizer que os trabalhadores não são ouvidos, eu faço uma aposta de um almoço consigo: fale com os trabalhadores para ver o que é que eles pensam. Mas fale mesmo. E, depois, quando esta extinção for feita, vai ver quantos querem ficar em Oeiras e quantos querem ir fazer cortes de água ao bairro não sei quantos de maio, na Amadora. -----

-----Em relação ao Chega e à Iniciativa Liberal, senhores deputados, vocês andam a dormir? A gente anda há três anos à espera que o CEO da Amadora venha dar explicações. Nunca veio, o homem nunca apareceu. Nós pedíamos, mas o homem nunca veio a esta Assembleia que merece respeito institucional, nunca nos foram apresentadas contas. Portanto, há qualquer coisa no vosso discurso que não está certo. -----

-----Em relação ao Templo da Água, não vou gastar tempo nisso, porque agora sim acredito que ele possa vir a ser feito. A vossa visão é ideológica e errada. -----

-----Senhora Presidente e senhores deputados, chegámos a um ponto de não retorno. -----

-----O que está em causa não é uma mera alteração orgânica. O que está em causa é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

soberania de Oeiras sobre um bem essencial: a água. E não há nada mais estratégico, mais estrutural, mais vital do que o controlo público, reforço público, autónomo e eficiente da água que serve os nossos cidadãos. -----

----- Durante décadas estivemos unidos à Amadora numa gestão partilhada dos SIMAS. Partilhámos recursos, dividendos e responsabilidades. Mas foi sempre Oeiras a investir mais. Foi sempre Oeiras a assumir a dianteira. E o que recebemos em troca? Um defeito, eu tenho muitos, mas espero nunca vir a ter este – ingratidão. -----

----- Porque sim, o que se passou foi uma deslealdade institucional da Amadora. Não avisaram, não discutiram, não respeitaram. Avançaram com negociações com as Águas de Portugal nas nossas costas. Designaram para a presidência dos SIMAS alguém que se recusou sistematicamente a prestar contas a esta Assembleia, Senhor Deputado, sistematicamente. Ele tinha o dever de vir aqui explicar-lhe – as explicações que Vossa Excelência pediu, ele tinha o dever de vir aqui, nunca o fez – a si e a nós todos. E tudo isto enquanto Oeiras continuava a financiar, queiram desculpar a expressão brejeira, “a largar a nota, a bater o dinheiro”, em infraestruturas na Amadora. -----

----- Que Município é este que, sendo minoritário em ativos e investimentos, quer manter um poder paritário? Como se o esforço de décadas da nossa parte pudesse ser ignorado por uma simples ficção jurídica. Oeiras representa sessenta e um por cento dos ativos do negócio. A Amadora, trinta e nove. E ainda assim recusam um modelo de sessenta e um/trinta e nove, querem cinquenta/cinquenta. Mas o tempo da cedência acabou. -----

----- Esta decisão é, por isso, a mais racional. Não é ideológica, não é impulsiva, não é um capricho. É uma resposta fria e calculada a um impasse institucional que bloqueia decisões, atrasa investimentos e sobretudo penaliza os trabalhadores e os munícipes. -----

----- Esta decisão é a mais justa, porque põe fim a uma injustiça crónica na partilha de

recursos e responsabilidades. Porque corrige uma assimetria na gestão que nos tem sido prejudicial. Porque resgata o princípio básico da equidade: quem mais investe, mais deve decidir. E esta decisão é, acima de tudo, a única que nos assegura o futuro. -----

-----Um futuro onde a água permanece pública. Onde não há lugar para privatizações nem concessões disfarçadas. E se há uma garantia que os oeirenses podem ter, é esta: enquanto Oeiras for liderado por Isaltino Morais, a água jamais, “jamê”, será concessionada ou privatizada. -----

-----Porque foi ele, Isaltino Morais, quem, perante os ventos neoliberais dos anos noventa, blindou os estatutos dos serviços, exigindo — e cito de memória — umas centenas de milhões, (salvo erro quinhentos milhões), para que quem quisesse comprar a concessão, ela não fosse economicamente viável. E aconteceu em todos os outros concelhos. Vejam o que acontece nos concelhos onde a água foi concessionada. -----

-----Este valor simbólico é um escudo. Uma linha vermelha. Um aviso: a água aqui não se privatiza, ponto final. -----

-----Estamos a falar de um monopólio natural. Um serviço sem concorrência, que deve servir o bem comum, e não gerar lucros para privados. E é por isso que esta municipalização é não só legítima, como urgente. -----

-----A oposição fala em sinergias perdidas, nós falamos de investimentos que são travados. Eles falam de diálogo, nós mostramos (a Senhora Vereadora, e muito bem) dois estudos independentes, ambos convergentes: Oeiras tem viabilidade técnica, económica e institucional para seguir este caminho. -----

-----Que se entenda com clareza: não há outra alternativa realista. -----

-----O modelo intermunicipal morreu pela mão da Amadora. E nós, aqui, hoje, damos-lhe sepultura com a dignidade institucional que nos cabe. -----

-----Votamos a favor da criação dos Serviços Municipalizados de Oeiras, porque está nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nossas mãos — e só nas nossas — e porque é a nossa responsabilidade garantir que a água de Oeiras continue a ser de Oeiras, e para Oeiras:-----

----- Com justiça; -----

----- Com responsabilidade;-----

----- Com visão;-----

----- E, sobretudo, com muita coragem. -----

----- Porque Oeiras não se verga;-----

----- Porque Oeiras não paga para ser mandada; -----

----- Porque em Oeiras, o interesse público não é retórica — é ação;-----

----- Porque a água não é moeda — é direito. -----

----- E esse direito, temos o dever de o defender até ao fim. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Obrigada. -----

----- Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV).”-----

----- **A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte:**-----

----- “Eu queria só chamar aqui a atenção que, ao contrário do que diz ali o PS, a colega do PS, é a melhor altura de o fazer, porque estamos em fim de mandato e início de outro mandato. Eu julgo que não há melhor tempo do que este. -----

----- Se nós estamos a ser sistematicamente prejudicados e a Amadora está sistematicamente a lucrar com o trabalho que é feito em Oeiras, eu acho que é mais do que legítimo nós pedirmos a extinção e sermos só Oeiras. -----

----- Parabéns Senhora Doutora Joana Baptista, vá em frente, tem o meu voto favorável.”- -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra sobre este tema? -----

-----Senhor Presidente, o Senhor pretende usar da palavra? Faz favor. Tem quinze minutos para a sua intervenção.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----Realmente, como alguém disse, podíamos nem sequer estar aqui nesta reunião, podia estar tudo resolvido, se porventura o Partido Socialista não tivesse perdido as eleições há um ano e pouco. Porque, na realidade, o projeto de integração da Amadora com Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira e as Águas de Portugal, teria sido consumado. Acontece que, entretanto, o Governo do Partido Socialista perdeu as eleições e o projeto foi ao ar.-----

-----Bom, e naturalmente que o Município de Oeiras, ao ter conhecimento dessa situação, e porque já tinha vários estudos, naturalmente temos que lhe dar andamento. -----

-----Por outro lado, eu gostaria de lhes dizer que esta situação mantém-se há cerca de quarenta e seis anos, dos quais doze anos em casamento, de dois mil e catorze até agora – este casamento realmente não correu bem. -----

-----Já agora, gostaria também de dizer o seguinte: nós temos o máximo respeito pelos autarcas da Amadora – não está aqui em causa – e pelos munícipes da Amadora e pelos presidentes de câmara da Amadora. Embora haja diferenças. Eu convivi durante oito anos com o Partido Comunista, com Orlando Almeida, que era Vereador... Vereador não, era o Presidente da Câmara da Amadora. Convivi doze anos com o Presidente Joaquim Raposo e doze anos com a Presidente Carla Tavares. Na realidade as coisas complicaram-se com a Presidente Carla Tavares. E quando nós aqui dizemos as verdades da forma como evoluíram as conversações, naturalmente que não estamos a faltar ao respeito ou a minimizar cada uma dessas pessoas, dessas personalidades, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maior respeito por elas.-----

----- Por isso, não deixa de ser surpreendente, quando aqui se fazem afirmações, que é normal vindas do Bloco de Esquerda, que acusamos a Amadora de periférica. Mas curiosamente não diz que a Câmara Municipal de Oeiras não tem que estar a sustentar a Câmara da Amadora. Quando dizemos isto, não estamos a chamar periférico ao Município da Amadora, estamos a dizer a verdade.- -----

----- Na realidade, os senhores deputados e as senhoras deputadas ainda não se aperceberam que há um item em que a Amadora é número um em Portugal. Nos indicadores de desenvolvimento económico do país, dos diferentes municípios, há um ponto em que a Amadora é número um. Sabem qual? No atendimento e na reserva estratégica de água. Porque será? É apenas neste item que a Amadora aparece num lugar cimeiro: atendimento de água e reserva estratégica de água – setenta e duas horas, único no país – só a EPAL é que nos bate. -----

----- Este trabalho foi feito pelos Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora. Porque será que nos restantes itens a Amadora não nos acompanha? -----

----- Portanto, a exposição que aqui a Senhora Vereadora Joana Baptista e Presidente do Conselho de Administração fez, é elucidativa, deveria conduzir-nos a todos a um consenso extraordinário. Mas reparem, o sectarismo leva ao ponto de dizerem: “há milhões de euros para o Templo da Água”, curiosamente, não se fala nos milhões de euros para o Centro de Interpretação Ambiental da Amadora. É que até hoje, a Câmara Municipal de Oeiras, ou melhor, os Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora, sempre investiram de igual modo em Oeiras e na Amadora. Estava previsto o investimento no Templo da Poesia (deverá querer dizer Templo da Água), mas estava previsto também um Centro de Interpretação Ambiental. Só não tinha avançado ainda, porque a Amadora, mais uma vez, a indecisão da Amadora, não tinha definido ainda o terreno para o fazer, estava na dúvida onde é que o ia fazer. E, portanto, não disponibilizou, não indicou aos

serviços municipalizados o terreno adequado para instalar o Centro de Interpretação Ambiental.-

-----Por outro lado: “uma operação para correr bem tem de haver consenso” – Estamos inteiramente de acordo. Andamos há anos a tentar esse consenso, há anos. Vamos lá ver, eu fiz dezenas de reuniões com a Presidente da Câmara da Amadora. E, até tive o cuidado, de praticamente ser sempre eu, que era o decano, como calculam sou o decano, e era eu que ia à Amadora. Sempre me disponibilizei para ir à Câmara Municipal da Amadora, porque a Senhora Presidente tinha mais trabalho do que eu, tinha muito tempo ocupado e dava-lhe mais jeito que eu fosse lá à Amadora. E eu disponibilizei-me sempre para ir à Amadora. Ora, naturalmente que as conversações, as negociações decorreram muito. -----

-----Também estaríamos aqui.... Reparem, aquando do primeiro estudo, quer Oeiras, quer a Amadora, tinham consciência que este modelo de gestão não era o melhor – ainda antes de dois mil e treze. Mas quando em dois mil e treze a legislação permitiu que os serviços, através de uma deliberação simples das duas câmaras criassem os Serviços Intermunicipalizados, foram criados. Era mais difícil, realmente, avançar para uma empresa. Mas, mesmo assim, a Câmara Municipal da Amadora deu andamento a um estudo e, depois mais tarde, a Câmara de Oeiras. -----

-----Ora bem, o que é que aconteceu? Como o estudo indicou que Oeiras tinha um potencial superior à Amadora, tinha sessenta e um por cento, e a Amadora trinta e nove, “alto lá, já não interessa a empresa”. Vamos lá ver, é esta discussão aqui na Assembleia que eu não compreendo... Ou melhor, compreendo que os Senhores Deputados do Partido Socialista, como a Câmara... pronto, as questões ideológicas contam, a camaradagem conta... compreendo que têm uma posição difícil aqui, porque a Câmara Municipal da Amadora é liderada pelo Partido Socialista e, portanto, eles acham bem que os impostos dos cidadãos de Oeiras, como disse ali o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), que os cidadãos de Oeiras paguem o desenvolvimento da Amadora. Não pode ser, acabou, quer dizer, chega, como diz o outro, chega. Ora, portanto, também não havia problema



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reparem, se em dois mil e onze/dois mil e doze, Oeiras tivesse ido na conversa do Governo de então, do Governo do Doutor Passos Coelho, porque o Doutor Passos Coelho também queria privatizar a água. E se lerem as minhas entrevistas (o Deputado João Viegas (IN-OV) tem boa memória, valorizo), eu disse: “Sim, senhora, podem fazê-lo. Mas têm que pagar quinhentos milhões de euros ao Município de Oeiras”, eu disse isto, a conversa acabou, nunca mais tiveram contato connosco. Até houve um candidato a Presidente da Câmara aqui para Oeiras, do PSD, cujo objetivo essencial era criar condições para a privatização das águas de Oeiras.-----

----- Portanto, se acontecesse isto, se acontecesse aquilo, se acontecesse aqueloutro, claro que muitas coisas tinham mudado, mas não aconteceram. Eram para acontecer, mas ficaram a meio. E, portanto, há um determinado momento em que as coisas têm de mudar.-----

----- Ora, ao longo destes últimos anos, diálogo é o que não tem faltado.-----

----- E, portanto, eu vejo aqui algumas desculpas esfarrapadas de alguns dos senhores deputados para justificarem um voto contra uma medida destas, que eu só me questiono quem é que estão aqui a defender? Porque, curiosamente, de todas as intervenções que vi aqui, não vi nenhuma a dizer assim: “Oh Senhor Presidente da Câmara, mas não há uma solução que permita, tendo a Câmara o maior potencial económico-financeiro, que se crie uma estrutura, por exemplo, em que sejam devidamente representadas as partes? Por exemplo, uma empresa? E, em que a Câmara tem sessenta e um por cento, a Câmara de Oeiras, e Amadora tem trinta e nove?”. É curioso, ninguém aqui defendeu uma solução dessas. Ou querem que mantenha tudo na mesma, cinquenta por cento (isto é que é estranho), cinquenta por cento? Os impostos de Oeiras a pagarem o desenvolvimento da Amadora? -----

----- Portanto, todas as desculpas que arranjaram... Depois, são realmente coisas frívolas. Porque na realidade, o que é esta proposta? Esta proposta, para já, é uma decisão política. Porque a seguir a esta proposta, obviamente que deverão ser desenvolvidos vários documentos de

entendimento. A Câmara de Oeiras não quer “uma decisão unilateral”, não vai ser uma decisão unilateral. A não ser que a Amadora nos empurre para uma decisão unilateral. Isto é uma decisão política que manifesta a vontade do Município de Oeiras de se separar da Amadora. -----

-----Mas agora, terão que ser criados mecanismos adequados. Por exemplo: trabalhadores – a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores está mais do que garantida... O Senhor Deputado do Chega saiu, não está a ouvir o que eu digo, quer dizer, fez a interpelação sobre a garantia, queria por escrito um documento sobre a garantia dos direitos dos trabalhadores, ora bem, a Ata desta Assembleia é a melhor garantia de que os direitos dos trabalhadores são devidamente garantidos.

-----Mas também vos quero dizer o seguinte, a Senhora Vereadora falou aqui que não iria haver despedimentos, não, não vai haver despedimentos, pelo contrário, vai haver contratações. Por uma razão muito simples, porque reparem, o que vai acontecer, naturalmente, e é nessa altura que os trabalhadores têm que ser ouvidos: já que os direitos são salvaguardados... Ou queriam que fossem ouvidos sobre esta decisão? Esta é uma decisão política, os trabalhadores não têm nada a ver com isto. Vamos lá ver se nos entendemos, cada um no seu lugar... Os direitos dos trabalhadores estão salvaguardados. Mas é natural, isso sim, aí já têm que ser ouvidos: “Fulano, queres ir para a Amadora ou queres ficar em Oeiras?”, e eles escolhem se querem ficar em Oeiras ou vão para a Amadora. A Câmara de Oeiras, e essa foi a garantia que a Vereadora referiu, está em condições de os receber a todos. Portanto, o que significa que se a Amadora quiser contratar... como fez com o administrador que aqui pôs, o tal Presidente do Conselho de Administração, uma pessoa totalmente incompetente, inepta – mas deve ser bom porque foi candidato a deputado na lista do Partido Socialista aqui por Lisboa. Deve ser uma pessoa querida dentro do Partido Socialista. Ora bem, a verdade é que ele aqui, nos dois anos, demonstrou – e eu aqui devo vos dizer que assumo a responsabilidade total do que estou a dizer – o Senhor era absolutamente inepto, incompetente, arrogante, desrespeitador das instituições. E, quando vêm aqui dizer que a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Oeiras, ou a Senhora Vereadora, ou Presidente da Câmara não respeitam os autarcas da Amadora, e então não dizem nada sobre alguém que os humilhou a eles próprios? Que era Presidente do Conselho de Administração, Socialista, e nunca pôs os pés nesta Assembleia Municipal? Então, mas não há nenhuma crítica a fazer? Tenham paciência. -----

----- Portanto, os trabalhadores serão ouvidos sobre se querem ir para ali ou querem ir para além. -----

----- Por outro lado, eu devo-vos dizer que ao contrário do que possa parecer, esta ainda é, como digo, uma decisão política. Mas, já há muito tempo que se perspetiva a possibilidade de haver uma separação. Na realidade, do ponto de vista técnico, essa separação já existe. Porque há uma divisão de águas – vejam bem a ineficiência, ou melhor, a eficiência e a economia de escala – uma divisão de águas na Amadora, outra divisão de águas em Oeiras. Uma divisão de saneamento na Amadora, outra divisão de saneamento em Oeiras. Portanto, há aqui uma duplicação de serviços em que naturalmente há funcionários a trabalhar já na Amadora, um número significativo, e esses com certeza que vão querer ficar na Amadora. Mas se não quiserem ficar na Amadora vêm para Oeiras. Bom, e depois a Amadora, parte dela fica descalça? Não, as coisas não são assim. A Câmara Municipal, os instrumentos que vão ser desenvolvidos, pode fazer um acordo com a Amadora, no sentido de uma gestão partilhada durante algum tempo. Um contrato-programa em que a Câmara Municipal de Oeiras, por exemplo, ou melhor os Serviços Municipalizados de Oeiras, assumem a gestão até a Amadora ter criado uma estrutura semelhante. Portanto, nós somos pessoas de bem. A decisão não é absolutamente unilateral. O objetivo é separação. Separação por uma razão muito simples, não é possível, não é sustentável mais tempo, a Câmara Municipal de Oeiras estar a subsidiar as políticas sociais e de desenvolvimento infraestrutural da Amadora, acabou. E aí é que se vê que é estranho, os senhores deputados que aqui disseram que votavam contra esta proposta, não apresentam uma alternativa. Portanto o que é que pretendem? Que a

Câmara de Oeiras, que os cidadãos de Oeiras, porque são mais ricos – vejam bem, até houve aqui um Deputado do Bloco de Esquerda, numa situação insólita, a dizer que os municípios não competem entre si... oh, Senhor Deputado, tem muito que aprender. Os municípios competem entre si, mal estaríamos se não competíssemos. A competitividade entre municípios é brutal, é fundamental, fundamental. Olhe, na semana passada estive na Polónia, numa conferência das “Melhores Cidades da Europa” – porque será – sobre sustentabilidade, ação climática... coisas tão caras à Extrema-Esquerda, que se querem apropriar da ação climática e da sustentabilidade, esquecendo-se que esse é um programa e uma agenda de todos nós, não é deles. Mas eles falam – bem, talvez daí o resultado, passaram de cinco deputados para um, e ainda não fizeram o “ato de contrição”, portanto, vejam bem, estão sempre com lições de moral, com o “politicamente correto”, e ainda não fizeram o “ato de contrição”. Aliás, a líder deles até acha que está muito bem e vai continuar a estar, e que se vai candidatar outra vez. Quer dizer, os líderes dos outros Partidos que têm uma derrota devem-se demitir. No Bloco de Esquerda passam de cinco para um, e é uma festa, é uma festa extraordinária. E, depois, chegam aqui e dizem “Oeiras é um Município rico, logo deve ser solidário com a Amadora, deve financiar a Amadora. Portanto, não se deve separar porque deve ser solidário, porque os municípios não competem e não concorrem uns com os outros”. -----

-----Eu devo-vos dizer que estive lá na Polónia, como disse, numa conferência extraordinária que se chama: “As Melhores Cidades da Europa”, e os temas eram todos estes, mais fundos comunitários, mais isto e mais aquilo. Tudo aquilo que é acelerador da competitividade das cidades. Isto é fundamental. Ora bem, Oeiras está neste campeonato, nós estamos na primeira divisão, não estamos nem na segunda, nem na terceira. -----

-----Portanto, foi muito elucidativa a exposição que a Senhora Vereadora Joana Baptista aqui fez. Eu escusaria até de estar aqui a falar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas, na realidade, tudo o quanto disseram, diálogo, consensos, etc., tudo isso tem sido procurado. E a partir de agora, a partir da decisão política... O normal, seria ter aqui uma proposta conjunta do Município de Oeiras e da Amadora, propondo a separação. Claro, isso era o ideal. Mas não foi possível, não foi possível nem com a Presidente Carla Tavares, nem foi possível com o atual Presidente, com o Vítor Ferreira, portanto, não foi possível. Mas eu propus-lhes, mas eles não aceitaram. Agora já ficam a saber que a decisão política de Oeiras é esta. E, a partir de agora vamos criar os instrumentos necessários, conducentes... Agora entra-se numa nova fase negocial.

----- Ora bem, alguém falou: “Como é que os municípios davam opção de escolha?” – acho que já respondi a isso, quer dizer, os trabalhadores ficarão onde quiseram. Eu estou convencido que a maior parte deles vão querer ficar em Oeiras. Mas a Câmara Municipal de Oeiras não fará questão nessa matéria, liberdade total aos trabalhadores, embora eu esteja convencido que a maior parte deles vão querer ficar aqui. Mas também não há problema nenhum, porque há uma parte significativa que quer ficar na Amadora pelas razões que já referi, portanto, há unidades orgânicas a funcionar na Amadora. -----

----- “Divisão precipitada numa relação que não correu bem, tanto mais que estamos em vésperas de eleições.” – este é um dos argumentos do Partido Socialista. Pois, estamos em vésperas de eleições, mas a partir de outubro é um novo mandato. A administração atual do SIMAS termina o mandato em abril, maio do próximo ano. Portanto, será a altura de “ano novo, vida nova”. Portanto não estou a ver qual é o problema. Estamos a tomar uma decisão que é benéfica para os cidadãos de Oeiras. Os cidadãos de Oeiras ficam a beneficiar porque vão ter a possibilidade de ter políticas que naturalmente os podem beneficiar muito mais, porque na realidade nós acabamos por estar a desviar recursos que são de Oeiras para investimentos na Amadora. -----

----- Ora bem, a Amadora é uma filha de Oeiras, mas já tem idade suficiente para se autonomizar. Quer dizer, já cresceu, portanto, tem autonomia e, portanto, passa a ter autonomia

também nas águas e no saneamento. É assim que deve ser.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, já terminou o seu tempo.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

-----“Eu vou terminar já. -----

-----“A reposição proposta, digamos que, de alguma forma, compromete a eficiência da escala, etc.” – e eu respondo apenas: mas então qual é a proposta alternativa? Pelas manifestações que eu ouvi aqui, já de vários deputados e deputadas é: “deixemos estar isso”, a Câmara Municipal alegremente continua a canalizar milhões de euros para a Amadora, pronto, vamos conformar-nos a isto... E os cidadãos de Oeiras a dada altura têm que questionar: “Mas porquê? Porque é que há de ser a Câmara de Oeiras a financiar o desenvolvimento da Amadora?” -----

-----Bom, quanto a pretextos, viabilidade do novo modelo para aqui, para além – está tudo explicado na informação da Senhora Vereadora. -----

-----“Não é apresentado o acordo com a Amadora” – pois não. Se não há acordo como é que há de ser apresentado o acordo com a Amadora? Vamos trabalhar agora os acordos com os diferentes instrumentos que visam a separação. -----

-----“Interferência na qualidade do serviço de abastecimento de água, saneamento e tal...” – pelo contrário, vai valorizar porque vamos ter ainda mais dinheiro, vamos ter ainda mais investimento, vamos ter ainda mais capacidade de investimento, logo vamos melhorar a performance... Reparem, até dois mil e treze nós dizíamos que éramos o melhor serviço municipalizado do país, como aqui foi dito, depois de dois mil e treze deixámos de dizer. Porque será?-----

-----Ora bem, o Senhor Deputado da CDU, o Senhor Carlos Coutinho: “Se a posição da Amadora coincidissem com a nossa, o assunto estaria arrumado. E se a Câmara da Amadora não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aceitar?” – bom, a Câmara da Amadora tem que aceitar. Vamos lá ver, nós estamos dispostos, e eu estou a manifestá-lo aqui, a Ata desta Assembleia será remetida à Amadora – nós queremos dialogar com a Amadora, queremos encontrar instrumentos e até admitimos facilitar a vida à Amadora. Portanto, nós estamos com total disponibilidade. Podemos ter até um período de transição em que os Serviços Municipalizados de Oeiras podem continuar a fazer a gestão durante quatro anos, ou cinco, ou aquilo que a Amadora quiser. Havendo, naturalmente a transição, permitir durante dois ou três anos a transição dos funcionários, etc. Portanto, o Município de Oeiras nesse aspeto tem total disponibilidade para negociar com a Amadora. -----

----- “Diabolizar a Câmara da Amadora” – ninguém diaboliza a Câmara da Amadora. Não ponham na nossa boca aquilo que nós não dizemos. Por favor, estudem a lição e respondam à Câmara... as senhoras e senhores deputados é que devem responder à Câmara se as vossas motivações... o que é que propõem? Se acham bem que a Câmara de Oeiras continue a financiar a Amadora? Era essa resposta que eu gostaria que quem aqui vem com argumentos diversos, diga: “Mas então, vamos manter a situação? E a Câmara de Oeiras continua a ter uma diferença de vinte e nove por cento no capital? Vai continuar a financiar a Amadora?” -----

----- Bom, o Senhor Deputado do Chega não estava, mas eu respondo mais uma vez...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

----- “Já está, já está.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

----- “Já está?... Pronto, eu já respondi, não sei se ouviu o que eu disse sobre os trabalhadores?” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** respondeu dizendo o seguinte: -- “Ouvi, ouvi.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Portanto, para terminar. Esta é uma decisão realmente muito importante. É uma decisão estrutural, porque, na realidade, já lá vão quarenta e seis anos. A Amadora está neste momento perfeitamente habilitada, preparada para gerir os seus serviços de água e saneamento. O que a Amadora realmente não quer é suportar os custos do seu orçamento. Estão a ver o problema? Porque tecnicamente está preparada para fazer a gestão dos Serviços Intermunicipalizados de Oeiras e Amadora. Agora, está preparada para fazer a gestão de acordo com a visão política que tem. Em Oeiras, temos uma visão política diferente. Em Oeiras, nós entendemos, por exemplo, que a água deve ser paga pelo preço justo, e as famílias, por exemplo, que não têm – para além de às vezes questões de natureza legal em termos nacionais, que podem determinar determinadas facilidades – no caso das famílias que não têm água para pagar comprovadamente e não têm dinheiro para pagar a água, a Câmara Municipal então subsidia para elas podem assumir os seus compromissos. Portanto, não sei se estão a ver? É assim que deve ser. -----

-----Referências a festas, a concertos e tal – Bom, isso é uma questão que já vem de há muitos anos, e se se financia um concerto para Oeiras, financia-se um concerto para a Amadora. E esse financiamento – nessa matéria já agora – acham que a Câmara de Oeiras ou a Câmara da Amadora, precisam de algum recurso dos serviços municipalizados para fazer um concerto ou deixar de fazer? Foi uma forma de dar visibilidade também aos serviços municipalizados no âmbito digamos, de alguma responsabilidade social, do ponto de vista cultural e social. Portanto, tem a ver com isso. Mas é para os dois municípios. Portanto, não percebo...”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

-----“Senhor Deputado, eu compreendo esse vosso... Sabe que, quando nós sorrimos – eu hoje tive um almoço muito interessante com uma Senhora que é especialista no sorriso – e sabe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que quando nós sorrimos forçadamente os nossos neurónios passam a funcionar pior. O sorriso se é espontâneo, muito bem, faz-nos bem. Agora se é forçado, está a ver, se é assim... outra coisa é... está a ver? Assim é uma felicidade... agora assim... não. É o sorriso do Senhor Deputado.

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Bem, querem usar da palavra? Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), tem quarenta e sete segundos. Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu registo que ainda tenho algum tempo com um sorriso espontâneo, nada forçado... E, portanto, isto para dizer ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Vereadora Joana Baptista, se me estiver a ouvir, que nós hoje já tentámos ouvir pretensas lições de urbanidade e de cortesia vindas da bancada do Executivo. E eu queria registar a falta de urbanidade, de cortesia e de decência no trato institucional com o outro município, a que aqui assistimos hoje. É lamentável, lamentável a irresponsabilidade institucional da Câmara Municipal de Oeiras, na forma como abordou este assunto. E leva-me a crer que a única estratégia que a Câmara Municipal de Oeiras tem em relação a isto, é provocar a Câmara Municipal da Amadora ao ponto de tornar esta relação tão tóxica, tão tóxica, tão tóxica, tão irreparável, que esta evidência se tenha de materializar por si própria. É a única explicação para a postura lamentável que a Câmara e que a Vereadora Joana Baptista. Presidente...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o

seguinte: --- -----

-----“Senhor Presidente, tenha calma, sorria, sorria Senhor Presidente, sorria, sorria, sorria Senhor Presidente. Não me interrompa e sorria Senhor Presidente... A postura lamentável da Câmara Municipal de Oeiras neste assunto. E a hipocrisia, porque não tem outro nome, do Presidente da Câmara de dizer que “os SIMAS não servem para financiar políticas sociais noutros municípios”, mas servem para financiar os concertos que o próprio Senhor Presidente da Câmara diz, na sua intervenção, que é uma política cultural e social. E olhe, os SIMAS também, aparentemente, serviram para financiar as megalomanias, as ideias abstrusas, nomeadamente ao nível dos templos de água, que sabemos que iria ser feito através dos SIMAS. E, portanto, o Senhor Presidente diz coisas e depois faz precisamente o seu contrário. Não é nada que já não nos tenha habituado. Lamentavelmente, o Senhor Presidente continua a enganar as pessoas, talvez seja porque tem um sorriso muito bonito, não sei se as pessoas caem no seu sorriso muito bonito ou no que quer que seja. Mas enfim, lamentável tudo aquilo que se passou aqui hoje, lamentável esta postura da Câmara. -----

-----Enfim, mais do mesmo.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Os meus cumprimentos a todos os presentes e a quem assiste.-----

-----Em primeiro lugar, nós gostaríamos, de facto, de agradecer pela exposição dos argumentos apresentados. Também valorizar o contributo que o Senhor Presidente já deu na resposta às questões que colocámos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, de facto, fazíamos uma apreciação e uma sugestão. É um processo complexo, é um processo que envolve, de facto, aqui níveis institucionais que importa salvaguardar, interesses dos trabalhadores, interesses das populações, capital e recursos técnicos que todos reconhecemos.----

----- O Senhor Presidente coloca aqui a necessidade de dar um sinal político, que esta decisão é eminentemente uma decisão política para a qual haverá necessidade de ter subsequentemente outros passos metodológicos no sentido de implementar esta solução. A nossa sugestão era que esse sinal político fosse dado numa lógica de uma recomendação, uma deliberação de recomendação, que a Assembleia Municipal de Oeiras faz para encetar precisamente esse processo. Ou seja, no modo como a proposta atualmente está formulada, não nos parece haver ainda essa abertura e essa clarificação dos passos seguintes que serão necessariamente dados.-----

----- A proposta não tem ainda um mapa de possível organização futura, não tem ainda critérios de afetação do pessoal, não tem, de facto, aqui o contraditório da própria Câmara Municipal da Amadora, que seria importante também trazer. Mas compreendemos a necessidade política de tomar uma posição. Isso, nós reconhecemos perante os argumentos que foram aqui trazidos.-----

----- E, portanto, deixávamos esta sugestão: não fazermos a votação do documento, tal como ele está hoje, porque entendemos que é muito, muito formatado e finalizado, e deixar em aberto a possibilidade de clarificar esse roteiro metodológico que nos parece bastante importante para salvaguardar os interesses institucionais de todos os envolvidos neste processo. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:**

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Cumprimento-a a si, ao Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----Vivemos, de facto, tempos em que a ética, a civilidade, a urbanidade e a seriedade dos atores políticos já não são, infelizmente, aquilo que outrora foram. E é precisamente por isso que se torna ainda mais importante reafirmar princípios basilares da democracia: a transparência, a responsabilidade e, acima de tudo, o respeito pelos votos dos cidadãos. -----

-----Permitam-me, então, sublinhar alguns factos objetivos:-----

-----O balanço de mandato referente ao período de dois mil e dezassete a dois mil e vinte, de Isaltino Moraes, tem cento e vinte páginas. Nem uma linha é dedicada à proposta que aqui discutimos; -----

-----O manifesto eleitoral para o mandato atual de Isaltino Moraes, com as suas cento e doze páginas, também não contempla esta proposta;-----

-----O jornal de campanha, com trinta e duas páginas, volta a ignorar por completo esta matéria. --- -----

-----Senhor Presidente, isto quer dizer que esta proposta não foi sufragada. -----

-----Não foi discutida com os cidadãos. -----

-----Não foi votada em eleições.-----

-----E é por isso que esta proposta não tem legitimidade política.-----

-----Não se trata aqui apenas de uma questão de forma – trata-se de uma questão de fundo, de respeito pelos eleitores, pelos trabalhadores e pela democracia participativa que o Senhor Presidente tanto diz que também defende. -----

-----Por isso, se está convicto desta importância, discuta-a de forma aberta: com as pessoas, com os trabalhadores, com a cidade. Leve esta proposta a votos e decida isso no próximo mandato eleitoral. --- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mostre a coragem que todos dizem que tem. -----

----- Porque impor medidas estruturantes sem debate político é um erro – e é um erro que mina a confiança nas instituições – e essa responsabilidade, Senhor Presidente, relativamente a isto, é sua. -----

----- Termino, Senhora Presidente, com mais um desafio ao Senhor Presidente de Câmara: o de fazer um grande congresso como fez com a habitação para saber o que pôr no seu programa eleitoral e a seguir, cumprir “*ipsis verbis*” aquilo que diz que vai fazer, sem tirar nem pôr. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Eu vou ser muito rápido.-----

----- Quando temos um problema e uma situação... Eu agora fiquei espantado com esta intervenção da Senhora líder de bancada do Partido Socialista, como se fosse possível antever esta questão num programa eleitoral. E eu compreendo o problema do Partido Socialista, porque a Câmara da Amadora é do Partido Socialista, mas aquilo que a Senhora Deputada disse não faz sentido nenhum. Aliás, eu vou lembrar-lhe de Mário Soares, acerca disso: o Doutor Mário Soares, com quem eu tive o prazer de privar algumas vezes em relação a essas ideias de se votar por botão, ele dizia “Imaginemos uma sociedade em que todas as decisões que são tomadas a gente vota sim ou não. Bom, era a ditadura das maiorias.”. Isto é uma democracia representativa, portanto, não faz sentido a sua intervenção, aliás, desiludiu-me, costumam ser de maior qualidade. Mas queria sobretudo – mas compreendo que está numa situação complicada, é verdade – queria dizer

o seguinte...”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) retomou a sua intervenção dizendo o seguinte:--- -----

-----“... Está, até porque me está a interromper. Como me está a interromper, é porque está incomodada.-----

-----Mas o que eu queria dizer é que há duas maneiras, há duas posturas, perante isto – ou três, direi: há aqueles que não concordam, que é legítimo; há aqueles que querem extinguir, que somos nós; e há uns outros que querem empurrar com a barriga, neste caso, o Partido Socialista e a CDU. Empurrar com a barriga é não resolver o problema.-----

-----E, portanto, para que fique clarinho em Ata, eu tenho aqui uma síntese sintética da questão (sem sorrisos, Senhor Deputado): -----

-----Os SMAS foram criados em mil novecentos e vinte e sete. Em dois mil e treze transformaram-se no SIMAS;-----

-----A sede de recursos técnicos e humanos sempre localizados em Oeiras (isto são factos),

-----Ativos – sessenta e um pertencem a Oeiras, trinta e nove à Amadora. -----

-----Justificação para a extinção do SIMAS: -----

-----Rutura institucional provocada pela Amadora (as tais negociações com as Águas de Portugal sem avisar Oeiras); -----

-----Presidência desastrosa entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e quatro. -----

-----Incompetência e ausência de prestação de contas (são factos);-----

-----Dificuldade de gestão conjunta e bloqueios burocráticos;-----

-----Desvantagem na distribuição de lucros investimentos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ponto quatro – viabilidade técnica e económica – os estudos apresentados: o volume dos negócios de Oeiras prevê atingir quarenta e dois milhões até dois mil e vinte e nove. Investimentos previstos entre vinte e cinco e vinte e nove – trinta e dois milhões; -----

----- Disponibilidade anual média – três vírgula nove milhões; -----

----- Tarifa média ajustada conforme a inflação;-----

----- Alocação de cinquenta e um ponto um por cento dos colaboradores aos futuros SMAS de Oeiras.- -----

----- Salvaguarda dos trabalhadores: todos os trabalhadores manterão vínculos e poderão escolher o município; integração não implica perdas salariais ou direitos; potencial de valorização interna com novas chefias e estruturas. Em relação aos argumentos do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda que alegam a falta de debate público e risco para os trabalhadores, querem mais estudos e diálogos com a Amadora, querem saber as vantagens... ou seja, querem empurrar com a barriga, querem não decidir. A resposta política que temos para essas críticas: A Amadora é que iniciou a rutura; Oeiras propôs um modelo empresarial sessenta e nove/trinta e um, que foi rejeitado; a gestão pública será mantida; privatizações foram sempre rejeitadas por Oeiras; Oeiras investiu massivamente na Amadora, sem retorno junto. -----

----- E agora tenho que acabar citando o “pai”, não leve a mal, Presidente Isaltino Morais: “O problema é político e económico-financeiro. Não podemos continuar a financiar a Amadora”. E da parte da Vereadora Joana Baptista “Há divergências insanáveis...” estou a citá-los dos documentos “... o modelo está esgotado”. E até vou citar também a Senhora Vereadora Susana Duarte do PSD: “Em dois mil e treze já prevíamos os problemas, hoje confirmam-se”.-----

----- Portanto, não tentem ofuscar, não tentem tapar o sol com a peneira, não tentem criar fumos. Estes são os factos, vamos decidir e vamos decidir a extinção do SIMAS em benefício de Oeiras, do interesse público, dos oeirenses e do Concelho.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas.” -----

-----O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) referiu o seguinte:-----

-----“Obrigado, Cara Presidente. -----

-----Eu, após ouvir esta intervenção da Deputada Alexandra (PS), fiquei, e estou ainda muito surpreendido, porque parece que esta bancada do PS enganou-se em dois mil e vinte e um na autarquia em que se candidataram. Porque quem vos houve, parece que estamos na Assembleia Municipal da Amadora. -----

-----Eu não me recordo de estar presente no programa eleitoral do PS de Oeiras, nem do PS de Odivelas, nem dos outros municípios do PS, nem do Governo do PS (que estava no Governo na altura), a questão da separação da Amadora do SIMAS e a criação de uma nova estrutura, com câmaras do PS e Governo do PS a apoiarem esta iniciativa. -----

-----E, quando fala de questões de transparência e de coerência, é importante, que agora vamos entrar num período eleitoral, que a bancada do PS, os deputados do PS e os outros deputados que defendem a manutenção desta solução, que saíam para a rua e digam a verdade, e que defendam os interesses da Amadora, em vez de defenderem os interesses de Oeiras e da população de Oeiras. O nosso movimento INOVAR vai continuar a defender os interesses de Oeiras e da nossa população. -----

-----Disse.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado.-----

----- A minha intervenção surge na sequência da proposta apresentada pela CDU, e eu queria recordar, apesar da CDU ter votado em dois mil e treze na criação do SIMAS, o Senhor Deputado Daniel Branco teve uma intervenção muito lúcida. Em dado momento, eu passo a ler, diz isto: “... Até à data é aqui Oeiras que decide e a Amadora vê antes, vê previamente e chegam a acordo. Mas não decide nada. Daqui para o futuro não. Daqui para o futuro é necessário que os dois órgãos dos municípios decidam em conformidade. De certeza absoluta que isto irá levantar problemas, mas não tenho dúvidas que irá levantar mesmo problemas.”. É por isso que eu acho que adiar esta solução não se chega a lado nenhum.-----

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, faz favor.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, eu pedi a palavra fundamentalmente para responder ao Senhor Deputado João Santos (CDU), mas não posso deixar de lamentar a posição do Partido Socialista nesta matéria, porque nem uma referência à atitude da Câmara Municipal da Amadora em todo este processo, nem uma proposta alternativa relativamente ao facto de Oeiras não poder continuar a financiar a Amadora.-----

----- Relativamente à proposta que o Senhor Deputado João Santos (CDU) fez, eu quero dizer que subscrevo inteiramente aquilo que disse. Não faz é sentido qualquer adiamento desta proposta. Mas devo-vos dizer que subscrevo aquilo que disse e fá-lo-ei constar da proposta da decisão da Assembleia, no sentido de desenvolver justamente os passos que Vossa Excelência propôs. Até porque não sei se estive atento, mas já os tinha proposto antes. Eu já tinha dito antes que isto é o primeiro passo, este é um primeiro passo. Mas tudo bem, aquilo que referiu consta e

eu subscrevo. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Meus caros senhores, vamos passar à votação.” -----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com nove votos contra, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), e com três abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 82/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 253/25 - GAP - EXTINÇÃO DOS SIMAS E CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE OEIRAS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e cinquenta e três barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número dezanove da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezanove de março, e deliberou por maioria, com vinte e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com nove votos contra, sendo quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e dois da Coligação Democrática Unitária, e com três abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal, uma do Partido Chega e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a extinção dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. questionou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Anabela Brito (IL), é uma Declaração de Voto?”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

-----“Faz favor.”-----

4.1.1.1. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----É uma Declaração de Voto para dizer que a decisão de extinguir o SIMAS Oeiras e Amadora e criar os SMAS de Oeiras, apresenta implicações económicas, operacionais e estratégicas. -----

-----Em termos económicos, o estudo da BDO não nos assegura a informação e os dados que consideramos suficientes para podermos aferir em bom rigor, os custos versus os benefícios, da separação dos serviços. -----

-----Em termos qualitativos a proposta da separação do SIMAS não surge de um estudo técnico imparcial, mas sim de uma decisão estratégica do Município de Oeiras. Trata-se de uma decisão política. -----

-----Dar nota que a posição da Amadora não foi ouvida nesta Assembleia ou em qualquer Comissão. - -----

-----A Iniciativa Liberal reconhece que a extinção do SIMAS pode trazer benefícios estratégicos, e somos sensíveis aos relatos de inoperância dos serviços da Amadora. Mas, também existem desafios financeiros e administrativos que exigem mais informação. -----

-----Desta forma encontra-se justificado o nosso sentido de voto. -----

-----Obrigada.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, eu devo dizer-lhe que isso não é uma Declaração de Voto, é uma informação de questões políticas, mas está feita.-----

----- Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), também é uma Declaração de Voto?”--

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS), interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.”-----

4.1.1.2. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- A proposta de extinção dos SIMAS e criação de novas entidades municipalizadas representa uma alteração de grande impacto na organização de serviços essenciais à população.--

----- A concretização de um cenário de separação dos SIMAS deverá ser objeto de uma fundamentação muito robusta, assente numa avaliação integrada e multidimensional das dinâmicas, processos, ativos e redes infraestruturais, recursos humanos, condições económico-financeiras e objetivos de política municipal, bem como da viabilidade jurídica e potenciais riscos e futuros custos associados à separação.-----

----- Globalmente, há que salvaguardar os melhores interesses das populações, numa perspetiva de garantia da sua titularidade pública, excelência da qualidade do serviço, manutenção do tarifário atual, apenas atualizado em função da inflação, respeito pelos direitos e condições laborais dos trabalhadores, responsabilização e cooperação institucional e compromisso com a coesão social e territorial.-----

----- A proposta apresentada pela Câmara Municipal de Oeiras reflete uma avaliação que ainda consideramos incompleta das várias dimensões em análise, nomeadamente a sua segurança

jurídica e os termos dos contratos e condições dos trabalhadores ao nível da sua organização, também da visão e perspectiva do Município da Amadora e do roteiro formal e metodológico para a implementação desta separação.-----

-----Acresce ainda a ausência, que consideramos fundamental, de um modelo organizativo das novas entidades propostas, que explicita quer o funcionamento operativo das redes, quer o dos serviços e unidades orgânicas, com a respetiva afetação de pessoal e meios. -----

-----Neste quadro, a avaliação do processo deverá ser aprofundada, mais acompanhada e documentada, envolvendo a diversidade de intervenientes em causa, nomeadamente os trabalhadores e as suas estruturas representativas, apresentando um roteiro dos passos necessários de negociação, concertação e reorganização subsequentes a uma posição política. -----

-----Neste contexto, neste momento, perante a proposta apresentada, não vemos alternativa que não o voto contra.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)”. -----

4.1.1.3. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Senhora Presidente, irei fazer uma Declaração de Voto e não um testamento. -----

-----Optamos pela abstenção imputável à falta de formalismo relativamente à salvaguarda dos contratos dos trabalhadores, como também a toda a logística que, todavia, não está ainda formalizada, caso contrário, teríamos votado a favor. Enquanto não houver essa salvaguarda será sempre a abstenção. -----

-----Disse.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. -----

----- Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) faz favor.”-----

4.1.1.4. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “O PSD votou favoravelmente esta proposta, em primeiro lugar, porque ela decorre daquilo que foi a sua posição desde dois mil e treze. Em segundo lugar, porque considera que esta solução irá melhorar a eficácia e os resultados atuais dos SMAS, ou dos SIMAS, e eliminará bloqueios que até agora se vinham manifestando com prejuízo para os munícipes consumidores em Oeiras. -----

----- Disse.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado David Ferreira (EO), faz favor.”-----

4.1.1.5. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra por defender que um processo deste tipo deve ser trabalhado de forma delicada. Devemos respeitar quem connosco serve as águas e o saneamento destes concelhos. Exigimos que as relações entre os executivos vizinhos sejam respeitadas. Não nos parece que extinguir os SIMAS de forma unilateral seja uma posição de respeito pelas instituições, pelos trabalhadores e pelos utilizadores, muito menos sem ouvir o que estes três eixos têm a dizer. -----

----- Falou-se muito da dimensão do Concelho de Oeiras, temos o dobro do território, fala-se da injustiça que será existir um equilíbrio dos investimentos entre concelhos... mas relembro que a Amadora tem mais habitantes e para nós o serviço de água e saneamento aquilo que serve, acima de tudo, são pessoas. Aquilo que interessa é investir na qualidade do serviço que chega às

peçoas e manter o serviço acessível a todas as famílias. A conta da água não pode nem deve ser mais um fator de empobrecimento. -----

-----Aquilo que vemos em Oeiras, é um serviço que quer servir mais do que água. Queremos templos, museus, pagar concertos e festas, para investir na cultura temos o nosso Município e os nossos impostos, e muitas outras instituições desse âmbito. A questão laboral ainda está muito pouco esclarecida e a questão jurídica em caso de litígio deve ser salvaguardada nestas mesmas propostas e, neste caso não está, e acabou de ser reconhecido agora mesmo pelo Senhor Presidente. -----

-----Por isso votamos contra.-----

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, vamos fazer um intervalo de quinze minutos. Peço-lhes que dentro de quinze minutos voltem a esta sala.”-----

-----INTERVALO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Bem, vamos recomeçar os nossos trabalhos.” -----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 345/2025 – SIMAS – relativa ao Relatório e Contas 2024 – PD 90 – SIMAS/2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Algum dos Senhores Deputados pretende intervir? -----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)... Mais alguém? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Para já só a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Os meus cumprimentos à Senhora Presidente e na sua pessoa à Mesa. Os meus cumprimentos ao Executivo na pessoa do Senhor Vice-Presidente, aos deputados presentes, a quem nos assiste aqui e lá em casa e ao nosso apoio administrativo. -----

----- Senhora Presidente, a minha intervenção vem no âmbito da apreciação dos documentos de prestação de contas dos SIMAS relativos ao exercício de dois mil e vinte e quatro.

----- Em primeiro lugar, importa sublinhar que o parecer emitido pela Comissão Permanente de Economia, Finanças e Setor Empresarial Local reconhece a qualidade técnica, financeira e organizativa dos documentos apresentados, bem como o esforço notório da nova equipa do Conselho de Administração que, apesar de não ter acompanhado a totalidade do exercício em análise, demonstrou diligência e rigor na preparação dos documentos que agora nos são submetidos.-----

----- Aproveito também para agradecer enquanto membro da Comissão, o trabalho desenvolvido pelo Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), que muito bem preparou o parecer a este respeito. -----

----- Os indicadores financeiros e operacionais dos SIMAS são em geral positivos e reveladores de uma gestão prudente e sustentada, nomeadamente: -----

----- A autonomia financeira que atingiu os noventa e dois vírgula dois por cento, um valor muito sólido;-----

----- A liquidez geral que apresenta um rácio de dois vírgula quatro; -----

----- O cash-flow líquido que ascendeu a treze vírgula sete milhões de euros;-----

----- O EBITDA que se situou nos doze vírgula oito milhões de euros;-----

-----E o resultado líquido que foi de quatro vírgula cinco milhões de euros. -----

-----Estes resultados aliados à certificação legal de contas sem reservas materiais e, ao facto de se ter ultrapassado as não conformidades apontadas no exercício anterior, confirmam a fiabilidade da informação financeira e o reforço da credibilidade institucional dos SIMAS. -----

-----Do ponto de vista operacional, os dados são igualmente elucidativos: -----

-----Registaram-se mais de vinte e um milhões de metros cúbicos de água distribuída, servindo quase cento e noventa mil clientes; -----

-----As perdas de água, ainda que ligeiramente superiores às do ano passado, mantêm-se abaixo dos dezassete por cento, -----

-----Foi assegurada uma qualidade de água de noventa e nove vírgula sessenta e três por cento, distinguida com o selo de qualidade do serviço de abastecimento público de água; -----

-----Foram feitas centenas de reparações em ruturas com tempo de resposta inferior a vinte e quatro horas, o que demonstra, naturalmente, uma capacidade de atuação eficaz e célere; -----

-----E destaca-se também a aquisição de tecnologia laser scanner, que permitirá melhorar substancialmente a gestão de ativos e a manutenção das redes. -----

-----No que diz respeito à infraestrutura persistem, naturalmente, alguns desafios, nomeadamente: -----

-----Cerca de três vírgula seis por cento da rede de abastecimento em Oeiras e seis vírgula cinco por cento na Amadora, ainda são em fibrocimento; -----

-----E as redes de saneamento com mais de quarenta anos em grande parte da sua extensão, necessitam de um plano de renovação faseado e estratégico que evite ruturas futuras e garanta a resiliência no serviço. -----

-----Concluo esta intervenção, deixando uma palavra de reconhecimento ao universo de trabalhadores dos SIMAS, pelo empenho que demonstram diariamente e que faz destes serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma referência a nível nacional. É essencial que no momento em que se avizinha a transformação dos SIMAS com a criação dos Serviços Municipalizados de Oeiras, este legado de profissionalismo, transparência e responsabilidade pública seja honrado e consolidado. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? -----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Para dizer que estamos a analisar o Relatório e Contas de vinte vinte e quatro do SIMAS Oeiras e Amadora. -----

----- Permitam-me dizer que o auditor do SIMAS emitiu uma opinião sem reservas, validando a conformidade das contas com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas. Contudo, enfatizou a necessidade de correções de erros materiais nos períodos anteriores, que resultaram em ajustes significativos nas demonstrações financeiras de dois mil e vinte e três. O impacto das correções financeiras foram a nível do ativo, bem como do património líquido e do passivo, sendo que este teve um acréscimo de oito vírgula nove por cento, devido à rubrica de fornecedores e processos judiciais. -----

----- Já em dois mil e vinte e quatro a evolução financeira e operacional apresenta um crescimento das receitas operacionais em nove vírgula zero três por cento, as prestações dos serviços apresentaram um crescimento de onze vírgula zero nove e o consumo de matérias-primas, um aumento de cinco vírgula cinquenta e seis. -----

----- O controlo eficiente dos custos operacionais permitiu um resultado operacional sólido.

O resultado final é de quatro ponto quinhentos e nove milhões de euros, representando uma recuperação significativa comparada com dois mil e vinte e três. -----

-----Mas existem áreas de risco: -----

-----Riscos operacionais relacionados com a existência de infraestruturas antigas e obsoletas, com projetos estruturais como a baixa de Algés;-----

-----E riscos financeiros, intimamente ligados com o aumento potencial de custos com matérias-primas, devido a tensões geopolíticas.-----

-----Concluimos assim que os SIMAS apresentam uma situação financeira sólida. Os principais indicadores demonstram um património líquido correspondente a noventa e dois por cento do total do ativo, evidenciando uma estrutura financeira robusta. Um reforço da liquidez impulsionado pelo aumento significativo de caixa e depósitos. Existe uma gestão rigorosa dos passivos judiciais, estando previstas todas as provisões adequadas para mitigar riscos futuros. As correções feitas às contas de vinte e três aumentam a viabilidade da análise feita para dois mil e vinte e quatro. -----

-----Os SIMAS demonstram assim capacidade de autofinanciamento e sustentabilidade operacional sem necessidade de endividamentos bancários. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----A aprovação do Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro dos SIMAS, deve ser feita com sentido crítico, responsabilidade e foco no serviço público. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O documento que nos é hoje apresentado revela uma evolução muito positiva. Um resultado líquido superior a quatro milhões e meio de euros, níveis elevados de execução orçamental e um investimento significativo em áreas como a reabilitação de infraestruturas, a renovação tecnológica e o controlo de qualidade da água.-----

----- O PAN reconhece e valoriza este esforço, sobretudo o empenho das equipas técnicas e operacionais dos SIMAS que são a base do serviço público.-----

----- Mas há também alertas que não podem ser ignorados: a substituição de contadores inteligentes e a eliminação do fibrocimento abrandaram, o que significa que os bons resultados financeiros podem ter sido conseguidos à custa de adiamentos em investimentos essenciais para a sustentabilidade a longo prazo.-----

----- Do ponto de vista do PAN a qualidade da gestão financeira não pode nunca sobrepor-se ao cumprimento da missão ecológica e social deste serviço. A água é um bem comum e a sua gestão tem de ser pública, participada e transparente. -----

----- No momento em que acabou de se aprovar a extinção dos SIMAS e a sua substituição por serviços municipalizados, é fundamental garantir que o legado de rigor e sustentabilidade evidenciado neste Relatório não se perca e que os munícipes e trabalhadores não sejam excluídos das decisões que os afetam diretamente.-----

----- O PAN reforça a boa gestão pública não se mede apenas em milhões de euros no saldo final, mede-se na confiança dos cidadãos, na justiça ambiental e na defesa do bem comum. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

-----“Senhora Presidente. -----

-----Muito rapidamente: relativamente a este Relatório, revela-se justificado em termos contabilístico-financeiros, sendo que se encontra tudo bem cabimentado, relativamente os gastos, toda a produção relativamente financeira, e não só... E só temos aqui a honrar e a dar os parabéns a todos os funcionários do SIMAS. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado... Senhor Deputado Tomás Pereira (EO).” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Aproveito para cumprimentar novamente todas as pessoas presentes e quem assiste, na sua pessoa.-----

-----Avaliamos aqui o Relatório e Contas dos SIMAS para dois mil e vinte e quatro, se ainda fizer sentido, tendo em conta a votação que fizemos antes.-----

-----É um documento que está bem feito, está melhor feito do que aquilo que já esteve noutros anos. O resultado líquido do exercício também é francamente superior àquilo que foi o historial recente dos SIMAS. As coisas estão aparentemente a correr melhor, portanto, naturalmente, que é para extinguir, deve ser esta a marca da tal gestão brilhante e competente que nos foi apresentada no ponto anterior. -----

-----Quero parabenizar, apesar de tudo, por este relatório, os trabalhadores dos SIMAS, a administração, todas as pessoas envolvidas na elaboração do mesmo, naturalmente, mas, também queria salientar que, infelizmente, algo que nós temos vindo a apontar desde o início deste mandato continua por resolver, continua por abordar, nomeadamente ao nível dos contadores inteligentes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que é uma questão que eu sei que já foi abordada também em Reunião de Câmara, e ao nível da remoção de fibrocimento da rede de abastecimento de água. Nós já sabemos que tudo o que está bem é mérito de Oeiras, nos SIMAS, e tudo o que está mal é culpa da Amadora – eu estou à espera que seja essa a resposta da Senhora Vereadora e do IN-OV, provavelmente estamos a um passo de ter a Senhora Vereadora Joana Baptista a dizer que a Amadora pagou a trabalhadores para irem meter mais fibrocimento só para atrasar a remoção do fibrocimento que a Câmara de Oeiras tão competentemente estava a fazer – a verdade é que, no início do mandato tinha-nos sido prometida a remoção do fibrocimento até ao final deste ano, sensivelmente, mas a este ritmo, ao ritmo que aparentemente agora temos, parece que vai ter de ficar lá para dois mil e vinte e nove ou lá para dois mil e trinta, mais uma vez vamos ter o IN-OV na toada de “para o próximo mandato é que é”. Mas pronto, talvez agora com a extinção dos SIMAS e a separação entre Oeiras e a Amadora, todos os problemas, todos estes atrasos, todos os problemas que os SIMAS tinham... a barra vai estar bem alta, Senhora Vereadora Joana Baptista, Senhora Administradora Joana Baptista, porque agora aquilo que nós vamos estar à espera é que sem os empecilhos, como tantas vezes foi tratada a Amadora, agora estes problemas todos que fiquem resolvidos e as coisas comecem a correr todas como era suposto correr. Como disse Rúben Amorim, quando o Sporting celebrou o título do campeonato passado, “vamos ver”.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, muito obrigado Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -

----- Eu queria fazer um preâmbulo ao que acabei de ouvir e agradeço o elogio do Senhor

Presidente. -----

-----Eu, de facto, tenho uma memória de elefante. Há vinte anos, eu era Deputado pelo Partido Socialista aqui nesta Assembleia. E, estava a tentar imaginar – a Sílvia elogiou os lucros – há vinte anos o SIMAS, na altura era o SMAS, dava vinte milhões por ano, vinte milhões por ano, eram dez milhões para a Amadora e dez milhões para Oeiras. -----

-----Senhoras e Senhores Deputados, hoje o que aqui discutimos não é um elogio, nem um epitáfio. É um encerramento. Um encerramento lúcido, de uma estrutura que, ainda que tecnicamente competente, chegou ao fim da linha política e institucional. Este Relatório e Contas dos SIMAS de dois mil e vinte e quatro, apesar dos resultados positivos, confirma as razões profundas da decisão que tomámos, no ponto anterior, ao extinguir os SIMAS e criar os Serviços Municipalizados de Oeiras.-----

-----Sim, o resultado líquido foi de quatro vírgula cinco milhões de euros. Sim, a execução orçamental ultrapassou os noventa e cinco por cento. Mas como disse a própria Presidente dos SIMAS, a Vereadora Joana Baptista: “Temos um montante de dívida que é exagerado. Cerca de vinte e um milhões de euros. Um terço pertence a Oeiras, dois terços pertencem à Amadora.”. Não o dizemos nós — diz quem preside aos serviços. Portanto, quem afere estes valores são os técnicos, não são os políticos. -----

-----A Vereadora acrescenta: “Sabem quanto é que Oeiras fatura a mais do que o Concelho da Amadora? Todos os anos, mais seis milhões de euros.”. Estes são os números que sustentam o desequilíbrio estrutural que denunciámos. Um organismo que fatura em Oeiras e acumula dívida na Amadora. Que tem setecentos quilómetros de rede em Oeiras, e eu da leitura dos documentos vi quatrocentos quilómetros na Amadora, mas após a exposição da Senhora Presidente e Vereadora, corriji para quinhentos (mas nos documentos que eu li estava quatrocentos). E, ainda assim, com investimentos repartidos cinquenta/cinquenta (“fifty-fifty”, a meias). Isto não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

equidade. É distorção. E como avaliam os oeirenses, perante estes factos, aqueles que defendem manter tudo como está e são eleitos por Oeiras? Ou haverá aqui algum partido que já desistiu de Oeiras e está mais preocupado em ganhar a Amadora? -----

----- O relatório fala da normalidade...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... Não sei, é uma suspeita, uma ideia, chama-se a isto no boxe “atirar a toalha ao chão”. Mas eu não sei o que é que os oeirenses pensam disso... -----

----- O Relatório fala de normalidade. Mas como lembrou o Presidente Isaltino Morais: “Estamos aqui a apreciar uma conta de gerência dentro dos prazos” – agora notem bem – “coisa que nunca aconteceu na administração anterior.” – Senhores Deputados da Iniciativa Liberal e do Chega, eram as tais explicações que queriam: é ausente, não está, é fantasma, não vem...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Sempre... é obrigado... Não, ao longo do mandato, Senhora Deputada – vou continuar – E mais, cito Isaltino Morais: “É preciso dizer basta a este parasitismo de um município sobre o outro. É de parasitismo que se trata.”. Os biólogos e a cientista Mónica Albuquerque (EO), saberão muito bem o que é que isto significa. -----

----- Esta afirmação não é acessória, é essencial. Porque revela que os resultados agora apresentados não anulam o diagnóstico — confirmam-no. Mostram, com números, a verdade que

politicamente já sabíamos: Oeiras dava mais, fazia mais, sustentava mais — e recebia igual ou menos. -----

-----Não negamos o esforço técnico, nem a dedicação dos trabalhadores — que, aliás, se forem ver a primeira intervenção que eu fiz neste mandato, foi a elogiar todo o vosso trabalho. Faço-vos esse desafio. Mas não deixaremos que bons resultados de curto prazo escondam desequilíbrios de décadas. O saldo positivo foi alcançado, em parte, à custa da contenção de investimentos: contadores substituídos ficaram muito aquém do previsto; remoção de fibrocimento caiu quase trinta por cento. O lucro foi travando a modernização, ou seja, para haver lucros modernizou-se e investiu-se menos. -----

-----Mas há outro ponto fulcral. Este relatório é apresentado já sob nova liderança, — e esta aqui é que é a chave deste resultado — uma liderança oeirense, que imprimiu nova velocidade e um novo rigor, é a Vereadora que trabalha, trabalha , trabalha, trabalha, trabalha, a Vereadora Joana Baptista, e cito: “Desde maio de dois mil e vinte e quatro, o desempenho e o ritmo dos SIMAS é claramente outro.”. E isto só reforça a tese que sustentámos no ponto anterior: se sob a liderança de Oeiras se faz melhor, então Oeiras deve liderar sozinha.-----

-----A água continuará pública. Os trabalhadores serão respeitados. A qualidade do serviço continuará. Mas agora, com uma estrutura equilibrada, justa e sob o comando de quem sempre investiu mais. -----

-----Por isso, os Senhores Deputados só têm que votar favoravelmente este Relatório e Contas. Não como um elogio ao modelo intermunicipal — mas como o seu fecho. Porque é com rigor que se encerra. E é com coragem que se recomeça. -----

-----Como afirmou o Presidente Isaltino Morais, “é tempo de dizer basta”. Nós dizemos: missão cumprida. Agora, abrimos um caminho novo, um novo capítulo — liderado por Oeiras, para Oeiras e com Oeiras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu queria desmontar duas coisas que se estão aqui a passar hoje, e queria abordá-lo muito frontalmente. A primeira é o argumento profundamente demagógico da bancada do IN-OV de que, quem está contra a extinção dos SIMAS é porque quer manter tudo exatamente na mesma, como se não houvesse todo um mundo de opções entre as duas posições, todo um mundo de coisas que podiam ser feitas, sem avançar para uma posição absolutamente radical e extremista, diga-se, um cenário extremo de extinção dos SIMAS. Há todo um mundo de opções e de posições que se podem ter entre as duas que estão aqui a ser relatadas. E, portanto, votar contra a extinção dos SIMAS, não é equivalente a querer que fique tudo na mesma, e é importante desmontar isso. -----

----- E, Senhora Presidente, eu tenho de dizer isto também com muita frontalidade: a psicologia explica muitas das coisas que estamos aqui a ver hoje. E explica perfeitamente a intervenção do Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), que vai ali acima ao púlpito acusar os outros de parasitismo num exercício de projeção absolutamente notável. É que a bancada do IN-OV a falar dos SIMAS tanto fala de parasitismo dos outros, como passa metade do tempo a tecer louvores ao bom “pai de família”. Senhora Presidente, a psicologia explica.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) quer usar da palavra?” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** fez a seguinte intervenção em **Defesa da Honra**: --- -----

-----“Eu raramente peço a Defesa da Honra, muito raramente, mas é honra política, só porque o Senhor Deputado, ou foi erro meu (também assumo), eu citei, o Senhor Deputado não leu os documentos – se calhar, anda muito atarefado no Parlamento, e dou-lhe os parabéns pelo resultado que Vossas Excelências tiveram, foi notável – mas não leu os documentos. Não fui eu que chamei “parasitismo” – para seu incómodo e para fazer ainda mais um sorriso daqueles que até é habitual – quem citou foi o Senhor Presidente. Eu fiz citações das Atas de Câmara. Isto é só para esclarecer. -----

-----Agora dê as voltas que Vossa Excelência der, vocês estão a tomar esta posição para ganhar votos na Amadora, porque com esta posição não ganham nem um voto em Oeiras, porque os oeirenses não são parvos.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais alguma intervenção? Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU).” -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Era só para referir que, valorizamos muito o Relatório e as Contas, tal como foram apresentadas. Mas queríamos notar que os trabalhadores que estiveram envolvidos na ultrapassagem das reservas que o fiscal único fez foram muito importantes para a organização do SIMAS. E com esta intervenção, queríamos dizer que não deixámos isso despercebido, valorizamos muito esse aspeto de empenhamento que colocaram ao serviço da organização do SIMAS. Mas, parece-nos que o Relatório podia dar origem também a um folheto didático, daquilo que é a água em Oeiras e Amadora. Uma coisa para ser distribuída nas escolas, a dizer o que somos, o que é que o SIMAS é, o que é que faz, quantos quilómetros, as ruturas que há e que são tratadas em vinte e quatro horas, aqueles scanners que aparecem para ultrapassar estas matérias e resolver... embora nas perdas de água, é preciso notar que houve um ligeiro acréscimo, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ligeiríssimo acréscimo, que aponta para a necessidade de mantermos a guarda baixa e continuarmos a fazer os investimentos necessários para que as perdas venham ainda mais para baixo.-----

----- Eu sou do tempo em que veio para cá um Senhor chamado Isaltino Afonso de Moraes, em oitenta e seis, e estávamos com perdas de quase trinta por cento, agora estamos nos dezasseis vírgula não sei quê. Mas era bom que o Presidente Isaltino apertasse as perdas e baixasse ainda mais.-----

----- Fica o repto para ver se para o ano temos quinze por cento de perdas de água. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV).”-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “É só para dar um esclarecimento e cumprimentar o Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), porque eu estudei muito não só estes documentos, como ao longo do mandato. E, aquilo que me foi explicado é que tecnicamente o limite ideal de perdas... não é ideal, o limite tecnicamente, ou racionalmente, economicamente é quinze por cento. Ou seja, baixar as perdas de água abaixo dos quinze por cento começa a ser mais oneroso do que as próprias perdas de água. Isto para dizer: é notável que tenhamos uma percentagem de dezasseis por cento. Esta é a explicação técnica que eu encontrei, admitindo, com humildade, que posso estar errado porque não sou um técnico da área, investiguei o assunto como político. Aliás, na tal intervenção que referi, que fiz ao longo deste mandato, dos vários melhoramentos que foram feitos na rede, etc., esse foi um dos pontos que eu retive, falando até com técnicos da EPAL, pessoas que percebem do assunto, e que dizem que baixar dos quinze por cento é possível, mas é tão oneroso, tão oneroso,

que funciona ao contrário.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, não há mais intervenções?-----

-----Senhor Presidente, pretende usar da palavra?”-----

-----A Senhora Vereadora Joana Baptista interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Um minuto para dizer o seguinte: o que estamos neste momento a aprovar é tão só, ao contrário do documento anterior, é um documento técnico. Portanto, nós estamos a aprovar um documento que é eminentemente técnico. Mas há que também valorizar esse documento técnico, porque há um ano este mesmo documento técnico tinha quatro reservas, quatro reservas apresentadas pelo ROC. E o que é certo é que foi feito um trabalho notável, pela equipa que está aqui presente nesta sala, para ultrapassar, para suprimir todas as reservas. Portanto, o relatório que é técnico, que vos é aqui apresentado, não tem nenhuma mácula em termos de reservas apresentadas pelo ROC. Portanto, é um trabalho notável do ponto de vista técnico, apresentado pelos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento. Portanto, tenho que congratular toda a equipa que está presente hoje. -----

-----Por outro lado – e ainda bem que o Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) faz menção – valorizar os dois relatórios que eu, há pouco, falhei por omissão, que foram produzidos nesta Assembleia pela Comissão de Economia e Assuntos Jurídicos, não só nesta proposta, como na anterior. São também relatórios notáveis do ponto de vista da sua qualidade, da sua estrutura e da organização. E, portanto, em muito valoriza e ajuda naquilo que é a preparação e a submissão desta proposta a este Órgão Deliberativo. -----

-----Por outro lado, falávamos aqui do prazo para apresentação desta proposta, “e que a obrigação, naturalmente da administração é apresentar a tempo e horas” – eu tenho pena que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mesmos deputados que digam isto hoje, a tempo e horas, não tenham dito nos últimos dois anos, a tempo e horas quando a presidência era da Amadora e foram apresentados quatro, cinco e seis meses depois. E que foi necessária a presidência de Oeiras para sanar algo que era obrigatório por lei. Portanto, dois pesos e duas medidas nesta Assembleia Municipal que tão só devia defender os interesses de Oeiras. -----

----- Depois, o aumento do investimento versus abrandamento. A Senhora de Deputada, Sílvia do PAN alertava para a possibilidade de abrandamento nos investimentos. Pelo contrário. O Relatório que os senhores estão hoje a aprovar, tem um aumento de quarenta e sete por cento no investimento. Passámos de cinco ponto dois, de vinte e três, para sete ponto seis milhões em vinte e quatro. Portanto, há um aumento, temos é que canalizar esse aumento do investimento. E é verdade que estamos a fazer um enorme esforço para ainda diminuirmos o volume de perdas de água. Temos noção da dificuldade que é baixar abaixo dos quinze por cento. Mas esforçamo-nos.

----- Mais, falava o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, a questão da aposta – que é uma aposta nossa, de Oeiras, é verdade, uma aposta de Oeiras nos contadores inteligentes. Está previsto, nas Grandes Opções do Plano – e eu aqui recordo, porque às vezes há alguns deputados que não fazem o trabalho de casa, mas que chatice fazer o trabalho de casa, estudar é uma grande chatice, estudar dá trabalho... tem que se esforçar Senhor Deputado, ler os documentos que foram aqui já apreciados há uns meses atrás – porque nas Grandes Opções do Plano está mencionado lá setecentos mil euros para a telemetria em dois mil e vinte e cinco, trezentos e cinquenta mil euros para dois mil e vinte e seis e trezentos e cinquenta mil euros para dois mil e vinte e sete. Foi aqui aprovado num órgão onde o senhor é deputado. Portanto, faça um favor, estude. -----

----- Por outro lado, resultados líquidos, quatro milhões e meio no nosso Relatório – até podia ser mais. Ou seja, se é de congratular os quatro milhões e meio de resultado líquido previsto neste Relatório, podíamos ainda congratular mais se as Grandes Opções do Plano tivessem sido

aprovadas a tempo e horas. Porquê? Porque tínhamos na receita dos SIMAS mais sete milhões de euros que não tivemos. -----

-----E, portanto, naturalmente, este é um documento técnico que temos que saudar, valorizar naquilo que é a sua dimensão, mas eu não tenho dúvidas de que o próximo Relatório de Contas, do próximo ano, naturalmente, terá outra dimensão e alcance. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Sílvia Santos (PS), faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Eu congratulo a Senhora Vereadora por ter referido os pareceres que foram produzidos, lamento que não tenha visto os pareceres anteriores, feitos ao longo dos anos. E aconselho a ir verificar todos os pareceres que foram produzidos na Comissão de Economia e Finanças do Setor Empresarial Local, nomeadamente sobre as GOP, o Orçamento e os Relatórios de Atividades e Contas, para verificar quais foram as recomendações produzidas relativamente a essa matéria e alguns deles foram elaborados pelo Partido Socialista e têm exatamente essas referências que a Senhora Vereadora referiu, e que eu aconselhava vivamente a que também fosse ver. -----

-----Portanto, estude também os elementos que são dados para a Câmara Municipal. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu gosto muito de estudar, estudo muito e, portanto, mandarem-me estudar, eu não considero...”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... Oh Senhor Presidente... o Senhor Presidente queixa-se tanto quando eu o interrompo e depois faz-me isso, eu também tenho de me atirar para o chão e pedir penáti agora, tenha lá calma, deixe-me falar.-----

----- Três coisas na intervenção da Senhora Vereadora que eu gostaria de comentar, talvez assim ao jeito do bom, o mau e o vilão, porque houve uma coisa boa, houve uma coisa má e houve uma coisa bastante má. A coisa boa, é que a Senhora Vereadora tem toda a razão, e eu faço aqui um “mea culpa” parcial de não ter referido, é verdade que este ano estamos a apreciar os documentos a tempo e horas, é bom estarmos a apreciar os documentos a tempo e horas, obrigado por estarmos a apreciar os documentos a tempo e horas, muito bem. Agora, Senhora Vereadora, isto não é mais do que a obrigação legal dos SIMAS. E, a Senhora Vereadora no ponto anterior, e neste ponto, com a sua propaganda, com a sua verve que está a ficar cada vez mais apurada, cada vez mais intensa, prometeu-nos tanta coisa, pôs a barra tão lá para cima...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... Eu vou sorrir, porque estamos todos a sorrir, estamos todos a sorrir uns para os outros... Mas eu gostaria de continuar.... Pôs a barra tão lá par cima, que cumprir os mínimos

legais não vai ser suficiente. Portanto, não vale a pena estar aqui a pedir palmadinhas nas costas por estarem cumpridos os mínimos legais, nós agora estamos à espera de muito, muito mais.-----

-----Vamos ao mau. Este documento é técnico, é verdade, mas a apreciação que nós fazemos sobre ele é político, porque este documento também traduz opções políticas. Por trás da técnica e da elaboração do documento, estão opções políticas deste Conselho de Administração, estão opções políticas da Senhora Vereadora, da Câmara e de todas as pessoas que participam, de todas as entidades que participam na definição política e estratégica destes documentos. Portanto, vir aqui tentar mascarar que isto é uma discussão eminentemente técnica, e depois vai o Deputado do IN-OV fazer o número do costume: “senhores deputados, vocês só podem votar a favor deste documento”, bom, mais valia não estarmos aqui, metia-se aqui um robot a votar a favor e estava feito, íamos todos para casa mais cedo. Infelizmente, ou felizmente, felizmente porque estamos em Democracia, não é assim que as coisas funcionam. E, portanto, nós fazemos uma apreciação política negativa destes documentos, embora eles estejam tecnicamente bem feitos e votamos de acordo, era o que faltava a sugestão de que os deputados desta Casa só podem votar a favor, porque documentos políticos estão bem feitos tecnicamente. Quer dizer, enfim, nem tenho mais comentários para expressar o ridículo desta posição.-----

-----E depois o pior de tudo, Senhora Vereadora – eu comecei esta intervenção a dizer que gosto muito de estudar, e gosto, mas eu também tenho memória – eu também sei o que é que estava nas GOP de anos anteriores, em que nos foi prometido, por exemplo, na tal questão do fibrocimento, que até ao final de dois mil e vinte e cinco o fibrocimento estava resolvido. Estava nas GOP. Aconteceu? Não aconteceu. Portanto, Senhora Vereadora estar nas GOP que têm investimento, que têm projetos, que vai fazer isto, que está que vai fazer aquilo, até estar lá feito no local.... Olhe, “promessas que não sejam cumpridas leva-as o vento”.-----

-----Portanto, Senhora Vereadora, sim, nós vamos continuar a insistir neste assunto, não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

por a Senhora Vereadora meter um papel num documento a dizer que vai fazer, que nós até estar feito, não vamos deixar de pressionar, não vamos deixar de perguntar, ainda por cima num assunto que já derrapou no tempo, muito. Portanto, lamento imenso também essa parte da sua intervenção, Senhora Vereadora. Acho que está melhor na ferve, na intensidade, na forma como apresenta as suas propostas, as suas ideias... no conteúdo, olhe, volto à minha citação anterior: vamos ver. ---

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhor Vereadora.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- É só para dar aqui conta que eu acredito mesmo no trabalho de casa e no estudo. E como acredito no trabalho de casa e estudo efetivamente, queria só porventura salvaguardar aqui a Assembleia Municipal e os Senhores Deputados do Partido Socialista, dizer-vos que Vossas Excelências, ao longo deste mandato e, que foi um mandato tumultuoso, complicado, complexo naquilo que aos SIMAS diz respeito, mas meus caros, um só relatório, um só relatório e incide tão só nas GOP dois mil e vinte e quatro. Portanto, aquilo que a Senhora Deputada quis fazer crer na sua declaração, de que há muitos relatórios, quatro anos, uma vivência difícil, complexa, um só relatório. -- -----

----- Portanto, para além de estudarem, trabalhem, por favor.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sílvia Santos (PS), faz favor. -----

----- A **Senhora Deputada Sílvia Santos (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, provavelmente a Senhora Vereadora não tomou nota das minhas declarações, e convém estar um pouco mais atenta. Aquilo que eu referi foram os relatórios,

pareceres da Comissão de Economia e Finanças do Setor Empresarial Local, que se pronunciaram sobre todos os documentos que foram produzidos e entregues para serem analisados nesta Assembleia. E, aquilo que a Senhora Vereadora refere é que o Partido Socialista não chamou a atenção para determinadas circunstâncias e para determinadas realidades. E aquilo que eu disse, e volto a referir, e que pode ser testemunhado por todos os membros da Comissão de Economia e Finanças do Setor Empresarial Local, onde o IN-OV coordena, é que essas matérias sempre foram chamadas a serem debatidas e sempre foram elencadas pelos relatórios, dos quais eu fui a própria relatora.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Bem, vamos passar à votação desta proposta.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 83/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º. 345/25 - SIMAS – RELATÓRIO E CONTA 2024 PD 90-SIMAS/2025**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e quarenta e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número dezoito da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta de abril, e deliberou por maioria com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar

Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, aprovar o Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro dos SIMAS, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 353/2025 – GCAJ – relativa à Aprovação final da alteração ao Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, Regulamento n.º 1320/2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Alguém pretende usar da palavra? -----

-----Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Analisamos pela segunda vez neste mandato a revisão do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, abreviadamente designado por RPATOR. E se a anterior revisão demorou praticamente cinco anos a ser realizada e aprovada na proposta de deliberação oitocentos e sete de dois mil e vinte e três, esta até foi extremamente rápida. -----

-----Trata-se do regulamento mais importante do Município de Oeiras pois é nele que estão refletidas as regras de diversos procedimentos municipais, e de temáticas tão importantes como o urbanismo, a gestão, a ocupação do espaço público, atividades económicas, etc. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi realizada então a revisão porque houve necessidade de conciliar com o decreto-lei dez de dois mil e vinte e quatro, recentemente publicado relativamente ao «SIMPLEX urbanístico», ou seja, à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e também indústria. Ainda se refere que também foi, esta revisão, efetuada para se proceder à retificação de divergências pontuais detetadas, entre a versão aprovada pela Assembleia Municipal (na PD que eu referi), e a versão publicada no Diário da República, no que se refere aos últimos artigos do Anexo um. -----

----- Conforme verificamos pela proposta, mas também pelo parecer produzido na Comissão da Assembleia que analisou esta proposta, apenas duas pessoas e a Associação Evoluir Oeiras participaram nesta consulta pública. Já na revisão anterior também tínhamos tido apenas três participações. E, é por isso absolutamente lamentável que os cinquenta contributos novamente dados pela Associação Evoluir Oeiras não tenham tido nova análise para possível inclusão. A fraca participação também mostra que é uma divulgação de uma consulta pública falhada e na qual a Câmara Municipal não consegue promover a participação. Não organiza sessões, que podia também à semelhança de outros municípios criar assembleias de discussão de matérias e também não o faz, não procura envolver os cidadãos em nada, e quando isto ainda por cima lhes diz respeito por ser o regulamento mais importante de Oeiras. -----

----- Não é por isso de estranhar também o desânimo de ver contributos serem completamente ignorados, por já terem sido submetidos em sede de consulta anterior, e que permanecem válidos, por isso é que os demos, senão não os daríamos, ou também contributos de cidadãos que são remetidos para análise de outros departamentos, como se não se tratasse também de os analisar aos olhos desta consulta pública, independentemente se isto é visto ou não por outros departamentos com finalidade de resolver situações paralelas identificadas. Identifica-se no caso da Evoluir Oeiras que os Serviços Municipais, e passo a citar: “consideraram que não se justificava

nova apreciação.”. Portanto, foram os serviços ou foram os políticos que controlam os departamentos que tomam a decisão de não reanalisar contributos na sede de uma consulta pública? Porque se é outra consulta, porque é que é remetido à não análise? Em qualquer das situações a decisão de não analisar é altamente questionável e põe em causa o próprio Código de Procedimento Administrativo. A falta de acolhimento de muitos dos contributos mostra que também é um documento político e que no nosso entender fica aquém do que era pretendido. ----

-----Ficam de fora, mais uma vez, contributos relacionados com: -----

-----Espaços nos passeios, contributos esses que são de lei; -----

-----Velocidades de tráfego rodoviário; -----

-----Bicicletas no passeio marítimo – que permanece interdito, sendo que está no PDM de Oeiras identificado este espaço como ciclovias; -----

-----Continua o Município na senda de confundir propaganda e publicidade política e a confundir a mensagem com a estrutura física, e até contra a legislação em vigor e contra deliberações e acórdãos anunciados pela própria CNE;-----

-----Também continuarão a ser exibidos em demonstração e feiras animais, no Município;

-----As flores de plástico continuarão a ser permitidas nas floreiras do Município. -----

-----Finalmente, em relação às Taxas, também continuam a ser cobradas por metro quadrado de espaço e não tendo atenuantes como, por exemplo, as práticas a incentivar. -----

-----Termino dizendo também, que é absolutamente lamentável que tendo uma Comissão Jurídica desta Assembleia analisado esta proposta, não tenha sido sequer questionado à Câmara Municipal, por essa Comissão, como é que se publica em Diário da República um regulamento que tem um texto diferente do que aquele que foi aprovado na Assembleia Municipal em dois mil e vinte e três. É absolutamente lamentável também, em relação ao trabalho que foi produzido. ---

-----Muito obrigada.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- De facto, na Comissão de Economia apreciámos esta proposta, não fomos ao Diário da República, mas efetivamente a questão aqui que foi analisada, foram as alterações que foram agora introduzidas ao RPATOR e não as de dois mil e vinte e três. Portanto, para nós o parecer que foi feito foi um parecer que incidiu essencialmente nestas últimas alterações do RPATOR. E esta alteração resulta sobretudo da necessidade de adaptar o regulamento ao novo enquadramento legal estabelecido pelo decreto-lei dez de dois mil e vinte e quatro, conhecido como o «SIMPLEX urbanístico» que veio modificar significativamente o regime jurídico da urbanização e da edificação. O impacto legislativo deste diploma refletiu-se em inúmeros artigos do RPATOR, bem como nos respetivos anexos e tabelas de taxas impondo a sua atualização para garantir a conformidade jurídica e operacionalidade administrativa. Entre as alterações mais relevantes destacamos: -----

----- A introdução do novo documento introdutório como anexo quatro d) aplicável a pedidos de legalização;-----

----- A reformulação dos anexos um a quatro c) para melhor articulação com o regime jurídico da urbanização e edificação e os novos formulários do portal único da urbanização e edificação; -----

----- A atualização da tabela de taxas com a inclusão de rubricas que decorrem do exercício de competências municipais em matéria urbanística, bem como a reorganização interna da tabela;

----- E a clarificação de procedimentos associados à tramitação digital e à desmaterialização dos processos.-----

-----A proposta foi sujeita a consulta pública, conforme já referiu, e bem, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque do Evoluir Oeiras. O parecer técnico e jurídico da Comissão de Acompanhamento do Procedimento Deliberativo e dos Assuntos Jurídicos foi favorável, considerando que a proposta se encontra devidamente fundamentada e em conformidade com o quadro legal em vigor – porque é esta a nossa competência, não é irmos mais longe, nós não temos a capacidade de produzir pareceres jurídicos vinculativos, portanto, a nossa capacidade dentro das Comissões é fazer uma análise jurídica da proposta de deliberação que vem à Assembleia Municipal, facilitando o trabalho dos deputados na interpretação não só da proposta de deliberação como de toda a documentação que vem subjacente, a acompanhar essa mesma proposta de deliberação. -----

-----Senhora Presidente, esta proposta permite dar cumprimento à lei, assegurar a coerência normativa do regulamento e garantir a segurança jurídica da sua aplicação. Por isso, acompanharemos esta proposta, reconhecendo uma vez mais o rigor técnico do trabalho realizado no âmbito da Divisão de Gestão de Contencioso e Assuntos Jurídicos cuja intervenção foi determinante na preparação desta alteração. -----

-----E aqui termina a competência da Comissão de Acompanhamento dos Assuntos Jurídicos, tão só. -----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN).” -----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** referiu o seguinte: -----

-----“Está hoje em apreciação a proposta de alteração ao Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras. Esta alteração visa adaptar-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ao novo quadro legal nacional conhecido como «SIMPLEX urbanístico». -----

----- O PAN compreende a necessidade de atualização regulamentar para que o Município atue em conformidade com a lei. Mas não deixamos de manifestar reservas, e não são pequenas. Esta reforma ao eliminar licenças e introduzir deferimentos tácitos e comunicações prévias, em vez de autorizações explícitas, reduz o controlo público sobre os processos urbanísticos... Se eu puder continuar sem barulho, agradecia.... Há aqui uma inversão preocupante, o ónus da fiscalização recai agora sobre os municípios que muitas vezes não têm recursos suficientes, enquanto os promotores imobiliários passam a atuar quase em regime de autoavaliação. -----

----- Para o PAN, simplificar não pode significar fragilizar o ordenamento do território, abandonar a fiscalização nem inviabilizar a participação cidadã. Continuamos a assistir a uma expansão urbana descontrolada e este novo regime legal pode agravar esse cenário. Defendemos uma abordagem equilibrada: digitalização – sim, desburocratização – sim, mas com garantias de legalidade, sustentabilidade e justiça urbanística. -----

----- O PAN votará favoravelmente esta proposta, porque ela resulta de obrigações legais, mas fazemos um apelo: que o Município de Oeiras acompanhe com rigor a aplicação destas novas regras, reforce a sua capacidade fiscalizadora e crie canais de participação efetiva para os cidadãos mesmo num contexto de maior automatismo administrativo, porque a cidade é de todas e de todos, e o direito ao território não pode ser hipotecado à pressa da construção.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV), faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, caros colegas deputados, senhores vereadores, senhoras

funcionárias e público que nos assiste em casa. -----

-----Hoje estamos aqui mais uma vez para apreciar um documento extremamente importante para a organização da parte do regulamento administrativo, estamos a falar de RPATOR. - -----

-----Aquilo que eu tenho para dizer hoje aqui, é em primeiro lugar, saudar o trabalho feito pelo Gabinete Jurídico, GCAJ, na elaboração deste documento. Porque este documento que nós temos aqui vem pura e simplesmente cumprir com as diretivas mediante o SIMPLEX.-----

-----Mas, eu fico muito triste, porque aqui nesta intervenção, quando eu vejo que a nossa colega Deputada vem tentar demonstrar que não confia no trabalho, na capacidade técnica dos serviços da Câmara, que os serviços da Câmara... nós estamos aqui a falar dos juristas que elaboraram... quem conhece o RPATOR sabe o trabalho que é fazer a compilação e, neste momento estamos a falar de alteração, que dá. E temos aqui uma colega Deputada que vem aqui de uma forma sub-reptícia demonstrar que todo o trabalho que foi feito aqui pelo Departamento Jurídico, é um trabalho que não é de valor, que é um trabalho que foi porque alguém politicamente manipulou algum trabalho feito.-----

-----Eu queria deixar aqui bem claro que, nós aqui, o Grupo Evoluir Oeiras... o Grupo INOV, acreditamos nos nossos funcionários da Câmara e acreditamos no Gabinete Jurídico. -----

-----Mas aqui também, eu acho que é importante deixar aqui claro que quando nós estamos a ler toda a documentação, quando se fala das propostas do Grupo Evoluir Oeiras, cinquenta proposta, nós podíamos perguntar qual é que era a relevância das cinquenta propostas do Evoluir Oeiras? E qual é que era o contributo para o enriquecimento do RPATOR nas cinquenta propostas? Aquilo que nós conseguimos aqui constatar e ler, é que as cinquenta propostas não tinham qualquer relevância e não tinham qualquer enquadramento. As cinquenta propostas não deixam de ser, mais uma vez, aquilo que é uma prática recorrente do Evoluir Oeiras. O Evoluir Oeiras aquilo que faz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é enviar propostas e requerimentos para confundir tudo e todos, para demonstrar que faz alguma coisa de relevante.-----

----- Resumindo e concluindo, aquilo que eu gostava de dizer aqui é que nós estamos a apreciar um documento extremamente importante, que consiste na justiça fiscal. E, quando falamos da justiça fiscal, muitas vezes tentamos falar de alguma situação das taxas, e nós aqui estamos a falar das taxas. E, quando falamos das taxas temos que respeitar o princípio que está subjacente às taxas, que é o princípio das contrapartidas. E quando falamos do princípio das contrapartidas, nós nunca nos podemos esquecer da equidade, da transparência e da finalidade pública. Aqui, neste momento, quando estamos a apreciar esta matéria, estes princípios fundamentais da justiça fiscal, estão aqui. Nós não podemos, nunca, tentar manipular argumentos para tentar influenciar, ou vir aqui com algum discurso para subestimar o trabalho e a dedicação dos nossos serviços.-----

----- Por isso, eu acho que, quando eu falo de arrogância, quando eu falo de incongruência, é aqui. Porque eu lembro-me perfeitamente, que muitas vezes chegaram aqui e falaram dos funcionários, mas hoje estão aqui a dizer que tudo aquilo que os nossos serviços fazem não tem transparência máxima. Mas se fosse um parecer, como foi na Reunião de Câmara, de uma comissão externa, já era um parecer favorável ou era um parecer que nós podíamos ter em conta. Mas estamos aqui a falar de um trabalho feito pelo Gabinete Jurídico, onde tem juristas da Câmara que são pessoas altamente competentes, e, estamos aqui com colegas deputados a pôr isto em causa.-----

----- Por isso, nós do nosso lado não podemos aceitar essas críticas que vêm demonstrar que o nosso serviço jurídico não tem capacidade para elaborar um documento em conformidade com as normas mínimas, podemos dizer, e nos termos da lei e em conformidade com a lei. Por isso, quando falamos aqui do parecer da Comissão... e o parecer da Comissão, como a Deputada

Sónia (PSD) acabou de dizer agora, o parecer da Comissão diz claramente, neste documento que estamos a apreciar no RPATOR, não há nenhuma inconformidade, está tudo nos termos da lei. E, se está tudo nos termos da lei, aquilo que nós temos que fazer é aprovar esse documento. O Evluir Oeiras quer trazer aqui uma discussão, que é uma discussão que é não discussão. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Dizer que a revisão ao RPATOR que agora analisamos visa adaptar o Regulamento às novas exigências legais com a entrada em vigor do decreto-lei dez de vinte e quatro, de oito de janeiro, o Simplex. Existem novas regras no licenciamento urbanístico, revisão de taxas e permissões e correções e divergências detetadas. Ora bem, o Simplex já entrou em vigor há algum tempo, esta revisão já deveria ter sido feita, contudo é explicado o porquê de ainda não ter sido feita.-----

-----As alterações cobrem diversas áreas do regulamento como, por exemplo, o controlo prévio e procedimentos urbanísticos ou obras e intervenções diversas. Contudo, não podemos deixar de lamentar que esta revisão do RPATOR não tenha sido mais ambiciosa e corajosa, eliminando as taxas para eventos desportivos e culturais que, como referiu o Senhor Presidente por diversas vezes nesta Assembleia, nunca são cobradas. Desta forma, continuarão a surgir pedidos de isenção para aprovação caso a caso, o que, como também já temos referido, levanta questões a nível de equidade, dado que as isenções nestes termos dependem de uma vontade política e administrativa. Há uma discricionariedade no tratamento de cada evento e não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aproveitou também para rever para, pelo menos em baixa, o valor de taxas que possibilitaria aos oeirenses e às empresas de ficarem com mais liquidez. Afinal, estamos num Município rico que deveria ter em pensamento o devolver aos oeirenses e àqueles que aqui investem.-----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Mais alguém pretende usar da palavra neste ponto?-----

----- Senhor Presidente, não sei se o Senhor... Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), peço desculpa.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente. -----

----- Muito rapidamente para dizer à Senhora Deputada Sónia (PSD) que utilizei expressões do próprio parecer. Portanto, o próprio parecer diz qual foi a motivação da revisão que inclui correções que estão identificadas na proposta, mas também no parecer da Comissão. Correções estas que implicam que foi publicado um texto em Diário da República que é diferente do que aquele que foi votado em dois mil e vinte e três aqui na Assembleia. Isso, de facto não podia acontecer, não devia ter acontecido e a Comissão Jurídica podia ter questionado a Câmara sobre esse aspeto.-----

----- Depois, também queria dizer ao Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) que em simultâneo é também jurista na Câmara, numa posição algo dúbia em que de um lado trabalha os documentos e por outro vem aqui discuti-los e votá-los. Mas, pronto, olhe, eu gostava, de facto, de ter visto um grande trabalho dos serviços e gostava de saber onde o Senhor Deputado viu a análise destas cinquenta propostas do Evoluir Oeiras, para vir aqui dizer que elas não contribuem e que não interessam. Eu gostava de ter visto essa análise por parte dos serviços e, em vez disso o

que eu encontro é uma expressão algo do tipo “não interessa, não vamos avaliar aqui nesta revisão do Regulamento” e isso é que, de facto, não podia acontecer e isso, de facto, não é aceitável.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado. -----

-----Sim, sou jurista. Felizmente sou jurista, estive a trabalhar no GCAJ e, neste momento, não estou nessa função. Aqui estou como deputado municipal e é nessa qualidade como deputado municipal que estive a apreciar o documento aqui em apreço. O documento fala claramente na proposta de deliberação e acho que a Deputada Mónica Albuquerque (EO) não viu a proposta de deliberação porque diz claramente... e a proposta diz aqui na análise, fala nos contributos, fala das duas cidadãs que enviaram os contributos e fala na Associação Evoluir Oeiras e diz que todo o contributo que vocês enviaram, estamos a falar do contributo extemporâneo e inoportuno. E quem conheça este Concelho sabe que, neste momento, o que nós estamos a apreciar quando falamos de um contributo extemporâneo sabemos o que é que isso quer dizer. Agora, nós não podemos abusar da boa fé administrativa para manipular toda a opinião pública aqui à volta e o que o Evoluir Oeiras faz é abusar constantemente da boa fé administrativa. -----

-----Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente pretende usar da palavra?” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte:-----

-----“Sim, Senhora Presidente.-----

-----Senhoras e Senhores Deputados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A questão realmente é muito simples. Portanto, eu vou dizer pela décima vez, aquilo que já foi dito aqui na Assembleia. Julgo que é a décima vez que vou falar nisto. O decreto-lei dez vinte e quatro, de oito de janeiro, vem reforçar e simplificar os licenciamentos no âmbito do ordenamento do território, da indústria, e, portanto, do que se trata... noventa e tal por cento das alterações do RPATOR trata-se de fazer ajustamentos de acordo com a prescrição da lei, é disto que se trata. Aproveitou-se para se fazer algumas pequenas alterações, sem grande significado, já que se estava a rever o RPATOR. -----

----- Bom, relativamente aos contributos, é claro que todos os contributos são ponderados, todos sem exceção. Naturalmente que, quando a Associação Evoluir apresenta cinquenta ou não sei quantos contributos, mas são todos iguais. Não sei se estão a ver... quer dizer, os sócios da Associação repetem, dizem todos o mesmo. Obviamente que, os contributos podem ser maus e não são acolhidos. Podem ser novos, mas não serem bons, não terem mérito. Portanto, na realidade, eu devo dizer que eu, Presidente da Câmara, não rejeitei um único contributo, um único, um único. Os serviços técnicos, os serviços jurídicos da Câmara Municipal e aqueles que têm competências nessa matéria é que entenderam quais eram os contributos que eram positivos e os que não eram positivos, e que eram negativos. Portanto, não foram, com certeza, só os contributos da Associação Evoluir Oeiras, que não foram aceites. De maneira que, as regras democráticas são estas. Não foram aceites, desde logo, porque o universo eleitoral e da participação é muito maior do que o universo da Associação Evoluir Oeiras e, portanto, se os contributos que a associação propõe não são aceites, só têm que aceitar democraticamente que não são aceites, são assim as regras do jogo.

----- Por outro lado, e indo de encontro àquilo que a Senhora Deputada Sílvia (PAN) disse, eu por acaso também não concordo com esta lei. Eu também acho que esta lei foi uma precipitação, foi resultado de algumas pressões etc., mas é a lei e eu tenho que a aceitar. Goste ou não da lei, temos que a cumprir e, portanto, temos que acolher nos Regulamentos da Câmara, no RPATOR,

aquilo que a lei diz. Agora há uma coisa que nós não podemos fazer... é que a Associação Evoluir Oeiras ou melhor a Coligação Evoluir Oeiras quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal acha que são legisladores. Ora bem, nós não somos legisladores, esta Assembleia é regulamentadora, faz regulamentos, não faz legislação. Faz regulamentos de acordo com aquilo que é o fundamento da lei. De maneira que, essa coisa que... lá estão as flores de plástico. A Câmara Municipal não tem competência para proibir as flores de plástico, como também não tem competência para obrigar. A Senhora Deputada do Evoluir Oeiras, se encontrar a lei que dá fundamento à Câmara para regulamentar a utilização das flores de plástico, muito bem, o que lhe posso dizer é que por iniciativa do Município não são colocadas flores de plástico. Foi feita uma experiência, na sequência daquilo que vimos em vários países europeus, porque achámos... eu achei muito interessante as flores de plástico. Mas, na realidade, chegámos à conclusão que dava o mesmo trabalho ter flores de plástico ou ter flores naturais que têm que ser regadas de vez em quando e regando-as de vez em quando, pelo menos duas vezes por semana, elas aguentam-se durante algum tempo. As de plástico ao fim de cinco ou seis meses começam a ficar com cores diferentes daquela que é a imitação da cor natural e, portanto, não vale a pena ter flores de plástico, para além de, naturalmente, poderem serem consideradas como, enfim, uma atividade produtora de resíduos e, portanto, ecologicamente não recomendável. De maneira que, a Câmara não coloca flores de plástico. Agora não vai proibir... vai proibir a si própria de utilizar flores de plástico? Não faz sentido, porque nós não colocamos flores de plástico. Agora os particulares, nas lojas, por exemplo, é uma coisa que há muito por essa Europa fora, em municípios que vivem ainda melhor do que nós, põem à entrada dos restaurantes, por exemplo, fazem enfeites com flores de plástico. Quer dizer, em Portugal, infelizmente, os restaurantes são pouco enfeitados, porque não querem agradar muito aos clientes. Eu gostava, não sei, eu não vi, mas gostava de ver, com flores naturais. Mas se não for com flores naturais, também não me repugna que tenham lá flores artificiais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Portanto, mas a Câmara Municipal até podia proibir desde que a lei diga que as câmaras municipais devem regular o tipo ou natureza das flores que são colocadas não sei o quê, tal, tal, tal. Se não há fundamento legal para o efeito, a Câmara não pode regulamentar a questão das flores de plástico ou as flores naturais. -----

----- O Senhor Vice-Presidente pode completar aquilo que eu disse.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Apenas para referir, pela décima primeira vez, que nós o que tivemos foi adaptar à lei, que é uma coisa simples que todos vós perceberam. Mas há duas ou três notas que eu gostava de deixar. A primeira, é que uma vez mais a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) pôs em causa a idoneidade do corpo técnico do Município de Oeiras. Os serviços que são controlados pelos membros do Executivo... eu não tenho nenhum dirigente que se deixe controlar por mim. Felizmente, creio eu, os dirigentes que estão nos pelouros delegados pelo Senhor Presidente, em mim próprio, falo por mim, no dia que eu tentar controlar e manietar na sua consciência, tenho a certeza que se demitem. Portanto, pôr em causa a idoneidade moral dos dirigentes do Município, é de uma gravidade... eu não sei, Vossa Excelência, creio que trabalha na Administração e sabe que há pouca honra maior, apesar de parte da comunidade não perceber isso, do que ser servidor público. Não conheço nenhum dirigente que trabalhe comigo, pelo menos, a quem eu possa por em causa a sua consciência e a sua dignidade. Portanto, acho que o que disse foi de uma gravidade imensa, imensa.-----

----- Depois dizer o seguinte à Senhora Deputada, se me permite Senhora Presidente, da Iniciativa Liberal. Senhora Deputada, o vosso entendimento, e nós temos esta discussão recorrentemente, não é o nosso. Quando Vossa Excelência diz que devíamos fazer assim... não,

não devíamos, porque nós não acreditamos no vosso modelo. Se a Senhora der sugestões, todas as sugestões são bem-vindas, mas não diga que nós devemos fazer de determinada forma, porque o projeto político liderado pelo Senhor Presidente, do qual nós fazemos parte, não quer assim, é sufragado para fazer diferente. Nós temos um entendimento diverso do seu. -----

-----As taxas de ocupação de espaço público para eventos. Nós entendemos, no exercício das nossas funções, isentar de taxas determinados eventos que têm interesse público. Todavia, esses eventos ocupam espaço público. O espaço público tem dono, é do povo. Tem valor e esse valor reflete-se nas taxas que são cobradas pela sua ocupação. Nós entendemos não abdicar delas porque nós valorizamos esse espaço público. Depois podemos, em função do interesse público, isentar de taxas, mas nunca lhes tirar o valor. Isto é uma questão filosófica da coisa, Vossas Excelências entendem diferente, não nos digam é que devemos fazer de acordo com o que vocês acreditam e não de acordo com aquilo em que nós acreditamos. Há uma linha vermelha que separa esse tipo de entendimento do nosso tipo de entendimento. -----

-----Depois dizer, sobre o tempo que demorou a adaptar, que isto são questões muito complexas e muito penosas para serviços que já de si têm uma carga de trabalho elevada. É claro que foi preciso adaptar, mas também dizer e garantir aos oitenses que durante o tempo de transição, até esta aprovação, não deixaram de ser cobradas as taxas devidas que são suas, porque são do Município, são suas. -----

-----É só, Senhora Presidente. -----

-----Obrigado, Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. -----

-----Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio, mas dado que o fez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “A Senhora quer a Defesa da Honra? Quem é que a atingiu na sua honra? Oh Senhor Vice-Presidente... O Senhor ouça, se faz favor...”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) em Defesa da Honra, disse o seguinte: -- -----

----- “O Senhor Vice-Presidente. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Estou a utilizar a palavra para a Defesa da Honra, Senhor Vice-Presidente...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Diz que foi o Senhor que atingiu.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -----

----- “Quer ouvir? -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -----

----- “Pronto. Então ainda bem.-----

----- O Senhor Vice-Presidente escusa de pôr palavras na minha boca. O que eu fiz foi questões e as questões não me foram respondidas. -----

----- A questão que eu coloquei foi: um contributo ou cinquenta, podem ser acolhidos, podem ser analisados e acolhidos, podem ser analisados e não acolhidos, aquilo que não podem ser em sede de consulta pública é não serem sequer analisados. Isso é o que eu vejo aqui nesta

proposta, foi isso que eu questionei. E, portanto, a decisão de dar uma resposta deste nível que diz que são meras pronúncias apresentadas já em sede anterior e que não se impõe qualquer nova apreciação, Senhor Vice-Presidente, isso é que eu questionei, se foram os serviços ou se foram os políticos... essa é a Defesa da Honra, Senhora Presidente. Sabe porquê?” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“Terminou?” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou a sua intervenção: ----

-----“Sabe porque é defesa da honra? Não, não terminei. Tenho três minutos para o fazer.”

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:-----

-----“Terminou, sim senhora. Estou-lhe a dizer que terminou.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou a sua intervenção: ----

-----“Senhora Presidente, tenho três minutos para o fazer. Tenho três minutos segundo o Regimento para fazer a Defesa da Honra e não posso aceitar como funcionária da Administração Pública ser acusada... oh, Senhora Presidente, eu não estou a falar para a Senhora Presidente. Eu estou a defender a minha honra, não posso aceitar isso.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Estou a dizer, terminou a sua intervenção. Faça favor de terminar.... Olhe que está desligado...”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“Não está desligado, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Está desligado, está.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

-----“Não está desligado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Aquilo que eu quero dizer é que não posso aceitar...”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** interveio, mas apesar do microfone estar desligado, torna-se audível o seguinte: -----

----- “Não é verdade, não é verdade, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não está a ser gravado, está desligado, a Senhora está a usar uma intervenção...” ---

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** apesar de continuar com o microfone desligado, continuou a intervir e tornou-se audível o seguinte: -----

----- “... a Senhora Presidente cortou-me a palavra durante a Defesa da Honra de três minutos, a que tinha direito pelo Regimento.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

----- “Ora, então agora vou ligar o microfone para lhe dizer que lhe tirei a palavra, porque a Senhora estava a usar três minutos que são destinados à Defesa da Honra não fazendo qualquer defesa de honra, porque ninguém a atingiu na sua honra.”-----

----- Além disso, eu retirei-lhe a palavra e a Senhora continuou no uso da mesma, pronto, não pode continuar, serve para alguma coisa a Mesa da Assembleia. Portanto, a Senhora tem de acatar e depois faz os protestos que entender, agora tem de acatar a decisão da Assembleia. A Senhora pode ir ver a Ata, não fez defesa da honra coisa nenhuma, estava a aproveitar-se abusivamente dos três minutos que a isso são destinados. -----

----- Senhor Presidente, quer usar da palavra?”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** respondeu, dizendo o seguinte: -----

----- “Quero, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mas havia mais pessoas inscritas, posso deixar primeiro... depois o Senhor fala. ----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), prescinde? A Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Tentar esclarecer... durante esta legislatura, tenho ouvido várias vezes, tem dito várias vezes o Senhor Presidente que todos os eventos culturais e desportivos são isentos. Então porque é que esses não são.... Qual é o problema de isentar nesta revisão esses eventos? Eu não lhe estou a pedir... nós não estamos aqui a falar de isentar tudo. Agora esses que já dizem à partida que estão isentos, qual é a obrigação de virem? Qual é o sentido de virem à Assembleia para serem isentados ou não? Só podemos concluir que terão algum interesse em que as pessoas digam: “Olhe, posso? Olhe, dá-me?”. Não estou a entender. Não entendemos, não.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, faz favor.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Muito rápido para dizer que todos os contributos, todos, são devidamente analisados e ponderados e muitas vezes não são aceites. Foi o caso, pelos vistos, dos contributos. Se está lá uma expressão irrelevante, etc., foi a linguagem que os serviços entenderam usar. Ou pensa que a linguagem é de algum Vereador ou do Presidente da Câmara? -----

-----Os regulamentos são apresentados e politicamente ou se concorda ou não se concorda com eles. Se não se concorda, pode-se dizer: “Bom, olhe, introduzam lá isto ou introduzam aquilo”. Naturalmente, a Câmara também pode dar contributos. Os diferentes serviços técnicos, e reparem, muitas vezes os regulamentos circulam por todos os serviços da Câmara. Às vezes andam ali durante um ano a circular por todos os serviços da Câmara. É preciso insistir com os serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

porque andam assoberbados com muitos outros tipos de trabalhos e, portanto, só quando está, muitas vezes... é assim, somos assim, é a natureza dos portugueses. Só quando se diz: “Olhem que isso vai à Câmara já daqui a oito dias” e então é nessa altura que aparece uma quantidade de serviços a dizer: “Oh, Presidente”, ou o Gabinete Jurídico “Precisamos de meter mais isto, falta regulamentar aquilo, etc.” É assim que funciona. Portanto, os contributos dos cidadãos, associações, etc., são todos analisados. Agora, nem sempre são aceites, não faltava mais nada se fossem aceites, imaginem, que aceitávamos todos os contributos da Associação Evoluir Oeiras, estávamos bem tramados. A maior parte deles são ilegais, a maior parte das propostas que fazem vão contra a lei. Não podem ser aceites. -----

----- Portanto, analisado – ponderado - rejeitado, analisado – ponderado - aceite e, portanto, ninguém pode ficar zangado. Olhe, eu ainda hoje, vejam bem, recebi uma senhora no meu gabinete que foi lá reclamar e quer meter a Câmara em tribunal, porque os algerozes do prédio onde vive, no Dafundo, ficaram entupidos e por terem ficado entupidos a água foi para o terraço, e depois do terraço infiltrou-se no quarto dela, e claro estragou-lhe uma sala, o soalho, mais não sei o quê e por aí fora. Eu próprio fui lá visitar, havia lá uns plátanos. Realmente, os plátanos estavam muito altos, o vento empurra as folhas que vão para o terraço, para os algerozes, etc. E, portanto, eu vi, mandei cortar, mandei podar os plátanos daquela maneira que a Coligação Evoluir não gosta, a tal poda de talão, que, aliás, depois disso, dois anos depois, os plátanos ficam lindíssimos, maravilhosos e frondosos. Bom, mandei cortar os ditos plátanos, mas a senhora, a seguir, pede uma indemnização à Câmara, pelo facto de ter gasto dinheiro para fazer as obras decorrentes dos estragos provocados pelo entupimento dos algerozes. Bom, isto depois do Gabinete Jurídico já lhe ter dito uma vez que não podia pagar, eu disse à senhora: “Minha senhora, eu lamento, mas, de facto, a Câmara não pode pagar”. Como veem somos confrontados todos os dias com situações deste género. A Câmara Municipal não pode pagar, porque é uma responsabilidade dos

proprietários dos imóveis limpar os algerozes e os terraços etc., quando vêm folhas, porque quer dizer, há milhares de casas ou milhares de árvores cujas folhas vão para os algerozes, etc. E, portanto, estão a ver, se a Câmara fosse indemnizar tinha que indemnizar toda a gente. E ela diz: “Eu quero ser indemnizada” e depois acrescentou “Oh, Senhor Presidente, vai haver eleições daqui a uns meses e o Senhor está a dizer-me que não”, e eu disse: “Não me diga que não vai votar em mim, porque eu estou a dizer que não?”. Olhe pronto, não vai votar porque eu não lhe posso dizer senão que não. Isto porque o parecer jurídico que aqui tenho diz que a Câmara Municipal não pode indemnizá-la porque essa é uma responsabilidade, nos termos da lei, dos proprietários dos imóveis que têm que fazer a manutenção dos mesmos. Portanto, disse-lhe: “Olhe, se calhar, faz bem ir para tribunal” e a senhora levantou-se do gabinete a dizer que ia para tribunal e por aí fora.-----

-----Portanto, não é pelo facto de nós gostarmos de que uma coisa aconteça, de gostarmos de ser simpáticos para com uma pessoa que a vamos fazer. A simpatia não resolve todos os problemas. Nós podemos ser cordiais, simpáticos, ter disponibilidade para ouvir as pessoas, mas se a lei diz que é assim, se temos um parecer jurídico que diz que é assim, não podemos ir ao contrário. Portanto, muitas das propostas que a Associação Evoluir Oeiras apresenta são absolutamente ilegais. Portanto, se não foram aceites, é porque os serviços jurídicos consideraram que não tinham mérito para serem aceites e, portanto, o que é estranho é não aceitarem isto. E, depois, fazerem logo segundas intenções, fazendo juízos sobre o mérito dos funcionários, dos técnicos, etc., e, depois, nunca disseram nada do que dizem que disseram. Mas, depois, vamos à Ata e está lá isso tudo. Aliás, não é a primeira vez que se fazem insinuações sobre os funcionários. Quando se diz que os funcionários são manipulados pelo Presidente da Câmara, pelos vereadores etc., naturalmente, estão a faltar ao respeito, à dignidade e à honra desses funcionários, e isso já, aconteceu ainda hoje. Houve aqui uma intervenção, a falar que havia pessoas que eram marginalizadas, que havia pessoas que tinham medo. Quem é que tem medo? É neste Concelho?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Quem é que tem medo? Quem é que é marginalizado? Quais são os exemplos de pessoas perseguidas neste Concelho? Onde é que está isso? Quando se fazem afirmações dessas, obviamente, são afirmações gratuitas e, naturalmente, põem em causa a dignidade e a honra dos funcionários. Afinal, dignidade e honra que todos queremos para nós. Queremos que nos respeitem, queremos que nos considerem dignos e honrados, mas depois consideramos todos os outros indignos e desonrados. É extraordinário, portanto, antes de falarmos, é bom ponderarmos realmente aquilo que dizemos.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Vou passar à votação.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois da Coligação

Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito) e uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques).-----

-----A Senhora Deputada Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 84/2025** -----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º. 353/25 - GCAJ – APROVAÇÃO FINAL DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE PERMISSÕES ADMINISTRATIVAS, TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, REGULAMENTO N.º 1320/2023 -**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e cinquenta e três barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezasseis de abril, e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Chega, aprovar o projeto de alteração do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, com o número mil trezentos e vinte, de dois mil e vinte e três e respetivos anexos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Está, portanto, aprovada com os votos contra do Evoluir Oeiras e as abstenções do Chega e da Iniciativa Liberal. -----

----- E, passo ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos... faz favor.”-----

4.3.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “É só para indicar que faremos chegar uma Declaração de Voto. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez chegar a seguinte Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:**-----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras votou contra a alteração do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras, abreviadamente designado por RPATOR, uma vez que se trata do regulamento mais importante do Município de Oeiras seria expectável que o mesmo tivesse a máxima divulgação para o envolvimento dos cidadãos, e tal não se verificou, escudando-se o Município nos mínimos legais, e não envolvendo

os cidadãos em discussão alargada. Seria expectável ainda que os poucos contributos dados tivessem sido convenientemente analisados em sede de Relatório de Ponderação de Consulta Pública e em vez disso verifica-se que os contributos dados por um cidadão foram remetidos para análise de um departamento fora do âmbito da consulta pública e os contributos dados pela Associação Evoluir Oeiras não foram analisados verificando-se no relatório a expressão: “verifica-se, igualmente, que os contributos apresentados pela Associação Evoluir Oeiras (...) constituem uma mera transcrição da pronúncia apresentada em sede de consulta pública (anterior) e por isso já apreciados. Assim, do mesmo modo, não se impõe qualquer (nova) apreciação face à inexistência de novos contributos”. Sendo grave a afirmação porque é usada para justificar a não realização de análise dos contributos em sede desta consulta pública por terem sido submetidos em sede de outra consulta pública, quando se trata de outro procedimento administrativo. Ficam de fora contributos relacionado com: Espaços nos passeios, velocidades de tráfego rodoviário e redistribuição do espaço viário, uso de Bicicletas no passeio marítimo – permanecerá interdito o uso livre de bicicletas num percurso que aparece como ciclovia no PDM de Oeiras, continua o município na senda de confundir propaganda e publicidade e a confundir a mensagem com a estrutura física. O Artigo referente a Locais de afixação de mensagens de propaganda não está sequer ajustado à legislação em vigor, nem a deliberações e acórdãos anunciados pela CNE. Animais continuarão a ser exibidos em demonstrações, feiras, etc. e as flores de plástico que continuam a ser permitidas nas floreiras do Município. Finalmente relativamente às Taxas: continuaram a ser cobradas ao m2 e por espaço, não tendo atenuantes por “Práticas incentivadas” por exemplo para quem utilizar materiais sustentáveis.-----

-----Adicionalmente referir que nenhuma das questões colocadas ao executivo foram esclarecidas no âmbito da discussão desta proposta na Assembleia Municipal de Oeiras. -----

-----Só podemos votar contra um processo no nosso entender irregular e pouco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

participado.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 377/2025 – DCS – relativa à adesão do Município à Prochild Colab (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Alguém pretende usar da palavra? -----

----- Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), faz favor.”-----

----- A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Integrar o Prochild Colab é reforçar o compromisso de Oeiras com a infância e a inclusão social. -----

----- O que é que é o Prochild Colab? É um laboratório colaborativo que desenvolve soluções sustentáveis e baseadas em evidência científica para combater a pobreza e a exclusão social na infância. Sabe-se hoje que as experiências vividas nos primeiros anos de vida influenciam decisivamente a saúde mental, o desempenho escolar, a capacidade de estabelecer relações e até a qualidade de vida na idade adulta. Por isso, políticas públicas eficazes na infância reduzem: -----

----- Desigualdades sociais; -----

----- Combatem os perpétuos ciclos de pobreza; -----

----- Previnem problemas de saúde mental e exclusão social; -----

----- Promovem comunidades mais resilientes. -----

----- Crianças apoiadas tornam-se adultos mais autónomos, mais participativos e mais solidários.- -----

----- A integração no Prochild Colab garante ao Município alguns pressupostos, acesso privilegiado a projetos inovadores...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, naturalmente, os senhores é melhor usarem alguma sala, que está ali fora, de qualquer um dos vossos grupos políticos para poderem conversar à vontade. Agora, isso faz interromper a Sessão da Assembleia.”-----

-----A **Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

-----“Garante ao Município:-----

-----Acesso privilegiado a projetos inovadores e conhecimento científico de excelência ajustados às necessidades do território;-----

-----Reconhecimento como território preferencial para projetos-piloto e candidaturas, financiamentos competitivos nacionais e internacionais:-----

-----Colaboração direta com especialistas e investigadores; -----

-----Capacitação contínua de profissionais, técnicos locais;-----

-----Apoio técnico-científico na definição da política municipal de infância alinhada com as melhores práticas e adaptada à realidade de Oeiras; -----

-----Descontos exclusivos e acesso prioritário a programas e serviços especializados; -----

-----Integração numa rede nacional/internacional de parceiros. -----

-----Portanto, e por tudo isto, esta adesão representa não só uma parceria institucional, mas uma afirmação clara das preocupações e políticas de Oeiras com as suas crianças. -----

-----Oeiras, investe de forma estruturada na qualidade de vida das famílias, na coesão social, no futuro coletivo do território e, por isso, a adesão Prochild Colab é só mais uma ferramenta na prossecução das políticas de inclusão e prevenção de Oeiras. -----

-----Investir na infância, é investir no futuro, sim, mas é também investir no presente. É respeitar as crianças enquanto cidadãos de pleno direito, muitas vezes esquecidos, com voz, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desejos e com necessidades próprias. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)**, referiu o seguinte:-----

----- “Estamos a analisar a adesão do Município de Oeiras à Prochild Colab, uma associação de investigação que tem como missão central o combate à pobreza e exclusão social na infância.

----- O PAN vê esta proposta com bons olhos e votará favoravelmente, mas esta não é apenas mais uma adesão formal, é uma escolha política que coloca as crianças no centro da ação municipal e isso para o PAN é essencial.-----

----- Sabemos que a pobreza infantil tem efeitos estruturantes. Condiciona trajetórias escolares, perpetua ciclos de exclusão e trava o desenvolvimento pleno de centenas de crianças e jovens no nosso país. Por isso, as políticas públicas têm de ser pró-ativas, sustentadas em dados, em evidência científica e numa abordagem verdadeiramente humanista. -----

----- O Prochild Colab traz conhecimento, inovação e ferramentas que podem ser decisivas para Oeiras, mas cabe-nos garantir que esta parceria será verdadeiramente transformadora, que não será apenas mais um protocolo, mas sim, um instrumento vivo com impacto local, sobretudo nas zonas onde as desigualdades são mais sentidas. Por isso, o PAN desafia o Executivo a acompanhar esta adesão com critérios claros de avaliação, metas concretas e abertura à participação da comunidade educativa e social. Que esta seja uma oportunidade para aproximar ciência, território, diagnóstico, intervenção, teoria e prática, porque nenhuma criança pode esperar e nenhum direito pode ser adiado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte intervenção:-

-----“Senhora Presidente. Relativamente à adesão do Município a esta entidade, é uma colaboração multidisciplinar de excelência, assim que nós vemos, tendo presente conjugar a saúde, a justiça e o serviço social. Assim sendo, iremos votar a favor, tendo presente reforçar a prevenção em situações de risco ou maus tratos a crianças. -----

-----Disse.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Bem, meus senhores, vamos proceder à votação da proposta:”-----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

----- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 85/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º. 377/25 - DCS – ADESÃO DO MUNICÍPIO À PROCHILD COLAB** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e setenta e sete barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número cinquenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezasseis de abril, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo

Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a adesão do Município à “ProChild CoLab”, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Está, portanto, aprovada por unanimidade.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 395/2025 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, por comissão de serviço, no cargo de Diretor/a do Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Ninguém pretende usar da palavra? Passo à votação.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Nunes Esteves Tavares de Moura, Sílvia Maria Mota dos Santos, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Rui Jorge Lima Vieiro), um do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Artur Alberto Dono Claro Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

----- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 86/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 395/2025 – DGP – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO POR COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE DIRETOR/A DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e noventa e cinco barra dois mil e vinte e cinco, a que se refere a deliberação número vinte e nove

da Reunião da Câmara Municipal realizada em trinta de abril, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de dirigente do Departamento de Desenvolvimento Social, nos termos constantes da Informação número INT-CMO/dois mil e vinte e cinco/ seis mil seiscientos e quarenta e um, conforme proposto pelo órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Está, portanto, aprovada por unanimidade.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 411/2025 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa à Adesão do Município de Oeiras à APENO – Associação Portuguesa de Enoturismo (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Quer usar da palavra?” -----

-----A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, atendendo ao adiantado da hora e à agitação dos deputados e das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deputadas vou ser muito rápida. -----

----- A adesão do Município de Oeiras à Associação Portuguesa de Enoturismo per si parece ser evidente e sem grande matéria de discussão. Surge como uma decisão natural e estratégica reforçando a atratividade turística do Concelho e a aposta no emblemático Vinho Villa de Oeiras.

----- O Vinho Villa de Oeiras, como todos nós sabemos, é um vinho generoso, produzido pela Câmara Municipal de Oeiras, o que já por si é uma singularidade. E outra singularidade é que faz parte da região demarcada de Carcavelos, a mais pequena do país, e é uma das mais pequenas do mundo. -----

----- Soma, desde a sua comercialização e recuperação, um vastíssimo leque de prémios comprovando a sua qualidade e justificando a aposta contínua na Autarquia da sua produção. Assim e por consequência natural, o enoturismo surge como um eixo estratégico de desenvolvimento integrado do Concelho prevendo visitas a vinhas, a adegas, provas comentadas eventos vínicos, gastronómicos, etc. -----

----- A APENO promove inovação, boas práticas, certificação e formação, sendo também responsável pelo primeiro canal digital dedicado ao enoturismo. Só uma curiosidade, ele foi apresentado justamente em Oeiras e só parar para dizer que Oeiras recebe precisamente hoje, o Fórum Regional da Associação de Municípios Portugueses do Vinho da Região de Lisboa sob o tema “enoturismo fator de diferenciação na Região Metropolitana de Lisboa”. O evento decorre (se calhar já acabou, só nós é que estamos aqui, já acabou já) no auditório do Templo da Poesia, no Parque dos Poetas, mais uma vez uma apropriada escolha para este tipo de evento, toda a gente sabe que no vinho há poesia. Portanto, posto isto, assim e graças à visão estratégica do Presidente Isaltino Morais (toda a gente sabe isso, no vinho há poesia).-----

----- Assim e graças à visão estratégica do Presidente Isaltino Morais, foi possível recuperar um vinho generoso de reconhecimento nacional e internacional, revitalizar o património vinícola

e o património edificado, promover o Município como um destino de enoturismo. São motivações mais do que suficientes para continuar a aposta do Município de Oeiras na valorização deste produto exclusivo e no desenvolvimento de novas iniciativas ligadas ao setor.-----

-----Eu percebo que queiram acabar, mas não vou acabar, portanto, não resisto e só quero responder a Fernando Alvim, que na revista Oeiras em Revista disse: “Não sei como é viver em Oeiras, mas comer é ótimo”. Pois bem, em Oeiras, come-se bem, bebe-se com moderação e qualidade, mas vive-se melhor, trabalha-se bem, aqui encontram-se alguns dos principais clusters tecnológicos e científicos de Portugal. Estuda-se bem em Oeiras, é o Concelho com maior percentagem de licenciados do país, investe-se de forma consistente na coesão social, portanto, come-se bem - sim, bebe-se vinho de qualidade - sim, mas vive-se melhor ainda. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----O Senhor Deputado Rui Miller, Primeiro Secretário da Mesa, disse o seguinte: --

-----“Obrigado, Senhora Deputada. -----

-----Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) tem a palavra.”-----

-----A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) referiu o seguinte: -----

-----“Está hoje em análise a proposta de adesão do Município de Oeiras à Associação Portuguesa de Enoturismo APENO. O PAN compreende a lógica desta decisão, o enoturismo tem potencial para valorizar produtos locais como o Vinho Villa Oeiras e afirmar o território no mercado turístico, cada vez mais exigente e segmentado. No entanto, do ponto de vista do PAN, esta adesão tem de ser mais do que uma estratégia de marketing. Tem de ser um compromisso com o território, com a sustentabilidade e com a identidade local. A nossa adesão a uma associação de natureza privada deve ser feita com sentido crítico, garantindo que os princípios que nos regem enquanto Autarquia – transparência, ética, participação cidadã e interesse público, são preservados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Importa ainda que o Município de Oeiras, ao investir no enoturismo, não perca de vista outras dimensões essenciais do desenvolvimento local: a proteção ambiental, o bem-estar animal a transição para modelos alimentares mais sustentáveis e o combate às desigualdades territoriais.

----- Por isso, o PAN votará a favor da proposta, mas deixamos duas recomendações: -----

----- Que o Município acompanhe esta adesão com indicadores de sustentabilidade concretos no setor do enoturismo e que seja garantida a total transparência nas relações entre o Município e a APENO, nomeadamente na definição de eventos, parcerias e comunicação. Isto porque para o PAN o turismo, tal como o território, deve estar ao serviço das pessoas e do planeta, e não o contrário.”-----

----- **O Senhor Deputado Rui Miller, Primeiro Secretário da Mesa**, disse o seguinte:---

----- “Muito obrigado.”-----

----- Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) tem a palavra. Não pediu a palavra? Senhor Vice-Presidente quer usar da palavra? -----

----- Faz favor, não esteja tão zangada Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente em exercício.”-----

----- Analisamos a adesão do Município de Oeiras à APENO - Associação Portuguesa de Enoturismo. Indica o Município que a adesão visa a prossecução do interesse público municipal na promoção e na atratividade do Concelho na área do turismo, em especial no Enoturismo. -----

----- Ora, trata-se de uma associação, de facto, muito recente, cujos estatutos datam de julho de dois mil e vinte e quatro, como podemos ver em anexo, e sem que seja apresentada uma ata que indique quem são os órgãos sociais desta associação. -----

----- Mais importante, não se sabe que iniciativas já desenvolveu esta Associação e que benefícios pode trazer para Oeiras. E, por isso, questiono, e mais uma vez sublinho, questiono, que

é para não ser acusada de outras coisas, o que será de esperar com esta adesão e o que é que ela pode trazer ao Município em aspetos práticos? Vão ocorrer mais eventos? Vai ser uma entidade, uma associação que irá divulgar o Vinho de Oeiras? O que vão fazer concretamente? Da parte do Município e da parte da associação? Existirá um protocolo a seguir? Qual é que é a perspetiva?--

-----Depois, ainda se pede também aos deputados, nesta proposta, que aprove a realização de despesa com o pagamento de joia inicial de sessenta euros e a quota anual de trezentos e vinte, portanto, respeitante ao ano em curso. Ora, estes valores estão a ser pagos depois da concessão do visto do Tribunal de Contas e isto implica então um voto condicionado em relação a este ponto da deliberação, porque ela depende do Tribunal de Contas. -----

-----Ainda assim, a aprovação implica a assunção do respetivo encargo financeiro e, portanto, tem que ser efetuado um cabimento prévio que também não consta em anexo destas propostas. - -----

-----Finalmente... senhores deputados...” -----

-----O Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário da Mesa, disse o seguinte: --- -----

-----“Peço silencio na sala, por favor. Deixem acabar a comunicação, por favor.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) continuou a sua intervenção: ----

-----“Finalmente, exatamente como aconteceu em três propostas da Assembleia passada, a declaração da Autoridade Tributária está caducada e a declaração de Registo de Beneficiários Efetivos apenas tem um beneficiário identificado, e nós temos documentos em anexo que mostram que isto é uma associação sem fins lucrativos e cujos estatutos indicam que “a associação se obriga pela assinatura conjunta de dois elementos da direção” e, portanto, assim sendo, são dois beneficiários ou então tem que ser entregue uma ata da Assembleia Geral que indique que o beneficiário último é apenas uma pessoa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Nesse sentido, consideramos que a proposta não terá condições, tal como aconteceu na semana passada com outras propostas, de ser votada, a menos que cheguem ainda durante a Assembleia os documentos que estamos a referir. E, portanto, continua a não ser feita também, Senhora Presidente, uma vez que já está na sala também, dizer que abordámos esta questão a semana passada e esta semana também referir que continua a não ser feita a verificação dos anexos das propostas antes das mesmas serem agendadas para esta Assembleia. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Agradecer a intervenção da Deputada Mónica (EO) que olha sempre para as questões formais, mas eu posso ter-me enganado quando olhei para a proposta, e o que eu vi é que eram sessenta euros e não setenta, mas admito... disse sessenta? Eu percebi setenta de joia e trezentos e vinte euros de quota anual. Portanto, isto só para dizer que estamos a falar de valores, enfim simbólicos, mas percebo as suas preocupações formais. -----

----- No entanto, queria fazer aqui uma pequena intervenção, muito rápida, que me parece que é importante, que fique em Ata porque está ligado com isto. O enoturismo, na minha perspetiva, só se pode ligar com o Vinho de Carcavelos - Villa Oeiras. -----

----- Há vinhos que se bebem e há vinhos que se guardam. Mas o Vinho de Carcavelos, esse, não se guarda - preserva-se. Porque é mais do que vinho. É história líquida. É identidade engarrafada. É território que fala, que respira, que se perpetua. -----

----- O Vinho de Carcavelos - hoje com marca própria: Villa Oeiras - é o herdeiro direto de um Portugal de Pombal, de tratados diplomáticos com a corte inglesa, de solares agrícolas que

dominavam o Tejo com vinhas em socalcos e casas senhoriais. -----

-----Quando tantas regiões venderam o futuro à pressa, Oeiras escolheu resistir. Escolheu reabilitar. Escolheu fazer do vinho uma causa. E essa causa chama-se hoje enoturismo, valorização cultural, identidade económica com alma. -----

-----Cada garrafa de Villa Oeiras que sai da adega não é apenas um produto - é um ato político, um gesto civilizacional e identitário do Concelho de Oeiras. Porque ali está o trabalho de enólogos, de engenheiros, de historiadores, de jardineiros, de arquitetos do tempo. -----

-----Numa era de produção em massa, o nosso vinho de Oeiras é feito com pausa, com memória, com “terroir”, com respeito. -----

-----E o mundo está a reconhecê-lo: exportações a crescer, prémios internacionais, interesse de mercados exigentes como o Japão e o norte da Europa (agora com as taxas do Senhor Trump vai ser mais difícil a América). -----

-----Mas não é só para se vender que se deve proteger este património - é para ensinar. ---

-----Ensinar que o vinho pode ser um instrumento de coesão, de desenvolvimento sustentável, de qualificação.-----

-----O vinho é cultura. É paisagem. É economia circular. É narrativa viva. -----

-----E Oeiras, ao investir nele, está a dizer ao país: somos mais do que um concelho urbano. Somos uma terra com sabor, com raiz, com futuro. -----

-----Portanto quando falamos na APENO, falamos também disto. De ligar Oeiras ao país vitivinícola, sem nunca abdicar da sua especificidade.-----

-----Que nenhum de nós esqueça: Villa Oeiras não é apenas um vinho. É um hino. E os hinos não se engolem - celebram-se.-----

-----Queria apenas deixar esta apologia do Vinho de Carcavelos, sem de qualquer modo menosprezar as questões formais levantadas pela Deputada Mónica Albuquerque (EO).”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “É que eu não ouvi a intervenção da... Senhor Vice-Presidente, tem alguma coisa a dizer sobre isto? Então é assim: a certidão da Autoridade Tributária Aduaneira terminou no dia dez de maio. Portanto, hoje é dia vinte e sete, terminou..., quando foi a reunião de Câmara, estava válida. A da Segurança Social está válida. Não sei depois, a outra... Mas o Senhor Vice-Presidente ouviu. Então, quer fazer o favor de...” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu tentei sem sucesso na semana passada explicar o que era a questão do voto condicionado, entretanto já pedi à diretora do Gabinete Jurídico... Eu gostava de pedir a ajuda da Senhora Presidente, porque há senhores deputados que não conseguem ouvir em silêncio. Eu percebo da dificuldade imensa que seja de ouvir, mas têm que fazer um esforço. Tentei sem sucesso, portanto, não imporei nenhum sentido, já solicitei à senhora diretora do Gabinete Jurídico que faça um texto explicativo desta questão, para que a diretora do Gabinete Jurídico, jurista, possa explicar esta questão. -----

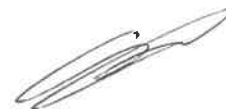
----- Todavia, Senhora Presidente, aproveitando o balanço, começo por elogiar a poesia do vinho e a intervenção da Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) que, com muito mais fulgor do que esta bancada, conseguiu explicar a importância da adesão a esta associação e o que isto nos traz. Nós, na Sessão da Assembleia Municipal Descentralizada, houve uma intervenção sobre os eventos e a política de eventos do Município, da Deputada Diana Gonçalves (IN-OV), que foi notória a importância do desenvolvimento dos eventos para a construção do modelo de captação de turistas para o Concelho de Oeiras, e dizer que é muito complicado colocar Oeiras no circuito turístico da região de Lisboa. É muito complicado. É muito mais complicado do que qualquer dos senhores deputados pode imaginar. Gostava que estivessem um ano (um ano) com o pelouro, para

perceberem a dificuldade de trazer circuitos de autocarros com turistas, por exemplo, para Oeiras, onde o património não foi recuperado e os sucessivos Governos... Não estou a atacar nenhum partido, estou a atacar todos, porque se não fosse o Senhor Primeiro-ministro António Costa ainda hoje, ainda hoje o Mosteiro da Cartuxa, ou a Quinta de Cima não estariam no Município de Oeiras, e a gestão não estaria entregue ao Município. Naturalmente o Município vai ter de pagar a sua recuperação... O Senhor Deputado do Chega está feliz, percebemos, são dias felizes para Vossa Excelência, mas... deixe-me falar. Deixe-me falar. Nós não tínhamos - e continuamos sem ter - os equipamentos para poder fazer circuitos. A construção do turismo de Oeiras fez-se nas últimas décadas à volta do turismo dos negócios. De notar, quando o Senhor Presidente pela primeira assumiu o cargo de Presidente da Câmara, não havia um hotel no território do Concelho de Oeiras. Um que fosse. Um que fosse. Agora já há bastantes e bastantes outros estão projetados. E cinco estrelas então, para termos o primeiro cinco estrelas, cuidado o que foi preciso fazer.... Há um cinco estrelas no Concelho de Oeiras, aqui ao lado. E haverá mais nos próximos anos se conseguirmos ser bem-sucedidos. Naturalmente que associado a este turismo dos negócios, que tem a ver com as empresas, há um fluxo de turismo de eventos que nós conseguimos construir nos últimos quinze anos que tem sido importante. O que nós não conseguimos fazer ainda é trazer os fluxos turísticos da região, que a maior parte das estadias são de cerca de três noites para estar um dia, ou uma manhã ou uma tarde em Oeiras. Não conseguimos, porque já se fez de quase tudo para conseguir, mas é muito complicado, porque é preciso vender várias coisas nos programas... O Deputado João Viegas (IN-OV) já falou várias vezes na tarde de hoje, mas não foi o suficiente. Senhor Deputado, há pouco a Senhora Presidente já o repreendeu, por favor..." -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----"Senhor Vice-Presidente, o Senhor já terminou?"-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não, não terminei, Senhora Presidente. Estou a tentar com a sua ajuda, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Então agradecia que terminasse. Eu agradeço, porque na realidade...”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “É da vida... Dizer que estes circuitos demoram tempo a construir. Não foi possível construir. Nós contamos que a adesão a este tipo de instituições nos ajude a consolidar uma política de eventos turísticos que enriquecerá o Concelho de Oeiras. Depois, tudo o que foi dito sobre o vinho, particularmente sobre a poesia, toda a gente já sabe.-----

----- Sobre a qualidade de vida do Concelho de Oeiras, a Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) fala com muito mais propriedade do que eu próprio.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Vice-Presidente, muito obrigada.-----

----- Eu posso... A questão que... eu já fiquei a saber, é de dúvidas sobre este Registo Central de Beneficiário Efetivo que não estará correto e a Certidão da Autoridade Tributária, que também neste momento está caducada por dezassete dias, mas está caducada. Resulta que o que eu proponho é retirar esta proposta e inclui-la na Ordem de Trabalhos de uma das próximas reuniões. Porque tudo aquilo que o Senhor Vice-Presidente disse tudo isso é verdade, é realmente importante, é necessário. Mas não há dúvida que a proposta tem falhas na sua instrução.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Discorda? Como?”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhor Vice-Presidente, não é o Gabinete Jurídico que vai dizer se se pode votar ou não. A certidão está caducada, portanto, se a certidão está caducada, se os senhores deputados põem isso em causa, nada me leva, realmente, a pô-la a votação. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) queria usar da palavra? É sobre esta proposta? Então não vale a pena, porque a proposta é retirada...”-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) observou o seguinte:-----

-----“Exatamente, não faz sentido, mas pelo menos deixe-me dizer isso, obrigada.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Não, a proposta está retirada.-----

-----Bem, meus senhores, vamos... Senhora Deputada, não vale a pena intervir sobre esta proposta. Sobre quê?”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Não, esta proposta fica retirada e..., Senhor Vice-Presidente, quer fazer o favor de ouvir? E, portanto, peça ao Gabinete de Apoio Jurídico que, realmente, possa corrigir aquilo que aqui foi levantado, as questões levantadas.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Vai ficar corrigido.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Pronto. E, portanto, será incluída numa das próximas reuniões. Eu penso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

chegámos ao fim, não dos nossos trabalhos, mas do Período da Ordem do Dia.”-----

----- **ADIADA**-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Temos inscritos dois munícipes a quem vou dar a palavra. Portanto, é o Senhor ... Eu agradeço que não saiam da sala, porque há dois munícipes que pretendem intervir. Senhor Leonardo David Silva. O Senhor tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.” -----

5.1. O Senhor Leonardo David Silva, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu sei. Boa noite a todos, Senhores Presidentes, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Queria, antes de mais, pedir ao Executivo para adicionar um partido que vai se candidatar aqui às eleições autárquicas, ao programa das escolas, ao Dia da Democracia, o ADN.

----- E a segunda questão é basicamente... Eu tenho-me esforçado para ir a entrevistas de trabalho (eu sou incapacitado), até em trabalhos com incapacidade são-me negados. Eu já pedi ajuda à Senhora Vereadora do PSD para estar aqui atenta aos processos de abertura dos programas que a Câmara tem. -----

----- E era só. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor João Paulo Saraiva, faça favor.”-----

5.2. O Senhor João Paulo Saraiva, Presidente da APROSOC – Associação de Proteção Civil, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Boa noite a todas e a todos. João Paulo Saraiva, técnico de proteção civil e presidente

da APROSOC - Associação de Proteção Civil. -----

-----Uma vez que o Senhor Presidente já não está, eu dirijo todas as questões ao Senhor Vice-Presidente. Porque é que nunca o Senhor ou o seu Executivo, deu resposta às questões por nós aqui colocadas, quando as remeteu para resposta por escrito à “posteriori”? -----

-----Eu venho aqui intervir há dezoito anos, nunca houve uma resposta por escrito. -----

-----O Senhor Presidente sabe certamente que nos termos da Lei vinte e sete, de dois mil e seis e da Lei setenta e cinco, de dois mil e sete, recaem sobre si, enquanto autoridade municipal de proteção civil, atribuições a executar pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, nomeadamente, as ações de sensibilização pública para os diferentes riscos. -----

-----Onde estão elas? -----

-----Não sente o Senhor Presidente, e já agora porque não o Senhor Vice-Presidente, não se sentem corresponsáveis pela morte daquela senhora idosa nas cheias e inundações de Algés em dois mil e vinte e dois, ao saber que nunca o Serviço Municipal de Proteção Civil de que vossas excelências são responsáveis máximos, realizou qualquer ação de preparação dos residentes naquela zona de risco, para saberem que comportamentos de autoproteção deviam adotar face àquele risco, porque vossas Excelências nunca deram ao Serviço Municipal de Proteção Civil condições e recursos técnicos para o efeito? -----

-----É uma questão. -----

-----Não se sentem responsáveis, caso tal volte a acontecer, por saberem que desde então, foi feita, em dois mil e vinte e três, uma reunião em Algés em que foram prometidas ações de sensibilização pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, mas nunca se realizaram porque aquele serviço não tem condições e recursos para o fazer? -----

-----Quando afirmam que Oeiras é o melhor Concelho para viver e trabalhar, um dos mais desenvolvidos do universo e arredores, estão a ter em conta que Oeiras é um dos concelhos do país



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que menos investe ou nada investe em proteção civil, no que concerne a sistemas de aviso e alerta, ações de sensibilização pública para os diferentes riscos e inerente preparação? -----

----- Como explicam que a Semana de Proteção Civil em Oeiras, tenha zero ações de sensibilização em proteção civil para autoproteção face aos diferentes riscos e apenas uma montra da exibição de vaidades, de meios de proteção e socorro? -----

----- Onde está o sistema de alerta e sinalética de aviso de “tsunami”, que o Senhor Presidente disse recentemente em tribunal que Oeiras tinha? -----

----- Onde estão as unidades locais de proteção civil, que ao que parece até já tiveram uma cerimónia de inauguração? -----

----- Quantas são? -----

----- Onde é que elas existem? -----

----- Quantos voluntários têm? -----

----- Quantas ações de sensibilização fizeram? -----

----- Onde está o Plano Local de Emergência de Algés para o risco de cheias e inundações?

----- Onde estão afixadas as cartas de risco de tsunami, cheias e inundações para o público oeirense, mas também para os turistas que por cá passam? -----

----- Na APROSOC nós não sentimos o apagão. Tivemos tudo a funcionar, até comunicações, ao invés desta casa ou da maioria da casa dos oeirenses, porque, já agora questionar, porque não prepara o Município os munícipes, como a APROSOC prepara os seus associados? --

----- Excelentíssimo Senhor Presidente, neste caso Vice-Presidente, sem qualquer intenção de ofensa a si ou à entidade pública que aqui preside, neste caso vice preside. Enquanto técnico de proteção civil e presidente da APROSOC - Associação de Proteção Civil, considero, tecnicamente, este Executivo e respetivo pelouro, uma nulidade no que respeita às políticas de proteção civil preventiva e a proteção civil em Oeiras, é nossa convicção, uma miragem. -----

-----Excelente exemplo que o Senhor Presidente aqui nos trouxe hoje, da tal senhora que imputa responsabilidade por não ter limpo os algerozes, precisamente porque a autarquia não cumpre a sua atribuição de sensibilização da população sobre a autoproteção do âmbito da proteção civil.-----

-----Recentemente, nós adotámos um “slogan” que é “a tua proteção civil és tu, o resto é sorte”. Em Oeiras assenta que nem uma luva. Folgamos saber que o Município de Oeiras valoriza mais associações de enoturismo, de natureza no mínimo estranha, do que associações de proteção civil. Muito obrigado, disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Vice-Presidente, o Senhor quer fazer algum comentário sobre as intervenções? Porque sobre o munícipe Leonardo David Silva.... Então faça favor.”-----

5.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde Leonardo, como está? -----

-----Ia-lhe pedir uma coisa: consegue estar no meu gabinete amanhã ao meio dia, sobre a segunda questão que me colocou? Eu tenho o Conselho Municipal.... Perdoe-me a ligeireza disto, Senhora Presidente, eu tenho Conselho Municipal de Saúde, onde vou estar no lugar do Presidente, portanto, à partida, ao meio dia já consigo estar. Ao meio dia e meia tenho outra reunião, mas consigo estar ao meio dia. Vai ter comigo ao gabinete do Vice-Presidente, à Câmara, sobre a questão do emprego, que eu chamo o serviço para lhe explicar as possibilidades do..., como é que faz. Sim, os apoios. Sobre a questão da colocação do ADN, naturalmente que será tratada nos termos normais. -----

-----Quanto à questão do munícipe João Paulo Saraiva, creio que é esse o nome, será respondido por escrito.”-----

5.4. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) solicitou o seguinte esclarecimento:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, é só aqui uma questão. No início desta última intervenção foi mencionado que este senhor nunca recebeu, ou nunca recebe as respostas àquilo que indaga aqui nesta Assembleia. Queria saber se isto é verdade, ou não. Disse.” -----

5.5. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Posso? Se calhar não... Senhora Presidente, só aproveitar este ponto para reforçar aquilo que foi a nossa intervenção no ponto Antes da Ordem do Dia. Portanto, acabo a reunião como a comecei: a referir (e não tivemos resposta) várias questões, várias situações em que munícipes vieram aqui e depois não receberam as respostas por escrito, nem as tais reuniões que se fala aqui que vão ser marcadas. E, portanto, mais uma vez reforçar todos os requerimentos, todas as respostas, seja a deputados, seja a munícipes, que estão por ser prestados. Muito obrigada.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Damos por encerrados os nossos trabalhos. Uma boa noite para todos.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e trinta minutos. ----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente, -----

-----O Primeiro Secretário, -----

-----O Segundo Secretário, -----

